

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JANAINA MARQUES SILVA

Certificação Profissional de trabalhadores e trabalhadoras de materiais recicláveis:
reflexões para a construção de uma política pública

Porto Alegre

2013

JANAINA MARQUES SILVA

Certificação Profissional de trabalhadores e trabalhadoras de materiais recicláveis:
reflexões para a construção de uma política pública

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, linha de pesquisa de Políticas e Gestão de Processos Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Simone Valdete dos Santos

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Janaina Marques
Certificação Profissional de trabalhadores e
trabalhadoras de materiais recicláveis: reflexões
para a construção de uma política pública / Janaina
Marques Silva. -- 2013.
174 f.

Orientador: Simone Valdete dos Santos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Programa CERTIFIC. 2. Catadores. 3. Perfis
Profissionais. 4. Políticas Públicas. I. Santos,
Simone Valdete dos, orient. II. Título.

JANAINA MARQUES SILVA

Certificação Profissional de trabalhadores e trabalhadoras de materiais recicláveis:
reflexões para a construção de uma política pública

Esta dissertação foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovado em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Simone Valdete dos Santos

Orientadora

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Clara Bueno Fischer – UFRGS

Prof. Dr. Vinícius Lima Lousada – IFRS

Prof. Dr. Joaquim Luis Medeiros Alcoforado – Universidade de Coimbra

Diz-se que, mesmo antes de um rio cair no oceano ele treme de medo.
Olha para trás, para toda a jornada, os cumes, as montanhas,
o longo caminho sinuoso através das florestas, através dos
povoados, e vê à sua frente um oceano tão vasto que entrar
nele nada mais é do que desaparecer para sempre.
Mas não há outra maneira. O rio não pode voltar.
Ninguém pode voltar. Voltar é impossível na existência. Você
pode apenas ir em frente.
O rio precisa se arriscar e entrar no oceano.
E somente quando ele entra no oceano é que o medo
desaparece.
Porque apenas então o rio saberá que não se trata de
desaparecer no oceano, mas tornar-se oceano.
Por um lado é desaparecimento e por outro lado é
renascimento.
Osho

Antes de tudo: agradeço e dedico a Assis Francisco de Castilhos

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação significa muito mais do que a titulação de mestre, ela faz parte de um sonho, que se transformou em projeto de vida e se materializou como uma síntese dos meus anseios e paixões profissionais e pessoais. Identifico o caminho percorrido como dicotômico no sentido de que, embora seja uma trajetória solitária, exigiu e esteve em todos os momentos abraçado por significativas companhias. E nesse espaço, registro sentimentos e agradecimentos que pertencem a cada um de vocês.

A minha filha Loyná, pela existência. A plenitude da sua presença em minha vida é motivação constante!

Aos meus pais Jaime Caetano Silva e Maria Bernadete Marques pelo amor, fé e crença nas minhas escolhas. Por “tatuarem” em minha alma o sentimento de que não importam as minhas escolhas, os caminhos que trilhei e venha trilhar, eu sempre poderei voltar para casa. Obrigada. Saibam que acalentam e proporcionam serenidade nas ações e na vida.

A toda a minha família, em especial, a minha irmã Janita pelas palavras certas nos momentos “precisos”, à afilhada Isadora por provocar-me gargalhadas, descontração, amor e “doçura” em momentos tensos, à Florência Gonçalves Marques *in memorian* e Francisco Braga de Castilhos *in memorian* pelo legado que deixaram enquanto postura de vida, “banhado” de humildade, justiça, generosidade, simplicidade, amor e luta. Exemplos que me inspiram e protegem-me sempre.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, por propiciar-me, além de um espaço de formação acadêmica, também um espaço privilegiado de oportunidades, contatos, diálogos, diversidades e conhecimentos que possibilitaram refletir sobre o meu ser/fazer e reconstruir a minha prática.

À minha orientadora, Professora Simone Valdete dos Santos pela confiança, pelos desafios, pela oportunidade, pela amizade, pela cumplicidade nos momentos certos e nos momentos incertos. Momentos que foram determinantes em minhas escolhas.

Aos professores Maria Clara Bueno Fischer, Vinícius Lousada pelo acolhimento e contribuições e Joaquim Luis Medeiros Alcoforado pelo entusiasmo com que aceitaram serem membros da banca.

Aos integrantes da Equipe Multidisciplinar e do Comitê Técnico, imbuídos na construção dos perfis profissionais para os catadores da Rede de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC a convite do Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, em especial, Luciano, Bianka, Samuel e Assis pelo crescimento profissional possibilitado a partir dessa experiência vivenciada com todos vocês.

A Cida pela fiel amizade há mais de 20 anos, cúmplice em momentos singulares na minha vida, entre conquistas, alegrias, angústias, desencantos e encantos. Construimos histórias. Minha gratidão à Dinda da Loyná.

Aos colegas de orientação: Margarete pela cumplicidade na docência, escuta atenta, diálogos orientadores, prestatividade e amizade; Bernhard pelas reflexões sábias e “arteiras”, pela leveza e pela amizade; Maria Celina pela possibilidade de partilhar reflexões e anseios “dissertativos” e amizade; Bianka pelo apoio incondicional, pela cumplicidade nos diálogos, pela amizade, pelas reflexões e encaminhamento quanto aos sujeitos envolvidos nessa pesquisa: os catadores.

A todos os colegas do curso de Mestrado, pelo convívio, pela amizade, pelo conhecimento e pelas contribuições.

À Direção, professores, servidores e alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Sapucaia do Sul, em especial a Equipe Diretiva: Mack, Fábio, Wurzel e Fátima pela compreensão e apoio nas minhas ausências. Necessário e fundamental para conclusão dessa dissertação, em tempo. Estamos Juntos!

Aos amigos e profissionais da Área da Educação, que contribuíram mostrando que o processo educativo é uma construção que extrapola a ciência e a técnica e que requer virtudes como amorosidade, rebeldia, irreverência, respeito, alegria, generosidade, justiça, predisposição e encantamento com o conhecimento, persistência na luta, reciprocidade, humildade e diálogo. Em especial a Henrykheta pelo afeto, pela reciprocidade nos debates e lutas ideológicas por equidade, pela carinhosa acolhida em seu “nosso escritório avançado”, pela irmandade; Anderson pelo carinho, pela amizade atenciosa, pela atenção e cumplicidade junto às ações do PROEJA; Dalila por inspirar-me enquanto postura profissional e pessoal, pela ética, pelo comprometimento, pela amizade, pela confiança, pela irmandade; Guilherme pela amizade, pelas “cutucadas” motivadoras, pelo comprometimento, pelos diálogos sobre/com educação; Amarante pelo conforto na “identidade comportamental” dos tempos, prazos e movimentos, pela descontração e

leveza nos momentos complicados, pela amizade; Fábio Dias pelo apoio técnico paciente, pelos diálogos envolvidos de cuidados e comprometimento referentes ao ensino/aprendizagem da informática no PROEJA, pela amizade; Marineiva (Mari) pelo encontro, pelo apoio comprometido, pela amizade que inicia.

A todos e todas que presentes ou ausentes em algum momento me inspiraram, apoiaram, escutaram, refletiram, questionaram as minhas certezas e esclareceram as minhas dúvidas.

Parafrazeando o meu amigo Fábio Lemes, “para além” dos agradecimentos e como não poderia deixar de ser, agradeço aos deuses Baco e Gambrinus por oportunizarem inúmeros momentos nessa “missão” de reflexões intensas, coletivas e também solitárias. Diálogos e reflexões não menos comprometidos, mas que devido à descontração, permitiram-me olhar e partilhar de forma diferente paradigmas e percepções até então postos.

RESUMO

Esta investigação tem o foco no processo de elaboração dos perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis. Seu contexto de trabalho foi o Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC, desenvolvido no âmbito institucional da Diretoria de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação – MEC, no período de abril de 2011 a agosto de 2012. A pesquisa consistiu em um estudo de caso como método e na observação participante como técnica, associada ao uso de memorial e de análise documental. O objetivo da pesquisa foi investigar no âmbito do processo de construção dos perfis profissionais, quais os fatores que o influenciaram e como isso pode ser entendido à luz das políticas públicas e das experiências dos integrantes do Grupo Interdisciplinar envolvido. Os dados coletados foram analisados e interpretados sob a ótica das bases teórico-metodológicas das Ciências da Educação com enfoque nas concepções relacionadas à Educação Profissional e nos pressupostos teóricos das Ciências Sociais. Os resultados expõem o forte debate entre concepções de qualificação que se apresentam antagônicas no sentido dos seus focos, quando na atividade dos processos produtivos formalizados em normas e procedimentos e na relação entre o trabalhador e seu contexto com características de construção coletiva do conhecimento. Os perfis resultantes, se por um lado apresentaram os elementos construtivos definidos pela segunda abordagem, por outro apresentaram inconsistências quanto à abordagem pedagógica no seu referencial sobre os sujeitos da política pública em questão. Outro resultado reporta-se à influência da lógica das políticas públicas no que se refere à temporalidade de trabalho e de sua sequência e ao interencadeamento com outras políticas públicas que se referenciam aos trabalhadores de materiais recicláveis. Por fim, apresento outros focos de pesquisa possíveis de serem desenvolvidos a partir das conclusões estabelecidas nesta investigação.

Palavras-chaves: Programa CERTIFIC, catadores, perfis profissionais, políticas públicas

ABSTRACT

This research focuses on the process of developing professional profiles for recyclable material collectors. The context for the investigation was the Professional Certification Program along with Initial and Continuing Education - CERTIFIC, developed under the Directorate of Professional and Technological Education Public Policies in the Department of Professional and Technological Education – SETEC, at the Ministry of Education - MEC, from April 2011 to August 2012. The research methodology consisted of a case study and participant observation was the technique employed, associated with the use of memorials and document analysis. The objective of the research was to investigate which factors influenced the process of elaborating the professional profiles and how this can be understood in the light of public policies and of the individual experiences of members of the Interdisciplinary Group involved. The collected data were analyzed and interpreted from the perspective of the theoretical and methodological bases of Educational Sciences focusing on concepts related to professional education and to the conceptual framework of Social Sciences. Results expose the sharp debate between qualification conceptions that depict antagonistic views towards their focus both in the activity of production processes formalized in standards and procedures and in the relationship between the worker and his/her context of collective construction of knowledge. The resulting profiles, on one hand presented the constructive elements defined by the second approach, on the other hand showed inconsistencies regarding the pedagogical approach referred to for the subjects of the public policy in question. Another result concerns the influence of the public policy structure in regards to the temporality of work and its sequence and interconnection with other public policies that refer to recyclable materials collectors. Finally, from the findings established by this investigation, other possible research themes for future studies are presented.

Keywords: CERTIFIC Program, recyclable material collectors, professional profiles, public policy.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 - Resultado da pesquisa exploratória preliminar sobre escolaridade e intencionalidade de escolarização e profissionalização. Trabalhadores da Coolabore/Campo Bom/RS – Abril 2012.....	34
Tabela 2 - Tabela parcial com elementos estruturais para elaboração dos perfis profissionais do Programa CERTIFIC	114
Tabela 3 – Tabela parcial com elementos estruturais para elaboração dos perfis profissionais do Programa CERTIFIC	118
Figura 1 - Ciclo de políticas públicas conforme SECCHI (2010, p.33).....	72
Figura 2 – Modelo de implementação de políticas públicas, conforme SABATIER (1986)	77
Figura 3 - Caminhos formativos.....	85
Figura 4 - Mapa Conceitual das possíveis atividades envolvendo a gestão dos resíduos sólidos urbanos	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CERTIFIC – Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores COOLABORE –
Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana
CTRSU – Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
CONAC - Comissão Nacional do Catálogo dos Cursos Técnicos
DPEPT – Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica
IFs – Institutos Federais
MEC – Ministério da Educação
MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ONG's – Organizações Não Governamentais
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SECAD – Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	20
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	20
1.2.1 <i>O estudo de caso como método</i>	20
1.2.2 TÉCNICAS DE COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.....	21
2 A QUESTÃO DO LIXO NO BRASIL E O MOVIMENTO SOCIAL DOS CATADORES – UM PROTAGONISMO INVISÍVEL	26
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	42
3.1 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO: MOVIMENTOS CONTÍNUOS E “DESUNIFORMES”	53
4 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E SEU CICLO	70
4.1 FASE DA IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA SOCIAL	73
4.2 FASE DA IMPLEMENTAÇÃO	76
5 MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS ENTRE TENSÕES, RESISTÊNCIAS, REFLEXÕES E AÇÕES	80
5.1 MEMÓRIA: PRIMEIRA REUNIÃO TRABALHO	80
5.2 MEMÓRIA: SEGUNDA REUNIÃO TRABALHO	86
5.3 CAMINHOS QUE SE CRUZAM: PRONATEC E CERTIFIC	91
5.4 ENTRE ENCONTROS: CONCRETIZANDO ENCAMINHAMENTOS NAS AÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS VIA EMAIL.....	106
5.5 CERTIFICAÇÃO NÃO É FORMAÇÃO! “NOVA-MENTE” OS CONFLITOS EM TORNO DAS TERMINOLOGIAS ADEQUADAS.....	117
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DA MEMÓRIA E DO MEMORIAL	126
6.1 A LÓGICA DAS ORIENTAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS DOS TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	126
6.2 A LÓGICA DA POLÍTICA PÚBLICA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS.....	132
6.3 A LÓGICA DAS TECNOLOGIAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	136
CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXO 01 – QUESTIONÁRIO.....	150
ANEXO 02 – PERFIS PRONATEC.....	151

ANEXO 03 – PERFIL DO GESTOR DE CENTROS DE TRIAGEM DE RSU.....	155
ANEXO 04 – PERFIL DO SELECIONADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	160
ANEXO 05 – PERFIL DO OPERADOR DE PRENSA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	165
ANEXO 06 – MAPAS CONCEITUAIS ESPECÍFICOS PARA AS FASES DA FIGURA 3.....	172

INTRODUÇÃO

Este estudo busca situar-se nas bases teórico-metodológicas das Ciências da Educação enquanto uma ciência impregnada dos pressupostos teóricos das Ciências Sociais, da qual aflui. Entendo que para visualizar o caminho que estabeleça a construção relacional entre o objeto de pesquisa e sua problematização, há a necessidade de contextualizar o estudo sob dois aspectos: um está relacionado ao pesquisador quanto à formação ao longo de sua vida tais como a sua base acadêmica e sua trajetória de envolvimento no campo do objeto de estudo; e o outro aspecto consiste na realidade em que este objeto define sua historicidade, cuja visão não se faz estática e fixa.

É a conjugação destes dois fatores que define esta relação através das possibilidades de construção do enfoque sobre o referencial teórico a ser utilizado.

O pesquisador, por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer ideia à sua concepção do mundo, em primeiro lugar, e em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para o estudo dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 2008, p.13).

O contato com o objeto de estudo desta investigação se constitui, sobretudo a partir da minha integração no Comitê Técnico que elaborou a proposta de perfis profissionais da Rede CERTIFIC. O Comitê Técnico constituído pela Diretoria de Políticas para Educação Profissional da SETEC (2011-2012) contou com integrantes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de três institutos federais: Instituto Federal Sul Rio-Grandense, Instituto Federal de Santa Catarina e Instituto Federal de Brasília. Os professores e pesquisadores são oriundos de cursos profissionalizantes no âmbito da reciclagem, da educação profissional, da educação em licenciatura e da educação profissional com jovens e adultos, com experiências em projetos de capacitação em centros de triagem para catadores, economia solidária, cooperativismo, certificação; portanto com conhecimentos relacionados ao problema social tratado durante a construção dos perfis profissionais.

Inicialmente identifiquei aquelas áreas multidisciplinares comuns com o problema social envolvido no objeto de trabalho, que em algum momento e em diferentes níveis de intensidade, fizeram parte de minha trajetória até então. Neste sentido, fizeram parte desta minha construção profissional os momentos de encontro com os trabalhadores do Centro de

Triagem da Vila Pinto em Porto Alegre, onde desenvolvi estudos investigando a percepção dos catadores quanto às relações entre suas práticas laborativas e ao centro de triagem (SILVA, 2005).

O trabalho está centrado no desenvolvimento de certificação para um número limitado de perfis profissionais, não abrangendo a totalidade destes, se forem consideradas todas as atividades envolvendo o mundo do trabalho dos sujeitos trabalhadores de materiais recicláveis.

Esta investigação tem seu lócus no âmbito da etapa de implantação de uma política pública, não havendo abrangência nas fases anteriores e posteriores desta, o que, por motivo de prazos, não caberia no escopo de uma dissertação; entretanto o lócus, neste caso, é consequência de um terreno maior onde decisões em fases anteriores influenciaram os processos investigados.

O estudo serviu-me como ponto de partida quanto ao processo de ampliação dos conhecimentos sobre os sujeitos, não os envolvidos com o problema sociológico da pesquisa, mas aqueles sujeitos envolvidos com o problema social para o grupo de trabalho, os catadores. Sua gênese, extensão e formas de organização tanto do trabalho quanto das suas experiências enquanto movimento social e as suas relações com as políticas públicas de educação se constituíram elementos de um conjunto de informações que permearam este trabalho tanto na fase descritiva quanto na interpretativa. Pela busca de ampliação neste campo de conhecimento destaco os estudos de Ferreira (1992), Fischer (2009), Adams (2010), Zanin e Gutierrez (2011).

Da atual atividade de educadora em uma instituição de educação profissional da rede federal foi que se materializaram os conhecimentos relacionados à educação de jovens e adultos, tanto pela minha inserção neste campo da educação como docente como pela atuação como coordenadora de curso técnico integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos - Proeja.

A necessidade de uma política nacional de profissionalização para os trabalhadores da reciclagem envolveu, além do Comitê Técnico criado pelo Ministério da Educação em sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o qual eu era integrante, também a articulação entre representantes do Estado, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do Ministério do Trabalho em sua Secretaria de Economia Solidária, especialistas e pesquisadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e entre o representante do empresariado, através do Sistema Nacional da

Industrial (SENAI). O Estado aqui se fez necessário, pois as questões relacionadas com o problema ambiental do lixo e sua relação com as questões sociais envolvendo os trabalhadores de materiais recicláveis constituem o foco de uma visão mais ampla da política. A importância quanto à representação empresarial se deve ao fato de que o Sistema S, gerido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), tem sido implementador das políticas públicas relacionadas à educação profissional brasileira juntamente com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sendo o representante do SENAI um professor convidado pela Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica, a qual fez a articulação do grupo técnico composto por profissionais da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica e o professor do SENAI, a época também integrante da Comissão Nacional do Catálogo Técnico (CONAC).

Intitulamos essa composição de Equipe Multidisciplinar, designada para organizar perfis profissionais, no âmbito do programa Nacional de reconhecimento de saberes e competências profissionais – CERTIFIC, com o objetivo de reconhecer os saberes laborais dos trabalhadores da reciclagem e investir em sua elevação de escolaridade.

Por ser este um trabalho investigativo cujo objeto de pesquisa se relaciona às atividades desenvolvidas por um grupo multidisciplinar, foi natural, portanto, encontrar dificuldades quanto às áreas de conhecimento de pouco trânsito como pesquisadora. Como consequência do exposto, tive particular cuidado com as termos e conceitos cujas conotações podem diferenciar quando observados nas diferentes áreas de aplicação, pois sem este cuidado as interpretações e usos poderiam comprometer as análises desenvolvidas. Neste sentido, Marconi e Lakatos nos advertem que

....alguns conceitos podem estar perfeitamente ajustados aos objetivos ou aos fatos que eles representam. Outros, todavia, menos usados, podem oferecer ambiguidade de interpretação e ainda há aqueles que precisam ser compreendidos com um significado específico. Muitas vezes, as divergências de certas palavras ou expressões são devidas às teorias ou áreas do conhecimento que as enfocam sob diferentes aspectos. Por isso, os termos devem ser definidos, esclarecidos, explicitados. (MARCONI e LAKATOS, 2008, p 14).

Muitas indagações surgiram quando temas relacionados ao mundo do trabalho dos catadores e ao comportamento da cadeia produtiva na qual estão integrados foram abordados sob a ótica da engenharia e das lógicas de mercado de materiais recicláveis, por exemplo. São

conceitos e conhecimentos específicos que transitam entre economia, gestão da produção, sistemas organizacionais e engenharia sanitária e ambiental.

Tais indagações foram esclarecidas com conceitos fundamentados em cada uma destas áreas do conhecimento pelos próprios componentes do Comitê Técnico, o que contribuiu com a análise e interpretação dos diversos aspectos relacionados ao problema da pesquisa.

Acrescento ao aspecto abordado acima, o cuidado relacionado às percepções dos fenômenos que emanam do objeto desta pesquisa, os quais não podem, ser visualizados dentro da realidade imediata e limitada, das atividades do grupo de trabalho. Sem esse cuidado incorreria no erro de estabelecer significados e relações estruturais com base em pressupostos isolados por esta artificialidade e retiraria da investigação o que a sua historicidade teria a lhe conferir, onde a descrição dos fatos e suas interpretações se posicionariam isoladamente do contexto histórico em que foram estudados.

Dessa forma, o conhecimento sobre a lógica das políticas públicas, contexto mais amplo do objeto de pesquisa, foi importante na busca pelas relações contextualizadas no tempo e no espaço físico e social envolvendo os fenômenos percebidos como parte do problema da investigação e, portanto, passíveis de conhecer.

Entretanto, neste sentido e de forma a completar esta contextualização, também se fez necessária uma incursão sobre a literatura sobre a evolução histórica das relações de trabalho e educação sob a ótica do materialismo histórico. Busquei realizar uma leitura que estabelecesse a relação entre a realidade dos sujeitos do problema social envolvido, sob a ótica das estruturas sócio-econômicas de suas organizações, de seus modos de produção cooperados e associados, das forças e das relações de produção dentro da cadeia produtiva a que se inserem, da relação entre (in)visibilidade que essa categoria de trabalhadores está sujeita como classe e como indivíduos e as origens disso relacionadas à flexibilização e consequentemente precarização do mundo do trabalho ocorridas no século XX.

Estabelecidos os enfoques sobre a natureza da investigação e estendendo-a sobre um conjunto de pressupostos teóricos histórico-sociológicos pude melhor visualizar uma importante característica de qualquer objeto de pesquisa: a sua construção consiste num processo que se materializa durante todas as etapas da pesquisa, bem como suas delimitações estão condicionadas aos meios utilizados para coleta e questionamento dos dados, permanente escuta, e da reflexão e conceitualização estabelecida. Isto posto para o processo de construção dos perfis profissionais com a finalidade de incluí-los como parte da construção da política

pública definida pelo Programa CERTIFIC para os catadores de materiais recicláveis, identifico-o como o objeto desta minha investigação.

Como pesquisadora entendo que um objeto de pesquisa pode ser interessante sob diferentes olhares, sejam eles as razões políticas, acadêmicas ou sociológicas, e que estes olhares constituem focos de estudos pertinentes às áreas de conhecimentos mais ou menos definidas, conforme suas naturezas. Apesar de que minha formação acadêmica me compelissem para a busca de relações quantitativas, percebi que nesta direção perderia elementos relacionais determinantes na construção do objeto de pesquisa os quais, por suas subjetividades, não encontram no âmbito da pesquisa quantitativa, técnicas para estudá-los. Neste momento da minha construção metodológica identifiquei que, ao mesmo tempo em que investigaria um processo de relação entre sujeitos de uma Equipe Multidisciplinar, também seria investigada como sujeito da mesma, porque atuaria nesta relação como membro da Equipe.

E isto requereu uma postura de pesquisadora com o cuidado em não confundir o problema da pesquisa com o problema social envolvido durante a construção do objeto de pesquisa. Dessa forma busquei no trabalho de Silva (1967, p. 5-22) reflexões sobre os conceitos nestes dois problemas quando constituídos no campo da pesquisa e das políticas públicas.

Após esta reflexão e entendendo que estava inserida em um processo de construção dialógica com o grupo multidisciplinar constituído por sujeitos com diferentes experiências nas questões envolvendo o movimento social dos catadores de lixo elaborei, na ótica de pesquisadora, as questões norteadoras da investigação: num primeiro passo priorizei identificar quais fatores na construção dos perfis profissionais seriam importantes para a os catadores do ponto de vista do Programa Certific; num segundo momento busquei entender como esses fatores influenciariam o trabalho do grupo encarregado em elaborar os perfis profissionais e num terceiro momento, busquei compreender como esse olhar se materializaria sobre a estruturação dos perfis profissionais.

Com base no exposto acima, concluí que o problema da minha pesquisa consistiu em: identificar quais são os fatores externos e internos ao grupo de trabalho e como eles influenciaram o processo de construção dos perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis para o Programa CERTIFIC. Ressalto que tal análise abrange os campos do processo da política pública da educação profissional, do problema social envolvido e das visões e experiências educacionais dos integrantes do grupo com estes temas.

No capítulo 1 apresento os elementos que determinaram minha trajetória na construção desta pesquisa, no qual disserto sobre os aspectos metodológicos que enquadram a pesquisa como um estudo de caso e sua contribuição para o Programa Certific. Também descrevo sobre o enquadramento das técnicas de coleta e tratamento de dados e de meu posicionamento quanto aos aspectos éticos envolvidos.

O capítulo 2 foi desenvolvido de forma a apresentar quem são estes sujeitos para os quais os perfis profissionais foram construídos e qual seu protagonismo quanto às questões envolvendo o problema do lixo produzido no Brasil.

No capítulo 3 procurei estabelecer conexão entre o processo de evolução da Educação Profissional brasileira e os propósitos e as diretrizes do Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC. Ainda, como ele se materializa sob o conceito de REDE CERTIFIC e sua relação com os elementos que considero importantes para uma análise histórico-sociológica sobre a relação trabalho e educação e as concepções teóricas envolvendo a qualificação para a certificação. Esta análise tem a finalidade de ajudar na construção do elo entre a educação, da qual emerge o processo de construção dos perfis profissionais para os trabalhadores de materiais recicláveis (objeto de pesquisa), e o processo de precarização que define o pano de fundo do problema social envolvendo estes trabalhadores e que permeou os debates entre os que constituíram o Comitê Técnico. Com base nestes elementos foi que desenvolvi a descrição, análise e interpretação desse debate, tendo em vista meu problema de pesquisa.

No capítulo 4 busco o referencial teórico que permitiu uma análise e interpretação dos fatores que definiram o processo de construção dos perfis profissionais pelo Comitê Técnico sob o ponto de vista mais amplo da contextualização sobre políticas públicas, como suas tipologias, estruturas e concepções na Ciência Política, diferentemente do que propus nos capítulos anteriores, onde busquei estabelecer este campo no contexto histórico-sociológico da realidade em que o problema social emerge.

No capítulo 5 parto para a apresentação dos dados coletados na pesquisa participante realizada durante as atividades do Comitê Técnico responsável pelo processo de elaboração dos perfis profissionais e da Equipe Multidisciplinar, concomitantemente, estabeleço a identificação dos fatores que influenciaram e sua análise.

No capítulo 6 desenvolvo a interpretação crítica dos resultados obtidos no capítulo 5.

Nas conclusões apresento a sistematização dos resultados da pesquisa quanto ao objetivo estabelecido sobre o problema da pesquisa envolvendo a construção dos perfis

profissionais para a inserção dos trabalhadores de materiais recicláveis no Programa Certific via Rede CERTIFIC.

Por fim, abro um espaço para colaborar com propostas no sentido de propiciar uma visão de continuidade da pesquisa a partir dos resultados obtidos.

1 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 Objetivos da pesquisa

Esta pesquisa teve como objetivo identificar, analisar e interpretar os fatores que influenciaram no processo de elaboração dos perfis profissionais do Programa CERTIFIC para os catadores de lixo, e como as concordâncias e contradições no âmbito das políticas públicas, no contexto histórico-sociológico do movimento social destes trabalhadores e do conjunto de experiências dos constituintes do Comitê Técnico se concretizaram na estrutura dos perfis.

1.2 Procedimentos metodológicos da investigação

1.2.1 O estudo de caso como método

Segundo Triviños (2008, p.110) o estudo de caso tem por objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade. Ampliando a visão sobre o estudo de caso, Cavaco (2008 p.36) indica-o como uma “técnica particular de recolha e de tratamento de informação que procura dar conta do carácter evolutivo e complexo dos fenómenos sociais, numa tentativa de captar as suas próprias dinâmicas.”

Segundo Hamel (apud CAVACO, 2008, p.36), a designação “caso” encerra um amplo conjunto de possibilidades de situações que podem estar delimitadas pela territorialidade física e geográfica, pelo espaço social numa determinada temporalidade, delineado por uma escola, um programa, um determinado projeto, uma estrutura em rede, uma família, uma comunidade ou por um contexto onde se pode registrar inclusive um comportamento individual.

Neste trabalho desenvolvi um estudo de caso delimitado pelo contexto do Programa Certific envolvendo a atuação de um grupo multidisciplinar cujo objetivo foi o de elaborar os perfis profissionais, os quais consistem em instrumento necessário para a inserção dos catadores de lixo no catálogo de cursos do Programa. Como estudo de caso, esta pesquisa concorre para a compreensão das questões que envolvem a construção de uma política pública de certificação profissional, na qual os sujeitos desta política constituem um movimento social. Constituem elementos para a análise neste estudo de caso as questões estruturais, relacionais e intencionais entre o Estado e a sociedade representadas pelo movimento social dos sujeitos desta política e as instituições incumbidas da sua implementação.

As atividades deste grupo transitaram entre a territorialidade real e virtual: na primeira os encontros foram realizados na MEC/SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, em Brasília, DF; na segunda e por exigência das alterações ocorridas na temporalidade, as trocas, muito mais do que “encontros”, realizaram-se via web.

1.2.2 Técnicas de coleta e tratamento de dados

Identificada a necessidade em buscar subsídios para uma pesquisa qualitativa durante o processo de construção dos perfis profissionais posicionou-me em direção à observação como técnica de coleta de dados.

A observação é “o ponto de partida da investigação social”, permitindo ao pesquisador um contato mais direto com a realidade, o que facilita identificar fatores subjacentes ao comportamento dos indivíduos. Uma das limitações desta técnica consiste no fato de que a presença do observador pode induzir no observado a tendência em “criar impressões favoráveis ou desfavoráveis no observador” (MARCONI e LAKATOS, 2008, p.77).

Este efeito, negativo ao processo de coleta de dados, foi diminuindo significativamente durante os encontros de trabalho, pois a maioria dos participantes percebeu os registros e indagações como parte dos procedimentos de registros que são comuns em tais ocasiões, como a elaboração de atas, as quais só foram consideradas como documentos definitivos após serem aprovadas, via e-mail, por todos os participantes. Isto permitiu não só validar as anotações realizadas durante as atividades, como permitiu completar com as informações que foram suprimidas não intencionalmente, através dos próprios protagonistas que as geraram.

Ainda, durante todas as apresentações individuais foi destacada minha condição de membro do Comitê Técnico que, além da participação como educadora envolvida com a questão social dos catadores, também ali estava como mestranda cujo propósito era o de estudar o processo em que todos estavam envolvidos e que este era o objeto de pesquisa. Por fim, o trabalho completo foi enviado via e-mail para todos os participantes da Equipe Multidisciplinar para que se manifestassem quanto aos dados contidos e autorizassem sua publicação.

Como participante do Comitê Técnico, o caminho que se apresentou mais evidente para a modalidade de observação foi a de observação participante. De acordo com May (2004, p.181) os observadores participantes “testemunham a ‘racionalidade reflexiva’ da conduta”

onde a interpretação e a aplicação de novos conhecimentos por todos de um determinado grupo, incluindo o próprio pesquisador, é um processo permanente no espaço social.

Segundo o autor, inicialmente o pesquisador participante “adota um papel público e torna a sua presença e intenções conhecidas para o grupo ...”, em seguida afasta-se da “idéia de participação para construir um entendimento da situação social para o papel de *observador participante*. “ de forma a estabelecer o caminho para entender como os integrantes são afetados pela cena social, o que acontece nela e como as pessoas, incluindo ele mesmo, atuam e interpretam nas suas situações sociais.

Num primeiro momento nas reuniões havia somente uma expectativa, mas não uma clareza de como o trabalho ocorreria. Isto dificultou bastante a definição de uma sistemática para o processo de coleta e registro dos fatos da realidade observada. Como observadora, limitei-me a apenas a realizar alguns registros destes fatos sem utilizar meios técnicos estruturados.

Esta é uma característica da observação não estruturada ou assistemática, pois os conhecimentos obtidos foram oriundos de “uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los” (RUDIO apud MARCONI e LAKATOS, 2008, p.77).

Todavia, o fato de não haver uma estrutura previamente sistematizada para o processo de observação participativa, estabelece uma condição de risco à fidelidade nos registros de dados, quando o pesquisador “se deixa envolver emocionalmente” (MARCONI e LAKATOS, 2008, p. 78); e neste meu estudo, especificamente, os integrantes do grupo não eram sujeitos estranhos ao círculo de convivência pessoal e profissional, o que indicou a necessidade de haver um cuidado ainda maior com este aspecto.

Boa parte deste problema foi solucionada quando, num segundo momento, duas decisões foram tomadas: o Comitê Técnico apontou que necessitava dialogar com outras políticas públicas que envolvessem os catadores de lixo sugerindo quais eram, naquele momento, as representações que poderiam contribuir com os objetivos do grupo.

Este fato aumentou o nível de atividades de observação envolvendo sujeitos alheios ao próprio grupo permanente do Comitê Técnico, mostrando que o mesmo pode também ter sentido a necessidade de diminuir a influencia das relações pessoais, o que vai além da questão dialógica com outras políticas públicas direcionadas para o movimento social dos catadores de lixo, motivo este apontado como a razão para o encaminhamento.

Dessa forma, foi possível estabelecer uma agenda de trabalho mais definida no horizonte da pesquisa. Optei, a partir de então, pelo uso do memorial de reunião de trabalho

como técnica para coleta de dados, onde todos os fatos e manifestações foram registrados individualmente por mim e posteriormente, validados pelos membros permanentes via email.

Entretanto, nas investigações, em geral, “nunca se utiliza um método ou uma técnica, e nem somente aqueles que se conhece, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso.” (MARCONI e LAKATOS, 2008, p.17), sendo que na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente.

Durante as atividades como observadora participante, tornou-se corrente o uso de citações que iam desde leis, decretos, regulamentações e normas até relatórios e estudos relacionados ao problema social discutido durante a construção dos perfis. Desta forma, tornou-se imperativo que esta investigação também se abastecesse na fonte da pesquisa documental com o intuito de tornar mais esclarecedoras as próprias falas registradas no memorial, principalmente quando os pontos discutidos versavam no campo tecnológico.

Dentro da perspectiva metodológica de investigação definida pelo estudo de caso, o caminho para a coleta de dados através da observação participativa com o uso do memorial das reuniões de trabalho como técnica de registro, da análise dos ~~via~~ documentos de comunicação dentro do Comitê e da pesquisa nos documentos utilizados e/ou citados durante os encontros fizeram parte da estrutura metodológica que utilizei.

Entretanto, nas investigações, em geral, “nunca se utiliza um método ou uma técnica, e nem somente aqueles que se conhece, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso.” (MARCONI e LAKATOS, 2008, p.17), sendo que na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente.

Ainda, para o grupo de trabalho do Comitê este conjunto de procedimentos foi interpretado como um elemento de trabalho, mas para mim como pesquisadora teve o sentido de que dispunha de um instrumento de coleta de dado com a flexibilidade para observar todo o processo de construção do próprio objeto de investigação.

Entretanto, se por um lado um fenômeno social pesquisado em um estudo de caso traz consigo todo o seu caráter de complexidade e dinamismo, conforme apontado por Cavaco (2008 p.36) acima, tem-se, por dedução que uma pesquisa apenas descritiva não exploraria todas as possibilidades de estabelecer os níveis de análise e interpretação que a mesma permite. Como pesquisadora cabia definir o caminho para atingir este objetivo.

Neste sentido

fica evidente que cada um desses níveis pressupõe os níveis anteriores; em outras palavras, uma pesquisa

explicativa deve conter etapas identificativas, descritivas e mensurativas, ou partir dos conhecimentos obtidos por outras pesquisas de tipo identificativo, descritivo e mensurativo. Também fica claro que as pesquisas de nível explicativo exigem um tratamento metodológico mais rigoroso e, geralmente, a formulação e a verificação de hipóteses, ao passo que as de nível identificativo ou descritivo podem prescindir da formulação explícita de hipóteses.(ABRAMO, 1979, p. 21-44).

Mesmo sob a proximidade concreta do objeto de pesquisa determinado pelo processo de construção dos perfis profissionais com a política pública na qual se insere o Programa CERTIFIC, elementos estruturais mais amplos impuseram limitações e possibilidades ao desenvolvimento das atividades do Comitê Técnico, uma análise profunda desta relação não consistiu, ao meu olhar, no principal objetivo desta pesquisa, entretanto negligenciá-la incorreria em limitar o nível de conhecimento que poderia advir desta análise. Quanto a esta decisão, acredito que cabe aqui uma justificativa.

Pragmaticamente, uma investigação pode ser mensurada pelo conhecimento que gera, o qual, se mantido isolado em relação às diferentes perspectivas analíticas, permanecerá fragmentado. Só através de um contato mais amplo com um quadro de referência teórico disponível e consolidado poderá se estabelecer um campo propício à identificação das relações entre os fatores identificados na etapa descritiva da pesquisa.

Neste sentido, Abramo acrescenta que

[...] nem todo conhecimento é da mesma natureza, ou tem o mesmo grau de profundidade ou de relevância, quando referido ao corpo teórico preexistente. Existem portanto, níveis de interpretação, isto é degraus de uma escala, que vão desde o conhecimento mais imediato, simples e irrelevante, até o mais mediato, mais complexo e mais relevante ou mais interpretativo. De acordo com este critério, as pesquisas podem ser [...] (entendidas) como momentos de uma escala contínua de graduação ascendente.” (ABRAMO, 1979, p. 21-44).

Entendo poder acrescentar que o nível de interpretação também depende do grau de liberdade que o pesquisador consegue adquirir sobre a área de conhecimento disponibilizado pelo “corpo teórico preexistente” e que este nível só poderá ser ampliado dentro do escopo da investigação. Portanto, a análise do contexto de desenvolvimento do objeto de pesquisa, a

política pública foi analisada com as limitações impostas pelas questões acima e pelo conjunto dos dados coletados.

Assim, para que esta análise pudesse ser levada a cabo desenvolvi neste estudo um capítulo sobre o referencial teórico sobre políticas públicas, onde, longe de ser completo, permitiu uma visão mais processual e sistemática sobre os fatos e fatores identificados durante a construção do memorial das reuniões.

Este trabalho atingiu níveis de identificação, análise e interpretação das lógicas envolvidas nos processos de discussão dos integrantes da Equipe Multidisciplinar que tornou possível relacioná-las tanto com as principais concepções que definem o campo teórico da educação profissional, quanto com as lógicas sociológicas que definem o campo da relação trabalho e educação no contexto do movimento social dos catadores. Os resultados obtidos foram correlacionados, por sua vez, aos principais elementos constitutivos dos perfis profissionais pertinentes às atividades praticadas pelos trabalhadores de materiais recicláveis, estabelecendo um conjunto de inferências que podem ser úteis à implementação da política pública do Programa Certific.

Por fim, a pesquisa, além de transitar pela “pesquisa descritiva e identificativa”, segundo o “nível de interpretação” em Abramo (apud MARCONI e LAKATOS, 2008, P 7-8), passou a incorporar elementos da pesquisa “explicativa”.

Favorecida pela posição de observadora participante identifiquei durante o processo de desenvolvimento do objeto de investigação, um campo propício para o desenvolvimento de hipóteses. Neste sentido, Abramo (1979, p. 21-44) enfatiza que é “[...] comum acontecer que, no decorrer de uma pesquisa aplicada, surjam hipóteses”. Este encontro com a obra de Perseu Abramo, um pesquisador social, encorajou-me a seguir, com muita parcimônia, nesta direção, considerando que neste estágio o objetivo do estudo estaria concretizado.

2 A QUESTÃO DO LIXO NO BRASIL E O MOVIMENTO SOCIAL DOS CATADORES – UM PROTAGONISMO INVISÍVEL

Os resíduos em geral são produzidos em todas as atividades que caracterizam a vida sendo parte vital dos ciclos que a mantém. Entretanto, é no conjunto das atividades desenvolvidas pelos seres humanos que geralmente o equilíbrio natural se rompe, provocando alterações ambientais negativas não só o meio em que vivem, mas também para si próprios.

Nos ecossistemas urbanos, os resíduos sólidos urbanos (RSU) decorrem do uso dos bens e recursos disponíveis, sejam eles naturais ou transformados pelos processos produtivos num “desenfreado e contínuo processo de morte entrópica”, conforme aponta o economista mexicano Henrique Leff (2001, p.XX), o qual salienta que o paradigma capitalista produtivista vem de longo período provocando os mais diversos impactos ambientais no planeta, seguindo uma lógica produtivista que “internaliza” os lucros e “externaliza” os impactos socioambientais e que está intensificando e “adiantando” a morte entrópica dos ecossistemas sociais e naturais.

Leff define “morte entrópica” como resultado do desenfreado processo de crescimento econômico. Toda a energia que permite a vida no planeta tem origem no sol e se transforma em energia útil, principalmente pela fotossíntese. Os processos produtivos utilizam esta energia útil transformando-a em energia inútil para a vida (entropia). O paradigma atual do modelo capitalista para o crescimento econômico está baseado no consumo desenfreado desta energia útil. Se a taxa de geração de entropia mantiver seu crescimento nos níveis atuais ter-se-á o risco de ultrapassarmos a capacidade de disponibilização de energia útil, gerando o colapso denominado por Leff como “morte entrópica”.

Na segunda metade do século XX, o Brasil registrou um crescimento acelerado da população urbana, ocasionado por um acentuado processo migratório, que por sua vez teve origem no modelo de desenvolvimento adotado.

Este contingente de pessoas buscava um emprego formal e não conseguindo se inserir no mercado de trabalho encontrou, muitas vezes, como meio de sustento a coleta e a recuperação de materiais que a sociedade de consumo descarta, nas ruas ou nos lixões, fazendo-os retornar ao processo produtivo como matéria-prima industrial. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2001), o Brasil em 2001 coletou em média 228 mil toneladas de RSU por dia.

Diante de um cenário de desemprego estrutural, é perceptível o direcionamento de trabalhadores para os setores profissionais intensivos em força de trabalho menos qualificada. Identificam-se, nesse paradigma, os trabalhadores do lixo que encontram na coleta e processamento de resíduos uma possibilidade concreta de geração de renda.

No Brasil, há dois fatores os quais condicionam o reaproveitamento de RSU: a disponibilidade de mão-de-obra barata precarizada e a inexistência de uma proposta de política pública articulada de fomento ao gerenciamento de resíduos sólidos na perspectiva do desenvolvimento de instrumentos econômicos que subsidiem as atividades exercidas pelas pessoas catadoras incentivando a geração de renda, a educação profissional e o desenvolvimento tecnológico.

Como sinalizam Moura Fé e Faria (2011, p.18), a matéria prima é abundante e contínua e a realização das atividades dos catadores não exige a presença de meios de produção específicos, ou de insumos ou processos com razoável nível tecnológico, nem mesmo de qualificação profissional definida; dessa forma a geração de renda, a partir da atividade de catação, é quase instantânea, podendo ser remunerada por dia ou por hora através, geralmente explorada pelos intermediários¹ que atua entre esses trabalhadores e as indústrias de reciclagem.

É importante ressaltar que essa é uma atividade desenvolvida em ambientes insalubres e de elevado risco à vida, tais como em lixões e nas ruas movimentadas das cidades, e que na maioria das vezes ocorre sem a utilização de equipamentos de proteção e segurança. Os sujeitos diretamente envolvidos são oriundos de uma condição de extrema pobreza, inseridos em processos informais à margem do direito e da proteção social do trabalhador assalariado formal.

Ainda, cita Moura Fé e Faria (2011, p.17), que

a invisibilidade ambiental e ecológica dos lixões, favoreceu a invisibilidade social sobre os processos de degradação humana que ali se desenvolvera desde a

¹ Devido às deficiências quanto à escala de produção e à logística, os “intermediários” ou “atravessadores” realizam a intermediação comercial e controlam a logística para armazenagem e transporte do material até as indústrias de reciclagem. Essa situação mantém os catadores dependentes dos atravessadores para o escoamento da produção (MOURA FÉ e FARIA, 2011, p 21-22), numa “relação marcada pela contradição entre ‘exploração’ e ‘cooperação’ (fator este que precisa ser observado em políticas de intervenção nesta cadeia produtiva).” (FISCHER et al, 2009, p. 12. Isto ocorre tanto na atividade individual do catador de rua quanto na forma de organização em cooperativas ou associações.

segunda metade do século XX, onde estes lixões se tornaram no “mundo do trabalho” para milhares de pessoas.

Atualmente estima-se que existam aproximadamente 800 mil catadores (informais e organizados) atuando em ruas, lixões, aterros e galpões de triagem (ZANIN, 2011, p.12)

O trabalho desenvolvido por esses trabalhadores durante muito tempo foi ignorado pelas políticas públicas e naturalizado junto à paisagem urbana. Ainda hoje, os trabalhadores dos materiais recicláveis realizam suas atividades na ponta da cadeia de valor da reciclagem de materiais. Sua produção é escoada quase sempre por atravessadores, detentores dos meios de transporte, de armazenagem e das condições econômicas para dar destino final à produção, como apontado acima.

A organização desses trabalhadores foi realizada especialmente pelas organizações não governamentais (ONG's), pelo trabalho social das igrejas e por organizações e projetos sindicais. Um exemplo do envolvimento desses trabalhadores com a igreja emerge da relação entre a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis - ASMARE, de Belo Horizonte/MG , a qual após as atividades de apoio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, articulou-se junto à Cáritas brasileira no processo de apoio a outras associações de catadores nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (MICHELOTTI, 2006, p.95).

Na última década os catadores começaram a conquistar mais respeito na sociedade brasileira por meio da sua organização de classe denominada de Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. Também o envolvimento político, interação com prefeituras preocupadas com a questão dos resíduos e seus sujeitos, juntamente com as universidades, entre outras entidades de apoio, têm contribuído para que essas pessoas conquistem sua emancipação econômica e social.

Portanto, a organização social e política dos trabalhadores de materiais recicláveis resulta de um dedicado trabalho de base, visando a sua organização e constituição enquanto sujeitos sociais e políticos capazes de constituir ferramentas e estratégias que possam levar adiante suas reivindicações e lutas por direitos.

O MNCR surgiu em meados de 1999 com o I Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em junho de 2001, ocorreu o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais recicláveis em Brasília. Participaram deste evento 1500 trabalhadores e trabalhadoras de materiais recicláveis, vindos de todas as regiões do país, tornando-se um marco referencial para a representação política desse movimento social.

Ainda assim, mesmo tendo conquistado o reconhecimento de alguns direitos e ampliado a discussão sobre a importância do trabalho social da reciclagem de materiais, pouco se avançou no que se refere às ações estruturantes para a melhoria nas condições de trabalho e de vida das famílias daqueles que se dedicam à atividade.

A conquista desse espaço de articulação das políticas destinado a esse público-alvo só se tornou possível pela constituição do próprio MNCR que, através de intensas mobilizações, colocou a questão da reciclagem na agenda pública federal. Outro elemento de análise importante na trajetória desses trabalhadores é não haver confusão entre a entidade denominada como Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis –MNCR, que tem na sua base de representação em torno de 35 mil trabalhadores filiados e o movimento social que se constitui, como o próprio MNCR² estima, de 800 mil a um milhão de catadores e catadoras de resíduos recicláveis no Brasil (MNCR, 2002).

Atuando individualmente na rua e em lixões ou organizados em associações e cooperativas, esse contingente de trabalhadores gera experiências de avanços sociais, organizacionais e econômicos significativas, apesar da total falta de instrumentos econômicos e tecnológicos de apoio.

Como resultado destas diferentes experiências e de interações na interface com o mundo capitalista e com as diferentes instituições sociais envolvidas no seu apoio, tem-se que, então as suas formas tanto de organizações coletivas de trabalho quanto de representatividade social e política apresentem heterogeneidade.

Entretanto, entendo que, apesar de grupo de trabalhadores se articularem em torno de uma entidade jurídica que se autodenomina “movimento social dos catadores de materiais recicláveis”, esta não a torna representante da totalidade deste movimento social, mas sim de uma parte dela, o que não lhe retira a legitimidade, apenas questiono sua representatividade.

Neste questionamento, busco na visão do Professor Dr José Maria Carvalho Ferreira, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, o significado

²“O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há cerca de 10 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome.” Trecho extraído do site http://www.mnrc.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento. Consultado em 19/12/2012.

de movimento social, de forma a estabelecer neste trabalho seu marco conceitual. Conforme Ferreira (1992, p. 2-3)

Tendo presente o crescimento e o desenvolvimento econômico que estabelece o padrão das necessidades sociais dos contextos urbanos das sociedades capitalistas desenvolvidas, assim como da marginalidade social e movimentos sociais subjacentes, [...] é possível apercebermo-nos dos estrangulamentos que persistem entre as aspirações sociais e a vida quotidiana dos grupos sociais que interagem nos contextos urbanos. De realidades sócio-econômicas, culturais e políticas estratificadas e contrastantes é pacífica a observação de conflitos e, portanto, de fenômenos de marginalidade social que se corporizam em movimentos sociais.

É no cenário brasileiro apontado no início deste capítulo sobre a relação entre o problema do lixo e o surgimento dos catadores que se estabeleceram as condições apontadas por Ferreira (1992, p. 2-3) para a gênese de um movimento social: essa massa de trabalhadores, fruto de um processo de exclusão social, encontrou, nos materiais descartados pela sociedade, um caminho para satisfazer suas necessidades sociais, configurando-se, dessa forma, num autêntico processo de reação denominado de movimento social dos trabalhadores de materiais recicláveis.

Portanto, com o aparecimento e a disseminação dos processos de reciclagem e o potencial econômico de algumas espécies de resíduos, os trabalhadores de materiais recicláveis passam a ocupar um lugar na cena pública, e suas atividades passam a ser legitimadas, recebendo a designação de “catadores de materiais recicláveis”³.

³ Há diversas terminologias, entretanto o uso do termo “catador” tem sido encontrado em documentos oficiais onde identifiquei diferenciações quanto à adjetivação do termo: “catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (Art.7º, XII da Lei 12.305/2010), “catadores de materiais recicláveis” (Art. 57º, XXVII da Lei 11.445/2007). Site: www.planalto.gov.br. Acessado em 22/12/2011. Este último termo está consolidado no documento da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO que “reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro”, sob o Código de Ocupações nº 5192 – 05 “Catador de material reciclável – Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa).” Site: www.mtecbo.gov.br/portaria397de9/out/2002. Acessado em 22/12/2011. Nesta investigação utiliza-se tanto o termo “catador de materiais recicláveis” quanto o termo “trabalhador de materiais recicláveis” indistintamente.

No âmbito econômico, a cadeia produtiva da reciclagem de RSU é uma estrutura piramidal formada em sua base pelos trabalhadores informais, empreendimentos coletivos (associações ou cooperativas), seguidos pelos intermediários e, finalmente, no ápice estão as empresas de reciclagem propriamente ditas (reprocessamento e transformação).

Não resta dúvida que o maior valor agregado ao produto ocorre no topo dessa pirâmide. Os trabalhadores destas etapas iniciais, que são os maiores responsáveis pela inserção dos materiais recicláveis na cadeia produtiva da reciclagem, constituem o elo mais frágil e precarizado dessa cadeia.

Conforme os pesquisadores, Moura Fé e Faria (2011, p.21).

“Os catadores fazem parte de uma cadeia produtiva estruturada a partir de setores industriais dinâmicos do capitalismo e estão situados na ponta extrema, geralmente marcada pela exploração do trabalho precário, subordinado, além de isolados e muitas vezes inferiorizados frente aos atravessadores que realizam a intermediação comercial e controlam a logística para armazenagem e transporte do material até as indústrias de processamento e transformação.”

Os autores chamam à atenção para o trabalho social realizado pelos catadores de resíduos reciclados, pois, ao mesmo tempo em que este se recobre de uma dimensão ambiental ao reduzir a pressão sobre os aterros sanitários e lixões, representa também um elo importante da cadeia de produção industrial, o que permite o reaproveitamento de matérias-primas a baixo custo.

Salientam os pesquisadores que diante das alternativas coletivas encontradas pelos trabalhadores de materiais recicláveis, organizados em empreendimentos solidários, encontra-se o extenso espaço na agenda pública para a realização de ações e políticas para conferir viabilidade, sustentabilidade e dignidade do e no trabalho.

Entendo que tanto na análise das formas de organização dos seus sistemas de organização da produção, quanto na existência como movimentos sociais há uma ampla perspectiva no campo da articulação em redes como forma de fortalecer e constituir melhores condições de trabalho em si e para a vida das suas comunidades.

Schiochet e Brandes (2009) estudaram as características dos empreendimentos econômicos solidários dos trabalhadores dos materiais recicláveis no Brasil, utilizando como fonte de pesquisa os dados de 2005 publicados no Atlas de Economia Solidária no Brasil em 2006 pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária da Secretaria Nacional de

Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SIES/SENAES/TEM (BRASIL, 2007). Neste sistema foi mapeado um total de 386 empreendimentos econômicos solidários relacionados com a atividade dos trabalhadores dos materiais recicláveis. Este valor representa em torno de 1,7% de todos os empreendimentos de economia solidária mapeados no país, num total de 21.859 empreendimentos.

São mais de 11.700 catadores(as) nesta atividade, sendo identificado que em torno de 60% são mulheres. Dos empreendimentos mapeados, a maior parte é de constituição recente. Mais de 52% permaneciam como grupo informal, 28 % como associações e 17 % como cooperativas.

Conforme Moura Fé e Faria (2011, p.24), dados mais recentes (2010) apontam a existência de 918 empreendimentos econômicos solidários dos trabalhadores dos materiais recicláveis envolvendo mais de 35 mil famílias em 570 municípios brasileiros.

Desse total, por volta de 113 unidades estavam sendo beneficiadas por alguma ação de apoio e fomento do Governo Federal. Tais dados foram levantados de forma preliminar pela Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores – CIISC, em maio de 2010, criado por Decreto do Presidente da República em 2003.

A criação do CIISC se deve, em grande medida, às mobilizações nacionais realizadas pelo movimento social dos trabalhadores dos materiais recicláveis e visa, sobretudo, a articulação e coordenação das ações realizadas pelo governo federal para o apoio e fomento às organizações dos catadores de resíduos recicláveis.

Atualmente, compõem o CIISC, além de representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério da Previdência, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, Ministério da Indústria e Comércio, Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos, Banco Nacional de Desenvolvimento Social, Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Eletrobrás e, por fim, representantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

A ineficiência governamental no desenvolvimento articulado de políticas públicas e de seus instrumentos se concretiza, a priori, nas diversas ações, não raro completamente isoladas, dos programas dos ministérios relacionados com educação profissional, ação social, trabalho, meio ambiente, desenvolvimento urbano⁴; e a posteriori, se concretiza pela

⁴ Pode-se encontrar, a partir de 2001, diversas ações onde o público alvo é constituído pelos “catadores de materiais recicláveis” nos editais do Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social, e Ministério da Educação os quais não dialogam entre si.

ineficiência dos poderes públicos municipais em encaminhar soluções possíveis de abrangência sustentável para o problema do lixo urbano.

Assim, entende-se que no Brasil a opção pela reciclagem é decorrente muito mais de uma conjuntura social e mercadológica do que de um direcionamento das políticas públicas relacionadas à questão do lixo, direcionamento esse que sempre esteve voltado à opção da disposição em aterros e só, muito recentemente, voltou-se para a reciclagem como obrigação legal.

Com a nova lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, decreto nº 12.305 de outubro de 2010, não só a reciclagem passa a ser uma obrigação, como a inserção das associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis torna-se condicionante para o financiamento público deste setor (BRASIL, 2010 (1)).

A opção por priorizar reduções globais dos níveis de lixo dispostos em aterros estabelece não só demanda por soluções tecnológicas de elevado grau de complexidade, como pela priorização de uma política pública em educação profissional que, mais do que inserir, inclua os trabalhadores de materiais recicláveis numa cadeia produtiva antes solidária do que competitiva.

Para Mello (2011, p.9), esta política pública deve ser concebida em articulação com outras políticas públicas como a de transferência tecnológica, num contexto de tecnologias socialmente justas e não numa lógica em que “caem dos bolsos oficiais migalhas, resíduos do que se tem emprestado aos bancos e indústrias” segmentos estes que desenvolvem tecnologias ditas de ponta, mas “nem por isso geram trabalho para os milhões de trabalhadores que o necessitam”.

Segundo Pinhel et al (2009, p.53), analisando-se a situação atual e a realidade das cooperativas e associações de trabalhadores de materiais recicláveis, salvo algumas exceções, percebe-se que essa atividade é ainda muito precária. Ressaltam os autores acima que a precarização do trabalho vai além das questões ligadas aos direitos trabalhistas.

Magera (2005, p.40) afirma que “pouca coisa mudou para os catadores de rua com o advento das cooperativas”, visto que, mesmo se organizando para fugir da exploração econômica, essa continua através das indústrias que compram os materiais recicláveis. Isto se deve à lógica da produção capitalista a qual exige grandes volumes e alta qualidade para que haja condições de igualdade na negociação de preços, condição esta difícil de ser alcançada nos empreendimentos dos catadores.

No intuito de melhor perceber o acima descrito, realizei um estudo exploratório preliminar, através de uma pesquisa com um grupo de 12 (doze) trabalhadores da cooperativa de catadores Coolabore/Campo Bom-RS, cujo objetivo foi o de contextualizar meu olhar sobre a percepção que os mesmos tem sobre a relação educação e trabalho.

Nesse estudo verifiquei a condição de escolaridade atual dos cooperados e sua intenção em aumentar sua escolarização e sua formação profissional. Para realizar este estudo preliminar utilizei a técnica de entrevista individual, a qual foi registrada na forma de um questionário. (Anexo 01). Na Tabela 01 abaixo são apresentados os resultados obtidos.

Tabela 1 - Resultado da pesquisa exploratória preliminar sobre escolaridade e intencionalidade de escolarização e profissionalização. Trabalhadores da Coolabore/Campo Bom/RS – Abril 2012.

Entrevistado	Idade	Sexo	Escolaridade	Estuda	Série	Motivo	Intenção	Motivo
01	32	M	4 ^a	Não	-	Cansado do trabalho. Tempo à família.	Não	Qualificação sim (tempo curto). Escolarização não (tempo longo)
02	38	M	8 ^a	Não	-	Cansado do trabalho. Tempo à família	Não	Qualificação sim (tempo curto). Escolarização não (tempo longo)
03	39	M	2 ^a	Não	-	Jornada de trabalho longa.	Sim	
04	51	F	4 ^a		-		Sim	Se o problema de doença na família fosse resolvido
05	42	M	5 ^a		-	Jornada de trabalho longa. Tempo à família.	Sim	Desde que não atrapalhe as atividades na igreja.
06	32	M	4 ^a	Não	-	Desmotivação	Sim	
07	63	F	4 ^a	Não	-	Jornada de trabalho longa.	Não	Dificuldade de horário de trabalho e de deslocamento.
08	30	M	5 ^a	Não	-	Pouco tempo. Família. Excesso trabalho	Sim	Mas compatível com horário de trabalho.
09	23	M	8 ^a	Não	-	Jornada de trabalho longa. Tempo à família.	Sim	Mas compatível com horário de trabalho
10	43	M	5 ^a	Não	-	Longo tempo sem estudar. Jornada de trabalho longa.	Sim	Mas compatível com horário de trabalho e de deslocamento.
11	42	M	7 ^a	Não	-	Desmotivação. Jornada de trabalho longa.	Sim	Somente a Educação Profissional e em horário compatível com horário de trabalho
12	47	M	5 ^a	Não	-	Jornada de trabalho longa.	Não	Dificuldade de horário de trabalho e de deslocamento.

Verifica-se na Tabela 01 que a percepção das principais lideranças da Coolabore/Campo Bom-RS se confirma quanto à baixa escolarização dos trabalhadores, onde a maior parte dos entrevistados limitou-se apenas às etapas de alfabetização.

Quanto à intencionalidade de escolarização, analisada de forma indireta, verifiquei que, em geral, inexistente; pois nenhum dos entrevistados estava estudando no momento da entrevista. Além disso, na questão direta sobre a intenção de escolarização e profissionalização, um terço dos entrevistados, declarou não se motivarem a voltar aos estudos, e os que declararam a intenção de retorno o fizeram preferencialmente direcionados à formação profissional.

Os motivos, os quais foram apresentados pelos entrevistados para não se interessarem pelo aumento da escolarização, transitaram pelos campos da desmotivação, das dificuldades impostas pela carga horária de trabalho, passando pela preocupação em não prejudicar o convívio familiar, social ou religioso, culminando pelos problemas de mobilidade, já que o local de trabalho fica desassistido do transporte urbano.

Esse último aspecto, o da mobilidade dos trabalhadores, consiste em uma característica importante relacionada com a costumeira localização das associações e cooperativas de trabalho, os quais, geralmente, ou estão juntas aos aterros sanitários⁵ ou estão afastados dos centros urbanos por motivos culturais de que o problema lixo deve ser escondido. Muitos destes aspectos identificados acima foram extensivamente estudados por vários pesquisadores em diferentes regiões do Brasil⁶.

⁵As legislações ambientais referentes à localização dos aterros sanitários estabelecem uma distância mínima de concentrações urbanas. Isto, associado ao fato de que, culturalmente, tudo o que se relaciona ao lixo deve estar afastado das vistas da população, resulta, geralmente, em dificuldades de mobilidade dos trabalhadores de associações e cooperativas.

⁶Zanin et al. Catadores de Resíduos Recicláveis; um perfil em construção. In: Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas. Zanin, Maria; Gutierrez, Rafaela Francisconi (orgs). Ed. Claraluz. São Carlos. SP. 2011. Zanin et al. Características Essenciais para os Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis Visando sua Emancipação Social, Econômica e Política. In: 1º Congresso de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem, 2009, São Carlos/SP. Fischer, Nilton Bueno; Meyer, Dagmar Stermann. Estudo do perfil sócio-econômico da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho. Relatório Parcial MEC – FNDE/CATADORES. UFRGS. 2009. Lima, Maria Isabel Rodrigues. Economia Solidária e Vínculos. São Paulo. Idéias & Letras, 2013. Castilhos, Assis Francisco de. Relatório do projeto de desenvolvimento de metodologia para capacitação de trabalhadores de centros de triagem. Convênio CEFET/RS

Fischer et al (2009) num estudo que realizou numa amostra aleatória de 64 catadores(as) em cinco CTRSU⁷ - Centros de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (1/3 dos 15 existentes em POA naquele ano) estratificados proporcionalmente em quatro regiões geográficas, identificou que 67% são mulheres e 95% não desenvolviam, naquele momento, nenhuma atividade no âmbito educativo, seja através de cursos e oficinas de formação ou complementação de escolaridade. Em relação à formação realizada no passado, 97% afirmaram que tiveram algum contato com a escola em suas trajetórias de vida, mas apenas 18% concluíram o Ensino fundamental e 8% o Ensino Médio. Percebe-se, conforme os autores, um quadro bastante fragilizado no que concerne às inserções no sistema de ensino.

O retorno aos estudos foi justificado pelos entrevistados, principalmente, pela “exigência de uma escolaridade cada vez mais elevada no mercado de trabalho formal, o que impossibilitaria o ingresso desta população em tal nicho” (FISCHR et al, 2009. p.19) Observo aqui um desejo de não continuarem com a atividade relacionada aos CTRSU, o que estabelece uma característica de baixa identidade com a organização a que pertencem e com o trabalho que desenvolvem.

Nesse trabalho, Fischer et al (2009) identificaram a contradição entre o interesse em retomar os estudos (69 % entre as mulheres e 40 % entre os homens) com o fato de que 95% dos entrevistados não desenvolviam, naquele momento, nenhuma atividade formal de cunho educativo, contradição esta também identificada pelo trabalho preliminar que realizei na cooperativa Coolabore/Campo Bom/RS – Abril 2012, conforme Tabela 1 acima.

Ainda, relacionando a situação socioeconômica precarizada com o fato de que 53% dos entrevistados tiveram acesso a algum tipo de atividade de formação profissionalizante ao longo da trajetória de vida, os pesquisadores questionam as metodologias utilizadas nos programas e ações sociais de cunho formativo desenvolvidas pelo Estado, ONG, ou outras instituições, pois apesar da participação neste tipo de atividade atingir mais da metade dos trabalhadores, o “grau efetivo de inserção desta população no mercado de trabalho de forma

– Copesul SA – Petroquímica Triunfo SA – DMLU Prefeitura de Porto Alegre/RS. Sapucaia do Sul/RS. Disponível na Biblioteca do IF/SUL Campus Sapucaia do Sul. 2003.

⁷Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - CTRSU é entendido por todo o espaço no qual se realizam as diversas etapas iniciais de tratamento do lixo urbano domiciliar, geralmente voltadas à reciclagem e ao reuso. Tais espaços são conhecidos como “Galpões de Reciclagem” ou como “Centros de Triagem”, podendo haver ainda, outras denominações.

estável (seja através do trabalho formal ou de renda fixa informal) é ainda muito reduzida e precarizada” (FISCHR et al, 2009. p.19).

Diversas tentativas de capacitação dos trabalhadores de materiais recicláveis foram e tem sido desenvolvidas e patrocinadas pelos instrumentos públicos e privados de financiamento. Entretanto, muitos desses projetos têm resultados muito aquém do que se planejara atingir.

Nesta direção, Castilhos (2001) buscou identificar no contexto sócio-econômico dos CTRSU de Porto Alegre (Vila Pinto e Restinga) as principais dificuldades de capacitação desses trabalhadores. Aspectos como a falta de autonomia financeira, jornada de trabalho elevada e, principalmente, o compartilhamento do trabalho no CTRSU com as atividades domésticas das mulheres, gênero predominante no universo desses trabalhadores, estabelecem boa parte do campo de forças impeditivas de inserção dos mesmos na educação formal.

Além da persistência da organização informal dos catadores, a precariedade da atividade revela-se igualmente no critério remuneração uma vez que, em 85% dos empreendimentos, o valor médio da remuneração não alcança um salário mínimo (SCHIOCHET e BRANDES, 2009, P.12), caracterizando a falta de autonomia financeira apontada por Castilhos acima. O MNCR⁸ estima que há entre 800 mil a um milhão de catadores e catadoras de resíduos recicláveis no Brasil, atuando individualmente na rua e em lixões ou organizados em associações e cooperativas, onde geram experiências de avanços significativas, apesar da total falta de instrumentos econômicos e tecnológicos de apoio. Como resultado destas diferentes experiências e de interações na interface com o mundo capitalista, tem-se que as suas formas de organizações coletivas apresentem uma heterogeneidade.

Neste sentido, o estudo financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, realizado em 2006 pelo Centro de Estudos Socioambientais – PANGEA, com coordenação técnica do Grupo de Estudos de Relações Interseccionais da Universidade Federal

⁸“O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há cerca de 10 anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome.” Trecho extraído do site http://www.mnrc.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento. Consultado em 19/12/2012.

da Bahia – UFBA/GERI e com a participação do MNCR permitiu visualizar a diversidade organizacional das cooperativas e associações dos trabalhadores de resíduos sólidos.

A pesquisa, numa amostra com 20 organizações, estabeleceu uma tipologia definida em quatro níveis (MDS, 2006). São eles, resumidamente: Grupo 01 - desorganizado, Grupo 02 - em organização, Grupo 03 - formalmente organizado, mas incapazes à verticalização da produção⁹ e Grupo 04 - formalmente organizado capazes à verticalização da produção.

Em termos tecnológicos, as organizações pertencentes ao Grupo 01 constituem as desprovidas de quaisquer equipamentos, atuando em lixões e nas ruas. As organizações do Grupo 02 possuem alguns equipamentos, como carrinhos e realizam suas atividades nas ruas, geralmente completam-nas em suas residências. Aquelas pertencentes ao Grupo 03 estão organizadas em associações e cooperativas, mas se diferenciam das organizações do Grupo 04 por não estarem prontas para o processo de verticalização da produção; enquanto que estas últimas possuem capacidade de ampliar sua estrutura física e de equipamentos a fim de absorver novos catadores e criar condições para implantar unidades industriais de reciclagem.

Apesar de existirem muito recentemente e de serem em número pequeno no Brasil, Soares e Castilhos (2013) relatam algumas experiências com associações e cooperativas sobre a transferência de tecnologias para de reciclagem de plásticos desenvolvidos em projeto de apoio tecnológico do Instituto Federal Sul-riograndense/Campus Sapucaia do Sul. Estas organizações podem ser consideradas como uma quinta tipologia, seguindo as tipologias do grupo de estudos PANGEA, Grupo 05, o que, na linha do raciocínio conceitual de evolução tecnológica pela verticalização da produção, consiste naquela organização que possuem planta para beneficiamento dos materiais triados.

Tecnologicamente, as organizações do Grupo 05 identificaram nas etapas subseqüentes à triagem e prensagem dos plásticos¹⁰, uma possibilidade para agregarem valor a

⁹Verticalização da produção, no caso das cooperativas e associações de catadores, consiste em empreender etapas de beneficiamento subseqüentes às etapas de triagem e condicionamento dos materiais triados.

¹⁰Entende-se que esta opção pelos materiais plásticos esteja relacionada ao fato de que a cadeia produtiva destes materiais seja típica de economia de mercado (um grande número de empresas transformadoras), o que possibilita maior equilíbrio no processo de determinação de preços devido à competição entre elas pela demanda de matéria-secundária, num contexto de mercado com demanda reprimida (baixa oferta de matéria-secundária, elevada ociosidade da capacidade produtiva instalada e demanda por produtos industrializados elevada). Isto pode explicar os preços mais elevados destes materiais obtidos pelos catadores na venda, do que para o vidro e os metais ferrosos, por exemplo. Estes últimos pertencentes a um mercado de reciclagem tipicamente monopolizado ou oligopolizado. (SOARES E CASTILHOS, 2013).

estes materiais através das etapas de moagem, limpeza, descontaminação, secagem e adensamento.

Em 2012, já visando ampliar minha atuação no Comitê Técnico, participei em estudo para identificar o potencial do Programa CERTIFIC para trabalhadores de materiais recicláveis no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos (SANTOS, SILVA e CASTILHOS, 2012). Nesse trabalho identificamos que o acesso à tecnologia pelas organizações que postulam ao Grupo 05 ocorre através de projetos em parcerias com organizações não-governamentais, muitas vezes fomentados por grandes empresas privadas, empresas público-privadas ou órgãos do governo. Estes projetos são considerados de elevado risco, pois o processo de transferência tecnológica não ocorre dentro de uma visão de tecnologia social, nem mesmo inserido em uma política pública específica para este segmento e se constituem, na maioria das vezes, em projetos isolados, sem diálogos entre si e com outras políticas públicas sejam de educação, de saneamento básico, de geração de emprego ou de inserção na cadeia produtiva.

Neste estudo apontamos que apesar dos fatores adversos e de competição desigual a que estão submetidos há um elevado potencial para o desenvolvimento de política pública que estabeleça o diálogo com as políticas de educação profissional de jovens e adultos, de inovação e desenvolvimento tecnológico para a transferência na forma de tecnologia social, de saneamento básico na área de gestão de resíduos sólidos, de geração de emprego e renda através do empoderamento da economia solidária e de instrumento econômicos que permitam a reestruturação das cadeias produtivas de materiais recicláveis com inclusão social.

De acordo com Soares e Castilhos (2013) estes processos são demandantes de tecnologia de elevado custo para as realidades econômicas da grande maioria destas organizações, mesmo daquelas do Grupo 05, além de que necessitam de capacitação profissional compatível com a formação profissional de nível técnico médio. Portanto, é de se esperar que ao se concretizar a transferência de tecnologia sem a devida orientação, esta ocorre de forma bastante precária, gerando situações de baixa produtividade, baixa qualidade e somando-se ao elevado risco à saúde e segurança no trabalho característica desta atividade.

Entretanto, muitas dessas tentativas de capacitação tem se utilizado, na sua base teórica, dos conhecimentos e da lógica que reproduzem o modo capitalista de produção. Assim, os conteúdos de gestão da produção, gestão de pessoas, gestão financeira e gestão estratégica, conteúdos estes que englobam os principais temas de capacitação, são aqueles encontrados na educação profissional formal brasileira e que não contemplam o modo de

fazer e reproduzir a vida das organizações destes trabalhadores em associação e cooperativas (CASTILHOS, 2003).

Que sentido tem para um trabalhador de CTRSU uma planilha eletrônica para controle de despesas e receitas se o computador não faz parte do seu mundo do trabalho? Mas isso não significa que uma planilha eletrônica não possa ser utilizada pelo mesmo num processo de modificação na gestão de um CTRSU. Entretanto, para que esta modificação tenha sentido no modo pelo qual esse trabalhador realiza a gestão financeira de um CTRSU, não necessariamente deve-se pensar sua capacitação ignorando-se esta práxis¹¹, mas primeiro reconhecendo-a e concebendo-a como um conhecimento transversal mais importante a ser inserido nos conteúdos disciplinares das práticas educacionais do trabalho.

Nesse campo de raciocínio é que transparece o reconhecimento dos saberes informais destes trabalhadores como o ponto de partida para estabelecer uma base de conhecimentos os quais permitirão formalizar toda e qualquer política pública educacional direcionada ao movimento social dos trabalhadores de materiais recicláveis, caminho este pertinente aos propósitos do Programa Certific.

De acordo com Adams (2010, p.23)

A opção pela educação na atividade do trabalho que busque a emancipação pessoal e social implica a escolha de um tipo coerente de valores e de concepção de ser humano. Uma pedagogia com opção ética e política voltada aos interesses dos “sem voz e sem vez” na sociedade requer uma interação estratégica com as condições materiais e imateriais da existência.

Esta visão amplia a responsabilidade em se ter o cuidado de que no processo de elaboração de uma política pública para a educação profissional dos trabalhadores de materiais recicláveis, a mesma seja alicerçada numa proposta pedagógica inovadora, não reproduzindo nem metodologias pedagógicas que fomentem ideologias liberais, nem o modo de produção e de relações de trabalho que atendam ao sistema capitalista.

Ainda, percebo que a educação dos trabalhadores de materiais recicláveis, na perspectiva da emancipação social individual, deve seguir diretrizes que considerem o processo emancipatório do movimento social na suas diferentes formas e níveis de

¹¹Conforme Vazquez (1968), “Práxis é a atividade teórica que proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, [...] mas não transforma em si a realidade, a não ser quando apropriada pela consciência individual e coletiva, e então transformem as ideias em ações”.

organização, permitindo que esse processo, apesar de ser construído pelo coletivo, atinja na sua individualidade, o sujeito na sua condição real.

Por fim, entendo que para haver modificação desta realidade, a educação para os catadores deve estar de acordo com as demandas deste movimento social, deve atentar para o fato de que uma política de elevação da escolaridade e de profissionalização não pode ser construída de forma isolada de outras políticas públicas, pois estará limitando sua real potencialidade de integração do movimento social.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A Educação Profissional brasileira possui conexão como os propósitos e as diretrizes do Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC e com ele se materializa sob o conceito de REDE CERTIFIC.

Esta conexão teve influência sobre a forma como identifiquei os elementos que unem as características e necessidades dos sujeitos que são público-alvo da política como panorama de fundo das diretrizes pedagógicas envolvidas na mesma.

Como dito no final do capítulo anterior quanto à educação profissional dos catadores, há de se ter o cuidado para que a certificação esteja alicerçada numa proposta pedagógica inovadora, cujas metodologias não sejam estabelecidas na lógica das ideologias liberais, nem o modo de produção e de relações de trabalho que atendam ao sistema capitalista. Busco nesta direção os elementos fundamentais para a análise e interpretação dos dados coletados durante a construção do objeto de pesquisa.

Neste sentido, procuro estabelecer abaixo o campo de conhecimentos sobre a evolução da educação profissional no Brasil sob a ótica das concepções que a influenciaram até a instituição da Rede de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC, tornando mais compreensível a leitura sobre os princípios que regem esta política pública de certificação.

Castioni (2010, p.181) inicia uma retrospectiva sobre a educação profissional a partir da determinação constitucional relativa ao ensino vocacional como dever do Estado que teve origem na Constituição de 1937 do Estado Novo no seu artigo 129 que tinha como objetivo atender às demandas do desenvolvimento econômico, as quais exigiam cada vez mais trabalhadores qualificados.

No entanto não conseguiu ocultar a dicotomia existente no ensino e assim ficou consagrado na lei que o objetivo do ensino secundário e normal era o de ‘formar as elites condutoras do país’, ao mesmo tempo, em que o objetivo do ensino profissional era o de oferecer ‘formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, àqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho’. (CASTIONI, 2010, p.181).

Esta visão foi expressa pelo Ministro da Educação na época, Gustavo Capanema (1880-1985), na exposição de motivos quando da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942.

(...) o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da Nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso tornar habituais entre o povo. (FÁVERO e BRITO, 1999, p. 186).

Para Castioni (2010, p.182) além de persistir a herança dualista com as leis que regulamentaram a Constituição de 1937, explicitava-se nos princípios do Estado Novo, cujo ensino, também deveria ser executado pela colaboração das empresas e dos sindicatos de trabalhadores. Com as Leis Orgânicas do Ensino Profissional (Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, ensino industrial; Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, ensino comercial), permitiu-se a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais.

Ainda em 1942 foi estabelecido o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação trabalhista e encaminhada a organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. Com esse processo, o ensino profissional se consolidou no Brasil como uma educação de segunda categoria, isto é, não para as elites.

Houve no mesmo período um intenso debate entre o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Valdemar Galvão para ver quem administraria o ensino profissional. Tal debate teria sido motivado por uma determinação de Getúlio Vargas que obrigava as empresas com mais de 500 empregados a construir refeitórios. Mesmo não tendo ligação direta com o objeto do decreto, o artigo 4º do Decreto-Lei 1.238 de 2 de maio de 1939, obrigava-as a realizarem também, “cursos de aperfeiçoamento profissional”. Embora com a contrariedade expressada por Capanema, Getúlio Vargas nomeia o Ministério do Trabalho para fazer este acompanhamento.

Através de Roberto Simonsen, presidente da FIESP e Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, os industriais manifestam que não iriam assumir

esse ônus. Vargas revida dizendo que, caso não assumissem o que fora publicado passaria esta função para os sindicatos de trabalhadores (CUNHA, 2000, p.42).

Em janeiro de 1942 através do Decreto-Lei 4.048 e com o consentimento dos empresários, foi criado o SENAI e em janeiro de 1946 através do Decreto-Lei 8.622 foi criado o SENAC. Ao Ministério da Educação coube regulamentar o ensino secundário conforme as leis já citadas. Em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é que pela primeira vez após a criação do SENAI e do SENAC, o ensino profissional organizado pelo Estado permitiu a plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível sem necessidade de exames e provas de conhecimento. Castioni (2010, p.183) faz uma leitura do momento:

“Essa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da igualdade e da continuidade dos estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, determinando o fim, pelo menos do ponto de vista formal, da velha dualidade entre ensino para ‘elites condutoras do país’ e ensino para ‘desvalidos da sorte’. Todos os ramos e modalidades de ensino passaram a se equivaler, para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes.”

Outro momento marcante para a educação profissional foi instigado pela Lei nº. 5.602/71 que reformulou a Lei Federal nº. 4.024/61 referente ao ensino de primeiro e de segundo graus tendo como consequência a generalização da profissionalização do ensino médio, então denominado de segundo grau. O que subsidia as modificações na lei para Werebe (1994, p.69) é que “(...) havia insuficiente mão-de-obra de primeiro e segundo graus para atender às necessidades desse desenvolvimento e que a maioria das escolas existentes preparava mal seus alunos (...)”.

Como resultado, Castioni (2010, p.183) chama a atenção para a introdução generalizada do ensino profissional no segundo grau sem a preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base. E destaca ainda,

(...) o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas do ensino técnicos existentes, assim como a descaracterização das redes públicas de ensino secundário e normal mantidas por Estados e municípios e a criação de uma imagem da formação profissional como solução para os problemas do emprego – possibilitando a criação de muitos cursos,

mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas as reias da sociedade.

Em se tratando da intencionalidade da Lei nº. 5.602/7 havia também a de criar uma “escola única” de segundo grau que, segundo Cunha (1991), tinha o objetivo de instituir uma “política de contenção” de matrículas no ensino superior, canalizando parte dos jovens para o mercado de trabalho.

Com a implementação da Lei nº. 7.044/82 alguns efeitos citados foram atenuados; no entanto traz consequências ambíguas ao tornar facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau ao substituir a expressão “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”. Pois, Segundo Werebe (1994, p.155) esta mudança visava, “(...) evitar a sujeição da profissionalização às demandas imediatistas do mercado de trabalho e a enfatizar a formação integral do aluno”.

O que ocorreu foi que, se por um lado libertou esse nível de ensino das amarras da profissionalização, por outro, também limitou a formação profissional às instituições especializadas. Refletindo sobre esse momento da história da educação profissional, Castioni (2010, p.185) descreve que,

(...) muito rapidamente as escola de segundo grau reverteram suas “grades curriculares” e passaram a oferecer apenas o ensino acadêmico, às vezes, acompanhado de um arremedo de profissionalização. (...) a Lei Federal nº. 5.692/71, conquanto modificada pela de nº. 7.044/82, gerou ambiguidades relacionadas ao ensino profissional ao se difundirem, caoticamente, habilitações profissionais dentro de um ensino de segundo grau sem identidade.

Em dezembro de 1996 a Lei Federal nº. 9.394/96, LDB, configura na concepção governamental, a identidade do ensino médio como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania. Castioni (2010, p.185) cita a LDB, onde “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” e destaca que,

A Lei de Diretrizes e Bases consagra a expressão ‘educação profissional’ em oposição ao que antes se

chamava 'ensino profissional'. Nesse sentido, a estrutura proposta pelo MEC determina que após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional.

Estabeleceu-se uma organização curricular específica para a educação profissional de nível técnico de forma independente e de forma articulada ao ensino médio, a partir do Decreto Federal nº. 2.208/97, associando a formação técnica a uma sólida educação básica e apontando para a necessidade de definição clara de diretrizes curriculares que segundo Castioni (2010, p.185) tinha o “(...)objetivo de adequá-las às tendências do Mundo do Trabalho”.

Com a regulamentação dos artigos 39 a 42 do Capítulo III, Título V e o § 2º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.394/96, o Decreto Federal nº 2.208/97 configurou três níveis de educação profissional: básico, técnico e tecnológico, onde o foco “(...) era formar profissionais, qualificar, reprofissionalizar, especializar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores em seus conhecimentos tecnológicos à sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.” (CASTIONI, 2010, p.186).

Em outubro de 1998 o MEC, através dos avisos ministeriais nº. 382 e 383 envia ao Conselho Nacional de Educação – CNE a proposta para a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, que foram implementadas pela Resolução nº. 04, de 05 de dezembro de 1999 da Câmara de Educação Básica – CEB do CNE, a partir do Parecer nº 16 de 05 de outubro de 1999. A partir do parecer do CNE são aprofundados os conceitos do “novo trabalhador” na perspectiva da empregabilidade e da flexibilidade, entre outros.

Para CASTIONI (2010, p.187), tal ação foi motivada pelo fato de que a legislação era muito vaga no que se refere aos objetivos que se queria atingir, “(...) que é o de instrumentalizar a educação a favor das novas demandas do setor produtivo. Por isso o MEC através dos avisos ministeriais (...) envia para o CNE a proposta para criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.”

Fato é que a educação profissional ainda constitui um grande desafio, conforme dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que mostram que no Brasil, em 2007, havia 9.133.900 de trabalhadores que procuraram emprego, sendo que desses apenas 1.676.000 possuíam experiência e qualificação profissional.

De acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007-2008, divulgada no mês de setembro de 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo menos 14,2 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais não sabiam ler e escrever

no país e em torno de 30 milhões de pessoas eram analfabetas funcionais – sabem ler e escrever o próprio nome, mas não conseguem fazer uso da escrita nas atividades cotidianas.

A faixa etária de 90% dos analfabetos nesse período era de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos recaía sobre a população acima de 40 anos (16,9%). Estima-se que a demanda pelo ensino fundamental nessa época, chegava a 60.235.0793. Quanto às consequências referentes a esses dados: “A maioria dos trabalhadores sem qualificação profissional depende do mundo informal do trabalho, encontrando-se em situação de subalternidade frente ao veiculado e decantado progresso científico, tecnológico e econômico que o país vivencia.” (SOUZA e VELASCO, 2011, p.3).

Perante os desafios e com a nova estrutura organizacional de educação profissional implantada a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que prevê a ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vislumbra-se a implantação de uma rede de ações estratégicas que ofereça ao país a oportunidade de consolidação de projetos com amplo impacto social na vida de trabalhadores jovens e adultos, dentre as ações, instituiu-se a Rede de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - CERTIFIC.

Conforme previsto na LDB no seu capítulo III, artigo 41: “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.

Nas observações de Castioni (2010, p.187) as diretrizes explicitam que para o nível básico não há regulamentação, correspondendo, em geral, a todos os cursos livres realizados ao longo da vida, cabendo à escola a sua certificação.

A gênese da certificação se encontra nessa conjuntura, que nas diretrizes é bem clara: “Os certificados e diplomas, entretanto, deverão explicitar títulos ocupacionais identificáveis pelo mercado de trabalho”. (BRASIL, 1996, p. 43). A resolução traz anexas as matrizes curriculares por área da atividade econômica e nelas são definidas as competências dos futuros trabalhadores. Para Castioni (2010, p.187),

(...) no que diz a respeito à certificação, o assunto já vinha sendo discutido pelo CNE desde o Parecer n. 17, de 03 de dezembro de 1997. Nele já é muito clara a posição que norteará mais à frente as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional. Elaborado a fim de dirimir dúvidas sobre a publicação do Decreto 2.208/97, o Parecer de Fábio Luiz Marinho Aidar, integrante do SENAI, dá os contornos do pensamento da instituição, o qual é assumido também pelo próprio Governo.

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC é uma política pública de inclusão social articulada pelo Ministério da Educação - MEC e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para a concretização da Rede, estes Ministérios estão em cooperação com as diversas instituições/organizações voltadas à Educação Profissional entendidas como Membros Natos, basicamente dos Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia - IFs responsáveis pelo desenvolvimento e implementação dos Programas CERTIFIC e pela acreditação de instituições denominadas de Membros Acreditados, constituídas de instituições públicas de ensino profissional e tecnológico.

A diferença da certificação profissional promovida pelo CERTIFIC corresponde à gratuidade e tem como princípio da elevação de escolaridade, enquanto que todas as demais do Sistema S e do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia –INMETRO são cobradas e as certificações profissionais exigem o mínimo de Ensino Fundamental completo.

Há, ainda, os Membros de Apoio, que são órgãos governamentais e não governamentais com atribuições relacionadas à educação, certificação, metrologia, normalização e fiscalização do exercício profissional cuja finalidade é apoiar o funcionamento da Rede CERTIFIC.

A Rede CERTIFIC enquanto uma política pública de educação profissional e tecnológica constitui-se num novo olhar para os trabalhadores, jovens e adultos sob a ótica da integração dos mesmos no mundo do trabalho, pois parte da compreensão de que há saberes que não necessariamente compõem o espectro de conhecimento acadêmico, sistematizado nas disciplinas dos programas de capacitação profissional postos em prática nas diversas políticas públicas desenvolvidas até então.

Neste sentido, o CERTIFIC diferencia-se de outros projetos como o Projeto Escola de Fábrica, implementado pelo Ministério da Educação, em 2005, o qual, de acordo com a análise de Rummert (2005, p. 303), revestiu-se do caráter supostamente inovador para a educação da classe trabalhadora, em particular para suas frações mais exploradas e pauperizadas, mas que foi concebido sob a mesma lógica que tem gerado, ao longo da história, “um conjunto de propostas educativas que visam atender, prioritariamente, às necessidades imediatas e mediatas do sistema capital.”.

Apoiando-se nos referidos Art. 41 da LDB, o § 2º do Art. 2º da Lei no 11.892/2008, na Resolução 6/2012 e no Parecer CNE/CEB 11/2012 do Conselho Nacional de Educação,

parágrafo 1º e considerando a demanda de trabalhadores que necessitam validar os saberes adquiridos na trajetória de vida e de trabalho, assim como a necessidade de organizar e orientar a oferta de programas de Certificação Profissional e cursos de Formação Inicial e Continuada, nos diversos níveis da Educação Profissional e Tecnológica, definiu-se uma política pública de Certificação Profissional aliada à elevação de escolaridade e Formação Inicial e Continuada que

“A partir desta nova institucionalidade a educação profissional, diferentemente da sua concepção de origem, passa a configurar-se como uma importante estrutura para que as pessoas tenham acesso às conquistas científicas e tecnológicas, em busca da ascensão profissional (...).” (SOUZA e VELASCO, 2011, p.4).

Emerge, pois, o desafio de construir o Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – CERTIFIC, entendendo-se a formação inicial como um conjunto de saberes obtido a partir da conclusão de curso em instituição oficial de ensino que habilitam o indivíduo ao prosseguimento de estudos ou ao exercício profissional e a formação continuada, representando a aprendizagem decorrente da atualização permanente das experiências vivenciadas/associadas ou não a cursos de atualização que ampliam a formação inicial. (BRASIL, 2010 (2)).

Nesse contexto a certificação profissional está articulada com a elevação da escolaridade, ou seja, o trabalhador jovem ou adulto ao se inscrever passa por processo de reconhecimento de saberes e complementação de formação com elevação de escolaridade.

Todo o processo de certificação e elevação de escolaridade é ofertado gratuitamente aos trabalhadores pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como determina o Art. 2º da Lei 11.892, de 2008 parágrafos 2º “(...) as instituições da Rede Federal, no âmbito de sua atuação, exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais”.

Entende-se a Certificação Profissional como o reconhecimento formal de saberes requeridos para exercício de atividades laborais, obtidos a partir de experiência de vida e trabalho ou pela frequência/participação em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não. (BRASIL(1), 2010).

Oito princípios norteiam o Programa CERTIFIC: inovação, sustentabilidade, indissociabilidade, aprendizagem significativa, integração curricular, verticalização, gratuidade e rede de cooperação, conforme consulta realizada no site oficial do programa¹².

No contexto da inovação organizacional da Educação Profissional Científica e Tecnológica e com base nos princípios pelo quais se deu a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, coloca-se como um grande desafio da Rede CERTIFIC resgatar nas instituições de ensino o espaço do trabalhador, perdido historicamente em decorrência das distorções ocorridas nas políticas públicas da educação brasileira, como pela exclusão de boa parte da população dos sistemas escolares e das condições dignas de um trabalho reconhecido sob o foco da cidadania.

A sustentabilidade tem sentido na garantia institucional para a Rede e consiste na efetiva interação das instituições que garantirá a sustentabilidade da Rede e dos Programas CERTIFIC. A identificação de limitações e potencialidades do projeto como um todo dependerá de um projeto contínuo e sustentável sob o ponto de vista da autogestão e de gestão cooperada.

A Rede CERTIFIC traz como princípio norteador a indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão no seu conceito amplo de transformação social. Nesse sentido cabe às instâncias institucionais atuarem integrada de forma a garantir ao longo do processo de reconhecimento de saberes a composição equilibrada deste tripé permitirá o efetivo desenvolvimento econômico, social e cultural. Trata-se de um conjunto harmônico e indissociável, pois é impossível trabalhar numa sem a parceria da outra.

Visando desenvolver a aprendizagem significativa, a Rede CERTIFIC tem como objetivo desenvolver uma cultura de Educação de Jovens e Adultos com alicerce nas experiências acumuladas ao longo da vida e em saberes já adquiridos, que serão fundamentais para a definição de estratégias de aprendizagem significativa que conduzam à autonomia na construção de novos conhecimentos. Para tanto, é fundamental que se utilize uma metodologia de avaliação participativa e formativa que respeite as características culturais e individuais dos trabalhadores.

A integração curricular constitui um dos princípios pedagógico da Rede CERTIFIC por assumir o compromisso com a superação da dicotomia e da sobreposição entre os conteúdos próprios da formação geral e os específicos da formação profissional por meio de nexos que denotem um modo próprio de concepção e construção dos projetos de formação e

¹²Site: <http://certific.mec.gov.br/>. Acessado em 18/12/2012.

certificação numa perspectiva de integração curricular onde o saber é concebido como um conjunto de conhecimentos inter-relacionados.

A verticalização no contexto da Rede CERTIFIC contempla um itinerário formativo que assegure, mediante o reconhecimento de saberes, o acesso do trabalhador a programas de alfabetização e aos diferentes níveis e modalidades da formação profissional e tecnológica. Ou seja, deverá integrar o resultado do processo de avaliação e reconhecimento de saberes a indicação para as seguintes modalidades de formação inicial e continuada, dentre outras:

I - Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Fundamental – Proeja FIC (200 horas de Educação Profissional + 1200 horas de formação geral);

II – Formação Inicial e Continuada subsequente ao Ensino Fundamental – Formação Profissional Básica de 160 horas.

III - Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Médio – Proeja FIC (200 horas de Educação Profissional + 1200 horas de formação geral);

IV – Formação Inicial e Continuada subsequente ao Ensino Médio – Formação Profissional Básica de 160 horas;

V - Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Proeja (1200 horas de formação geral + carga horária conforme o catálogo de cursos técnicos);

VI - Curso Técnico Subsequente – carga horária conforme o catálogo de cursos técnicos;

VII - Curso Superior de Tecnologia – carga horária conforme o catálogo de cursos superiores de tecnologia;

VIII - Curso de Formação Continuada lato e strito sensu – carga horária conforme orientações da CAPES.

A gratuidade significa muito mais do que a oferta gratuita dos Programas de Certificação e Formação Profissional e Formação Inicial e Continuada, é condição imprescindível para que uma instituição passe a integrar à Rede CERTIFIC. Portanto o trabalhador não pagará nenhum tipo de taxa.

A política pública de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada traz como princípio basilar a cooperação que na perspectiva de rede representa a formação de relações interinstitucionais, mediante a condição de desenvolvimento de um conjunto de ações administrativas, intermediárias e complementares que visam a resultados comuns às instituições pertencentes à Rede CERTIFIC.

Como citado, o processo de certificação profissional e formação inicial e continuada, baseia-se em alguns pressupostos no intuito de resguardar aquilo que se acredita ser perseguido no referido processo de reconhecimento de saberes: a garantia da autonomia e às especificidades dos trabalhadores.

As diretrizes são voltadas ao desenvolvimento no trabalhador da capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao desenvolvimento de atividades profissionais e sociais requeridas pela natureza do trabalho e para o convívio em sociedade de maneira partícipe, comprometida e transformadora. Dito desse modo,

(...) essa concepção reflete uma visão dialética de que há necessidade de entender a formação realizada que pode ser efetivada dentro e fora do processo educativo, por meios formais e não formais, possibilitando novas perspectivas na interação entre o homem e o meio ambiente na direção de incrementar outros níveis de formação pessoal e profissional que contribuam para o desenvolvimento integral. (SOUZA e VELASCO, 2011, p.8).

A expectativa é que esse processo seja encarado como direito de todos, desenvolvendo potenciais e enfrentado as limitações que cada contexto social impõe, permitindo que os sujeitos sejam respeitados dentro das suas relações sociais.

Com essa leitura sobre as diretrizes básicas para o Programa CERTIFIC percebi que tais diretrizes nortearam não só minha participação como integrante do Comitê Técnico de elaboração dos perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis, como instituiu o campo de análise para identificar os elementos desta política pública e suas relações com os conceitos e tipologias que o conhecimento desta área das Ciências Políticas estabelece e que são apresentados no Capítulo 4.

A correlação desta política de educação profissional com políticas públicas como as de saneamento ambiental, de desenvolvimento de cadeias produtivas mais solidárias do que competitivas, de pesquisa tecnológica e de transferência de tecnologias socialmente justas, são, sem querer ser um rol completo, importantes para sua efetividade.

Entretanto, para que esta visão se estabeleça se faz necessária uma abordagem sobre a relação entre a precarização do trabalho e a educação, buscando entender quais as concepções que mediam esta relação.

3.1 Precarização do trabalho e educação: movimentos contínuos e “desuniformes”

A educação está sempre fundamentada em uma visão de mundo e não pode prescindir de um olhar histórico-sociológico para compreender a atual complexidade do mundo do trabalho em decorrência das aceleradas transformações que culminaram com o que conhecemos por globalização.

Nos primórdios da civilização, o trabalho era considerado atividade fundamental para o processo de hominização, ou seja, em sua essência, trabalhar é praticar uma modificação no meio visando ao atendimento de necessidades individuais e coletivas.

Durante a evolução humana o trabalho adquiriu alguns contornos e diversificou o seu sentido. Principalmente os relacionados à estrutura social e econômica de cada época, ficando mais complexo à medida que as necessidades humanas evoluíam para além da sobrevivência. Deixando assim, de ser apenas um meio para satisfazer as necessidades básicas e se tornando também fonte de identificação, autoestima e desenvolvimento das potencialidades humanas. Por meio do trabalho o “[...] indivíduo modifica a natureza, inventa a técnica, cria nova realidade (...)”.(GONÇALVES, 1997), e se reinventa, e se modifica.

(...) onde o trabalho tem não só uma relação com o fator econômico, o salário, o poder aquisitivo; mas também como necessidade psicológica da humanidade, já que determina o status de uma pessoa, fazendo-a pertencer a um grupo, levando-a a estabelecer laços comunitários e de solidariedade, permitindo-lhe realização e felicidade pessoal e social. (GONÇALVES, 1997.)

Parece perceptível diante de tais colocações, que as condições, a partir das quais o trabalho é desenvolvido, bem como a relação do sujeito com sua produção, geram impactos à sua subjetividade, o que pode vir a ocasionar mudanças significativas desta relação sujeito e trabalho.

Henry Ford, no início do Século XX, introduz na emergente indústria automobilística o sistema de linha de montagem com base na teoria da administração científica elaborada por Frederick Taylor, consolidando-se como o modelo taylorista-fordista. Segundo Taylor, os trabalhadores eram preguiçosos e usavam inadequadamente os movimentos, portanto, desperdiçavam tempo diminuindo a produtividade nas empresas. Alicerçado nesses princípios, Taylor propõe o controle dos tempos e movimentos necessários à fabricação de

unidades de produto. Desta maneira, garantiria o desperdício de tempo com movimentos, gestos e comportamento desnecessário à execução das tarefas, aumentando a produtividade.

Tal método rompeu com o vínculo existente entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. Por ter sua atividade limitada à execução de tarefas bem específicas, o trabalhador ficou excluído de qualquer participação nas decisões referentes ao processo de trabalho. Estabeleceu-se no mundo do trabalho uma rigorosa hierarquia funcional, de controle e de burocratização. “O produto do trabalho aparece, no final, como algo alheio ou estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence” (NAVARRO e PADILHA, 2007, p.15).

Diante desse cenário emergem dois níveis distintos de trabalhadores: de um lado os operários, os quais executam a produção; do outro, os gerentes, responsáveis pelo planejamento e especializados em treinar e fiscalizar o desempenho das tarefas necessárias ao desempenho da produção. Institui-se, assim, uma nova divisão social do trabalho, segundo o princípio da diferenciação entre o fazer e o pensar, da distinção entre os trabalhadores que concebem e aqueles que executam a produção.

Tal situação originou uma nova classe social intitulada proletariado, composta pela camada social formada por indivíduos caracterizados por sua qualidade permanente de assalariados e por seus modos de vida, atitudes e reações. O modelo taylorista-fordista de produção desqualificou o trabalhador, no sentido que “ (...) conduz o trabalhador à mortificação tanto física – pela obrigatoriedade de conter movimentos rápidos e precisos – como também, psíquica, pela necessidade de atenção concentrada em uma atividade, muitas vezes, monótona e sem sentido.” (BORSÓI, 2011, p.123).

Neste contexto emerge, principalmente a partir da segunda metade do Século XX, a tecnologia da automação que transforma as tarefas manuais de execução em tarefas de informação e comunicação, exigindo do trabalhador o desenvolvimento da capacidade de abstração para ler e interpretar dados complexos.

Estas transformações tecnológicas provocaram transformações no espaço físico dos sistemas de produção causando a diminuição da força de trabalho necessária à produção direta, com a redução do trabalho do homem neste espaço. O sistema capitalista passou a absorver somente indivíduos com grande qualificação científica e tecnológica, afastando-se, em muito, da quantidade de trabalho socialmente necessário, isto é, gerando um exército de desempregados.

Estas transformações somaram-se às transformações nas relações econômicas embaladas pela ideologia neoliberal, esgotando o modelo de acumulação do capital baseado

no fordismo. A partir da década de 70 o Fordismo dá lugar ao modelo de Acumulação Flexível (ou Toyotismo), onde um trabalhador necessita ter flexibilidade para acumular múltiplas funções (ADAMS, 2010).

A flexibilização dos processos de trabalho levou as empresas a introduzirem um conjunto de medidas como a adaptação da jornada de trabalho a situações específicas, a realização de trabalho em tempo parcial e ao estabelecimento de contratos de duração determinada e curta, o enxugamento da estrutura e a terceirização de um conjunto de atividades-serviços de limpeza, vigilância, entre outros, necessários à organização, mas que não compõe seu objetivo principal.

A desvalorização do trabalho foi fomentada pela crescente separação entre trabalho manual e intelectual evoluiu, embalada pela ideologia do estado neoliberal, excluindo o trabalhador de uma realidade que desenvolva a autonomia, a solidariedade e a expressão da liberdade, condições indispensáveis ao exercício da cidadania. É nesta constante desvalorização da relação entre o homem e a atividade produtiva que se configura a crise da sociedade do trabalho, estabelecida pelo paradigma da flexibilização e evoluindo pelo caminho da precarização. Precarização esta que muitas vezes é percebida pela sociedade como uma consequência natural desta relação.

Na intenção de “desnaturalizar” a precariedade Aquino (2008, p.171) defende a importância de se considerar o seu desenvolvimento e a sua atual configuração. Nesse sentido, entende a precariedade como fenômeno que acompanhou as transformações do mundo laboral, ganhando contornos específicos, a partir das condições de cada época e a precarização, por sua vez, como o processo crescente e generalizado de instabilidade, de flexibilização e de perda de garantias sociais, condições que caracterizam o trabalho precário.

O autor deixa clara sua posição ao afirmar que, “a opção por denominar precarização e não precariedade não é ingênua. Ela se insere na mesma perspectiva processual que se aplica nos moldes da exclusão social [...]” (AQUINO, 2008, p.171).

Desta forma, entendo a precariedade como fenômeno e a precarização como um processo que atribuiu ao trabalho precário suas configurações atuais: instabilidade, flexibilização e insegurança, onde a flexibilização pode ser entendida também como um fenômeno que marca o processo de precarização laboral, apresentando-se como “uma resposta contemporânea do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores” (AQUINO, 2008, p.174).

A flexibilidade caracteriza-se, atualmente, como uma falsa autonomia, pois, embora tenha adesão entre os trabalhadores devido ao fato de prometer um controle pessoal do próprio horário de trabalho, revela-se como mais uma manifestação dissimulada da precarização laboral.

Estabelecido este marco histórico materialista da evolução nas relações de trabalho até a atualidade, cabe uma reflexão sobre o que se entende por trabalho e o que se entende por emprego, pois considero ser este um aspecto importante para compreender o fenômeno da precarização. Ainda, abaixo procuro mostrar como a substituição da visão da qualificação para o trabalho pela da qualificação para o emprego estabeleceu um campo fértil para a propagação da concepção de competência e que significado isso tem para a qualificação dos movimentos social como dos trabalhadores de materiais recicláveis.

Poderíamos dizer, sem maiores aprofundamentos, que o trabalho compreenderia a “atividade que é realizada pelos seres humanos, de forma a atender suas necessidades – individuais e/ou coletivas – em termos de bens e serviços”. Por outro lado o emprego “compreende as condições sociais sob as quais se desenvolve o trabalho e todo o conjunto de garantias e direitos que são mediados por ele” (AQUINO, 2008).

Entretanto, durante o século XX a estrutura social, onde o trabalho assalariado passa a ser o elemento básico da formação da sociabilidade - a sociedade salarial -, conduziu à noção de emprego como sinônimo de trabalho. Nas sociedades modernas o trabalho se converteu num valor nuclear e integrador, sem margem para alternativas (BECK apud AQUINO, 2008, p. 173).

Emprego, numa perspectiva atual, tornou-se sinônimo de relações estáveis, duradouras, e onerosas, enquanto trabalho passou a ser visto como seu reverso. Assim, considera-se que empregos são vistos como um modelo de relação mais formalizada, enquanto o trabalho seria mais flexibilizado. Este compreende uma atividade com jornadas mais flexíveis, remunerações dependendo diretamente dos resultados, ou seja, da quantidade de trabalho, esforço e produtividade empreendida na tarefa.

Identifico que esta noção de trabalho como se estabeleceu através das transformações advindas da nova organização do capitalismo, principalmente a partir da década de 70, geraram o que se convencionou em chamar ‘crise da sociedade do trabalho’, uma vez que

deram início ao questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social bem como seu impacto na construção subjetiva do trabalhador.

O emprego passa a ser o fator mobilizador da formação e a atividade torna-se secundária e negligenciada pelas instâncias de decisão e isto gera um conjunto de consequências em impactos visíveis na educação do trabalhador.

O trabalhador só é valorizado se passa pelo processo de especialização onde tem seu desempenho avaliado por suas características físicas, intelectuais e psíquicas definidas pela lógica de mercado, condição esta atingida por uma pequena parcela da sociedade. Se uma pequena parcela se sujeita a esta lógica em busca do emprego, à grande parcela cabe a precarização, a sobrevivência. Mesmo no contexto da grande massa de precarizados há grupos que são atingidos de maneira distinta como o das mulheres, dos jovens e dos velhos.

São os membros desses grupos que estão sujeitos aos efeitos diretos da crise do emprego, na sua dupla dimensão, pois a

[...] dificuldade de encontrar emprego e também a dificuldade de encontrar bons empregos. Essa segunda dimensão implica horários inconvenientes, trabalhos pesados com baixa remuneração, falta de perspectiva frente ao amanhã e poucas possibilidades de reivindicação para alteração desse cenário (AQUINO, 2008, p. 175).

Na década de 90, o Brasil assistiu um quadro de aumento no patamar do desemprego, a deterioração das condições de trabalho onde o ideário neoliberal surgido na esteira da atual revolução tecnológica assumiu que a ideia central da flexibilização do mercado de trabalho deve substituir à suposta “rigidez” desse mercado, baseado em premissas que dizem respeito tanto à competitividade quanto à equidade.

A rigidez do mercado de trabalho é entendida aqui em duas esferas: na contratação (esfera do mercado) e na atividade produtiva (esfera da produção), conforme Medeiros e alm (1994, p. 53). Ou seja, a flexibilização do mercado de trabalho pressupõe maior liberdade das empresas em admitir e dispensar por um lado e por outro requer dos trabalhadores maiores atributos de qualificação como participação, envolvimento, autonomia e polivalência, atributos associados à estabilidade, em evidente contradição.

Países como EUA e Inglaterra foram os que mais avançaram na desregulamentação como forma de flexibilizar os mercados de trabalho; entretanto foram os que apresentaram o “desempenho mais medíocre na atual reestruturação produtiva”, em comparação com aqueles

países que não a praticaram, mas investiram na qualificação para as atividades produtiva (MEDEIROS e SALM, 1994, p. 57).

Este fato encorajou os economistas alinhados ao pensamento governamental no período do presidente Fernando Henrique Cardoso a estabelecerem uma visão de que a explicação para a questão do desemprego é a de que ele não se caracteriza como um problema, e sim uma consequência, dado o fato de que a causa seria a qualidade dos empregos criados e “[...] que a solução está na educação ou na qualificação profissional [...] o desemprego seria resolvido a partir da qualificação das pessoas. Possuidoras de novas habilidades e competências que o mercado está a exigir.” (CASTIONI, 2010, p. 45)

Esta lógica serviu de base para a reestruturação do ensino “profissionalizante”, principalmente no sistema federal de educação, a partir da década de 90. O ensino por competência foi a diretriz que reestruturou a lógica de formação profissional, inicialmente a partir do ensino técnico de nível médio e adentrando ao ensino superior, principalmente nos cursos de graduação tecnológica.

Ao analisar esta forma de ideologia, a do discurso competente para uma sociedade moderna, percebo ser a mesma lógica que predomina como discurso pedagógico na educação profissional quando se discute o ensino por competência: há sempre uma relação de competência para com o mercado. Disso resulta que

[...] no capitalismo contemporâneo, a dominação e a exploração se fazem sobrepondo à divisão de classes uma segunda divisão social que é a de divisão entre os que sabem e, por isso, dirigem, e os que não sabem, por isso executam. É esta divisão entre dirigentes e executantes que aparece como divisão entre ‘competentes’ e ‘incompetentes’. Então é esta ideologia da competência que hoje aparece como forma de ocultar a dominação e a exploração. (CHAUÍ, 1981, p.3)

Este formulário ideológico que impregna a educação profissional e que tem com pressuposto o conceito de trabalho estendido sobre a lógica de um modelo de competência que visa o emprego e não o trabalho tem sido de longe um fator de ampla discussão na educação profissional brasileira nas últimas décadas.

Mas isto não é um movimento que se restringe ao caso brasileiro. Trinquet (2008, p.146) estudou as consequências desse movimento para o Sistema de Formação Profissional da França, com base no que ele identificou como “[...] uma confusão entre estes dois

conceitos, certamente vizinhos, mas que tratam de realidades diferentes e complementares e suas implicações no campo das políticas públicas francesas.”.

Infelizmente isto ocorreu e ocorre ainda hoje na realidade francesa trazendo consequências para as políticas públicas. A noção de emprego primou sobre aquela de atividade de trabalho, sobre esta "enigmática realidade da atividade de trabalho", como aprendemos com a chamada abordagem ergológica do trabalho. As políticas e as orientações da Formação Profissional Continuada tentam resolver os problemas do emprego e negligenciam fortemente os problemas do trabalho. Enquanto a formação é, por natureza, supostamente interessada por problemas relacionados à atividade industriosa, existe um hiato fundamental que hipoteca pesadamente os resultados esperados da Formação Profissional Contínua.(TRINQUET, 2008, p.146)

O autor aponta para a abordagem ergológica como um “caminho para auxiliar no trabalho de qualificação de adultos trabalhadores valorando a experiência que trazem e confrontando-a como os saberes constituídos e estocados no patrimônio científico”, o que significa uma “re-conceitualização” do trabalho como uma construção social na sua natureza histórica e dinâmica, ou seja, “Não se pode fazer a mesma coisa ou quase a mesma coisa quando se dirige a um público jovem em formação inicial e quando se dirige a trabalhadores adultos, que já possuem um saber investido como nos ensina a abordagem ergológica do trabalho.”(TRINQUET, 2008, p. 148).

A abordagem ergológica propõe-se como uma epistemologia, uma reflexão que fricciona o “saber da experiência” no “saber instituído” da ciência, dos conceitos (SCHWARTZ e DURRIVE apud CASTIONI, 2010, p.135). Conforme os autores a ergologia é uma área de conhecimento que teve origem na França, no final dos anos 80.

Ao contrário da ergonomia que ocupou-se, na sua origem, com a transformação do ‘meio’ e com as tentativas de antecipar os movimentos, subsidiando muitas das práticas tayloristas de normatização da atividade humana, a ergologia, ao contrário, afirmava que o ‘meio’ é infiel e busca pensar os conhecimentos sobre o trabalho e os oriundos da experiência no trabalho, mediante a apreensão da Dialética entre estes conhecimentos e a experiência. Para tanto, parte do pressuposto de que o Homem, por natureza, modifica o seu meio, e não que este se lhe impõe.

Entendo que nesta altura se faz necessária uma abordagem sobre a conceituação de qualificação profissional com o objetivo de buscar o entendimento sobre a questão qualificação social quando comparada ao modelo de competências. Nesta abordagem conduzi minhas pesquisas nos trabalhos de Castioni (2010); Manfredi (1999; 2005, 2010), Vieira e Luz (2005) e Schwartz (1998; 2000)

Castioni (2010, p. 15) ao estudar as questões envolvendo os temas qualificação e competência nos últimos 50 anos do Século XX aborda a competência como um conceito com enfoque no indivíduo e a qualificação como uma noção com enfoque no coletivo.

Competência como noção porque tem referência restrita ao indivíduo, abstraído das relações sociais em uma sociedade configurada pela relação de troca mercantis capitalista. Qualificação como conceito porque tem uma referência coletiva, que concerne ao emprego/ocupação uma sociedade contratual regida pelo salário. Seu estudo disserta as diferentes formas de expressar o conceito de qualificação em diversos estudiosos do assunto, principalmente em Georges Friedman (1902-1977) e Pierre Naville (1904-1993) reconhecidos como fundadores da Sociologia do Trabalho na França (CASTIONI, 2010, p.18).

O autor enfatiza que em todos estes pesquisadores a abordagem sobre qualificação traz implícita o caráter de construção social (CASTIONI, 2010 P.121).

Esta abordagem condiz com a abordagem multidimensional de Schwartz (apud CASTIONI, 2010, p. 132), na qual a qualificação apresenta três dimensões: social, experimental e conceitual.

Para Schwartz (1995, p.125-37) a dimensão social seria o “reconhecimento das atividades desenvolvidas a partir do conteúdo atribuído pelas classificações coletivas operadas no espaço de produção.” Neste sentido o autor traz a qualificação para o âmbito das lutas sociais por melhores condições de trabalho, de emprego, de renda e de carreira.

Para Vieira e Luz (2005, p.96) a dimensão social em Schwartz diz respeito “às relações sociais estabelecidas em função do conteúdo de determinada atividade e seu reconhecimento social, implicando, conseqüentemente, em valorização das qualificações e dos recursos de avaliação, objetivando verifica se as qualidades do trabalhador estão de acordo com as exigências do posto de trabalho”.

Para estas autoras, a dimensão conceitual em Schwartz apresenta a qualificação entendida como resultado do registro de conceitos teóricos formalizados e dos processos de formação, e é associada ao valor dos diplomas e ao “valor a eles atribuídos”, pois este é visto como o instrumento que garante ao trabalhador status e remuneração.

Na dimensão experimental, associada às evoluções tecnológicas ocorridas mais acentuadamente nos anos 80, embora a qualificação, seja entendida como um condicionante da eficiência produtiva, é abandonada pelo conceito de competência (VIEIRA e LUZ 2005, p.97).

A dimensão experimental decorre do conteúdo real do trabalho, onde se é exigido mobilizar os saberes e onde a convocação para a compreensão e solução dos problemas que se apresentam na empresa é uma constante nos espaços de produção, ao meu ver, seriam estas convocações que estariam sendo feitas aos trabalhadores nos dias de hoje em nome das competências. (SCHWARTZ, 1998, p.125-137).

Conforme a autora, neste período passa-se a “valorizar mais os conteúdos dos trabalhos que vão além do que está prescrito e as qualidades dos indivíduos ligadas aos atributos pessoais, potencialidade e valores, em detrimento dos saberes formais, ou seja, priorizam-se a prática do saber e do saber-fazer. Conclui-se, assim que a qualificação está ligada à pessoa, mais do que às relações sociais e ao conhecimento tácito necessário para vigiar autômatos. Isso não quer dizer que as dimensões sociais e conceitual da qualificação sejam prescindíveis.”

Para Ramos (apud NEVES 2001, p.173) o que ocorre é um enfraquecimento de ambas as dimensões, enquanto a dimensão experimental é fortalecida. Há um deslocamento de direção, onde a “noção de competência desloca dialeticamente a noção de qualificação para um plano secundário”, como forma de se consolidar como categoria ordenadora da relação entre trabalho e educação no capitalismo.

Para a autora, reconfigura-se a dimensão ético-política da profissão, mediante a ascendência da dimensão psicológica sobre a dimensão sociológica, consolidando a tendência de uma profissionalização de tipo liberal, baseada no princípio da adaptabilidade individual às mudanças socioeconômicas.

Para Schwartz (apud CASTIONI, 2010, p. 132), a competência teria surgido a partir da articulação da dimensão conceitual e experimental da qualificação, não envolvendo a

dimensão social. Conforme Manfredi (1999, p. 6), sob a noção de competência, o trabalhador estaria sendo convocado a exercer o “saber-fazer”. Castioni (2010, p.143) não identifica no trabalho de Schwartz uma definição de competência, mas

[...] uma problematização. Para ele, determinar se alguém é ou não competente, significa construir um juízo de valor colocando frente a frente indivíduos e conteúdos das tarefas. Isto na sua visão não é tão simples, pois não basta separar sujeito e objeto. [...] O encontro entre conhecimentos e experiência já é resultado das competências humanas industriais que, de acordo com Schwartz, também exprimem o uso de si por si. É este encontro impossível de ser antecipado pelo conceito, e, portanto por modelos como, no caso, o da ‘organização qualificante’ e/ou ‘modelos’ de competência que objetiva a listar as competências humanas, buscando enquadrá-las em atributos tais como ‘saber-ser’, ‘saber-fazer’, ‘saber-agir’, ‘saber-pensar’ e seus desdobramentos em requisitos, de acordo com as exigências da empresa (organização qualificante) (CASTIONI, 2010, p. 143-144, 146)

No Brasil, desde o início da década de 1990, vários estudos empíricos tem focado as transformações que estão ocorrendo nos diferentes setores da economia. Manfredi (1999, p. 6) diz que os resultados destas pesquisas não permitem concluir que o caráter inovador das atuais transformações na base técnica e material do trabalho se expressa, também e genericamente, por ganhos de qualificação por parte dos trabalhadores.

Neste contexto que foram desenvolvidas duas experiências-piloto de políticas de qualificação e certificação no Brasil, uma na construção civil e outra no setor automotivo, como parte do Plano Nacional de Educação Profissional – PLANFOR, implantado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, entre 1998-2002.

Nestas experiências o processo de certificação profissional ao mesmo tempo em que formalizou o reconhecimento da qualificação para o trabalho, encaminhou e orientou os trabalhadores que participaram das experiências-piloto para: oportunidades de reingresso e continuidade no sistema de ensino, ou para a inserção em programas de formação profissional inicial e continuada, segundo os itinerários formativos definidos pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.

De acordo com Manfredi (2010, p. 34) a opção por um tipo de abordagem de qualificação profissional implica em escolher uma determinada concepção de certificação.

Neste sentido, percursos e procedimentos metodológicos devem ter nexos teórico-metodológico entre concepções, metodologias e instrumentos de certificação.

A concepção de certificação, no que se refere ao referencial teórico, transita, como visto até aqui, entre a abordagem de qualificação profissional e a abordagem por competência. De acordo com Manfredi (2010, p. 34) há um vínculo entre estas concepções e a metodologia e os instrumentos a serem utilizados em um sistema de certificação.

A autora apresenta quatro orientações teóricas no campo da certificação profissional: a orientação teórico tecnicista derivada do modelo trabalho/habilidades (job/skills), a orientação para o modelo de competência, a orientação interacionista e a orientação socioconstrutivista denominada de qualificação social e profissional.

Na concepção derivada do modelo trabalho/habilidades a qualificação profissional está centrada no posto de trabalho e não no trabalhador. Os parâmetros para a qualificação são os parâmetros de produção e organização (Manfredi, 2010, p. 34), isto é, tem na sua essência o modelo tecnicista de Taylor. Assim encarada, a qualificação é privatizada, um bem a ser conquistado de forma privada através de treinamento, experiência e formação escolar; encarada numa ótica processual, individualizada e personalizada, sem nenhuma conotação ou condicionamento sociocultural. A construção de perfis profissionais se baseia num conjunto de conhecimentos técnico-científicos prescritos nas normas e manuais da organização, destrezas, habilidades, somadas ao acúmulo de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo de uma trajetória de vida escolar e de trabalho. A avaliação e certificação destas competências prescritas têm como referência os padrões de desempenho e de domínio de conhecimentos técnicos e gerais descritos no perfil profissional, os quais compõem um conjunto de atributos do trabalhador passíveis de serem mensurados através de métodos diretos e procedimentos quantitativos.

Esta concepção de qualificação hegemônica que existe há mais de três décadas e está ancorada nos modelos taylorista e fordista de organização da produção e do trabalho, entra em crise com a reorganização do sistema capitalista frente à mundialização da economia e às transformações técnico-organizacionais que exigem a adoção de sistemas de produção flexíveis e da criação de novas formas de relações do trabalho.

Esta concepção, denominada de qualificação orientada para o modelo de competências

tende a centrar individualmente no sujeito que trabalha, no trabalhador (considerado individual e isoladamente), interpretando-a como um conjunto

de atributos (de natureza psicossocial) e aquisições pessoais, fruto de êxitos e de investimento individual, adquiridos formalmente (por meio de cursos/treinamentos) e/ou por meio da experiência profissional, independentemente do posto de trabalho, dos contextos organizativos e socioculturais. (MANFREDI, 2005, P.34-35)

Entendo que estas mudanças estão associadas à construção de novas formas de representação e ressignificação das noções de trabalho, qualificação, competências e formação profissional.

Neste sentido a qualificação recai num sistema de capacitação e treinamento, que além de definir um campo de conhecimentos, técnicas e habilidades múltiplas e trabalho polivalente, complementa com um novo atributo: requer-se no trabalho uma postura colaborativa entre trabalhadores, grupos e equipes, entre os indivíduos da produção e dos setores de comando e supervisão, com práticas denominadas de administração participativa e passível de ser treinada independentemente do posto de trabalho e dos contextos organizativo e sociocultural.

Estes dois elementos são essenciais para o enfrentamento de situações nem sempre previstas nos novos campos tecnológicos, onde a qualificação do trabalhador é a sua capacidade de resolver rápido e bem estes problemas assim que surgem.

Para o exercício desta capacidade o trabalhador deve mobilizar competências adquiridas ou mesmo construídas através de cursos e treinamentos e pela experiência tanto profissional como fora dela, competências estas sintetizadas nos termos “saber fazer”, “saber ser” e “saber agir”.

O “saber fazer” compreende as dimensões práticas e técnicas; o “saber ser” encerra as competências intrínsecas do indivíduo como traços de personalidade e caráter conjugados à capacidade de iniciativa e assimilação de valores competitivos (qualidade, produtividade, competitividade); o “saber agir”, por sua vez, é avaliado pelas habilidades relacionais para o trabalho em equipe de solução de problemas e pelo posicionamento frente aos novos desafios.

Há no nível de concepções e representações, um movimento no sentido de substituir a noção de qualificação pelo chamado modelo de competência. Este enfoque, segundo Manfredi (2010, p. 35) “Postula a certificação como uma prática que possibilita identificar e avaliar o conjunto de ‘saberes e competências’ (mensuráveis e classificáveis) de que um trabalhador é portador, centrando o foco do balanço de competências muito mais nos resultados do que no processo.”.

Quando se compara à concepção tecnicista de qualificação, o modelo trabalho/habilidades e o modelo de competências, percebe-se que os dois pressupõem qualificação a partir da ótica de um modelo capitalista de organização do trabalho. O que as distingue é o fato de que o modelo de competências amplia a qualificação para além do ponto de vista técnico-científico do modelo trabalho/habilidades, incorporando multidimensões quanto às habilidades tecnológicas e às dimensões subjetivas de ordem psicossocial e cultural, com conotações sociais e político-ideológicas que passam a ser explicitamente valoradas pelo capital (MANFREDI, 1999, p. 8).

A perspectiva interacionista, ao contrário dos pressupostos behavioristas das concepções condicionantes do taylorismo, busca entender a qualificação na perspectiva piagetiana onde considera a qualificação profissional como resultante de processos psicológicos e sociais próprios da interação sujeito-organização, ou contexto organizacional, isto é, os indivíduos constroem seu próprio entendimento, num processo de aprendizagem construtiva.

Nesta perspectiva a qualificação busca desenvolver no trabalhador um conjunto de estratégias cognitivo-comportamentais para que ele possa responder às solicitações dos contextos de trabalho e, simultaneamente, como um conjunto de conhecimentos, representações, expectativas e idéias sobre si mesmos, desenvolvidas nas interações vivenciadas nos contextos organizacionais.

De acordo com Manfredi (2010, p. 35) “Essa concepção estabelece o caráter dinâmico das competências profissionais, a importância do enfrentamento social na sua construção e sua forte relação com o contexto em que é desenvolvida.”

A perspectiva socioconstrutivista de qualificação, também denominada de qualificação social e profissional em documentos do MTE (LIMA e LOPES, 2005, p. 12), há a incorporação de alguns elementos da concepção interacionista, mas ressalta a importância de outros contextos socioculturais para além dos espaços de trabalho e a natureza individual e coletiva da qualificação profissional (MANFREDI, 2005, p. 37-38).

Nesse sentido, a perspectiva socioconstrutivista considera a competência profissional como resultante de itinerários e percursos em que os trabalhadores constroem suas identidades e desenvolvem sua capacidade de trabalho individual e coletiva numa dinâmica sociocultural, complexa, contraditória e multideterminada.

Os contextos de vida e de trabalho se confundem formando os lugares sobre os quais se constroem as experiências e de saberes não estruturados, absorvidos e reconstruídos de

modo não-linear e ativo pelos trabalhadores e que definem a competência e desempenho profissional numa dimensões de ordem psicocomportamental e sociocultural com recortes de gênero, etnia, classe, ético-política, etc.

Assim concebida, a qualificação carrega

Uma noção que considera tanto as condições objetivas de trabalho como a disposição subjetiva por meio das qual os trabalhadores coletivos, como sujeitos ativos, constroem e coconstroem sua profissionalidade. A qualificação individual é, ao mesmo tempo, pressuposto e resultado de um processo de qualificação coletivo, condicionado pela/na organização da produção social e dos confrontos e negociações entre as forças que intervêm nesse processo – capital e trabalho. [...] Esse é o motivo pelo qual a qualificação profissional do trabalhador não pode ser considerada a demonstração prática de competências individuais. (MANFREDI, 2010, p. 36).

Analisando as orientações aqui apresentadas identifico que os pressupostos teóricos que definem as orientações do modelo teórico tecnicista denominado trabalho/habilidades (job/skills) e do modelo de competência imprimem uma tendência a adotar modelos de certificação mais fechados. Estes modelos de certificação utilizam instrumentos como normas e procedimentos predefinidos e referenciados nos descritivo dos perfis profissionais. As competências consistem de pré-requisitos prescritos que servem de grade para verificar se as competências possuídas por um trabalhador satisfazem.

Nesse sentido, a certificação converte-se numa atividade de comprovação e controle, em função de parâmetros e padrões externos, o que permite estabelecer etapas definidas de identificação, diagnóstico e avaliação.

Num campo lógico no mínimo diferente, a orientação interacionista e a orientação sócio-construtivista não busca apenas comparar o perfil, as capacidades e o desempenho de uma pessoa com um perfil padrão pré-definido e alheio ao contexto sociocultural, mas sim de “apreender o percurso de construção, a partir de totalidades mais amplas e complexas: a partir da multiplicidade de contextos em que foram geradas, desvelando até aspectos e dimensões da trajetória profissional pouco conhecidas e valorizadas pelo próprio sujeito interessado.” (MANFREDI, 2005, p. 37-38)

Nestas orientações valorizam-se os processos de reconstrução da trajetória profissional enquanto processo de resgate para o próprio sujeito do trabalho da importância de suas

experiências, acúmulos e lacunas. Assim a certificação para além de estabelecer uma referencial de conhecimentos adquiridos ao longo da vida permite uma ressignificação para o futuro do trabalhador, pois permite que o mesmo redefina seu percurso profissional quanto as oportunidades de escolarização e formação, visando à obtenção ou mudança de emprego ou trabalho.

Portanto, numa clara contraposição aos modelos de certificação fechados, as perspectivas interacionista e socioconstrutivista “orientam-se para modelos mais abertos de certificação, mesmo que não possam dispensar normas padronizadas de referência para as diferentes áreas, perfis e setores profissionais.” (MANFREDI, 2005, p. 37-38)

Esse é o motivo pelo qual a qualificação profissional do trabalhador não pode ser considerada uma mera demonstração prática de competências baseada em documentos prescritivos e fechados, mas considerar a competência profissional como resultante de uma construção em que os trabalhadores edificam suas identidades e elaboram os conhecimentos que permitem solucionar os problemas através tanto do trabalho individual quanto coletivo, contextualizado nas lógicas das dinâmicas sociocultural, com suas complexidades, contradições e multideterminações.

Trata-se de uma concepção de qualificação profissional alternativa àquela que privilegia perspectivas individualizantes ancoradas, tão somente, nas exigências dos postos/mercado de trabalho, ou de competências resultantes do processo de aprendizagens individuais, mas que valorize a emancipação social dos coletivos de trabalho.

Dá a necessidade de se pensar concepção de qualificação profissional como espaço de interação e fortalecimentos dos coletivos de trabalho na lógica das vivências de relações igualitárias e democráticas de gênero, sem as discriminações de minorias ou majorias étnicas, sexuais, culturais (ADAMS, 2010, p.47).

De acordo com Adams (2010, p.48), sob o ponto de vista da educação popular, o

...caminho da emancipação passa pelo mundo real e concreto das condições de vida, de trabalho, dos desejos e necessidades para que a atividade do trabalho seja ainda mais potencializada como instância de formação humana. Em decorrência, os trabalhadores associados precisam dominar operações básicas para fazer contas, avaliar o atual quadro econômico, projetar metas de produção e comercialização que garantam a remuneração pretendida e o a manutenção da unidade produtiva, conhecimento sobre os meios de produção (máquinas, equipamentos), desenvolvimento tecnológico.

Percebo que as potencialidades emancipatórias entre a educação popular e o trabalho associado como espaço de articulação de saberes e conhecimentos, estabelece um caminho de afirmação e consolidação de outra cultura para o capital: o da economia solidária.

Segundo Paul Singer (2002, p.10) a economia solidária é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Não se trata de desmonetarização ou fim do mercado, mas da eliminação do lucro como categoria. Trata-se, na verdade, de uma desmercantilização do processo econômico e, neste caminho, a educação desempenha um papel destacado (GADOTTI, 2009, p.26).

Entretanto, há o cuidado de se evitar a reprodução do modo capitalista nas práticas pedagógicas desenvolvidas nos ambientes de trabalho coletivo. Neste sentido, Singer (2005, p.15) define a economia solidária como um “ato pedagógico”, havendo a necessidade de se construir uma “pedagogia da economia solidária”.

Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. Para Gadotti (2009, p.48), “empoderar não é ‘ter mais’ poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia”, o que, na visão de Paulo Freire, significa “ser mais”.

E é nesta linha que se estabelece a relação entre a ação de educar e a construção do conhecimento. Todo o conhecimento identifica uma ação geradora, mas para produzi-lo, de acordo com Freire (1997) “não basta agir”. É necessário haver a reflexão e a sistematização da prática, o que implica no processo dialógico entre educador-educando, onde “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1997, p.25). Deve-se, como diz Gadotti (2009, p.49),

reconhecer e valorizar os saberes dos educandos. Nesse sentido, deve-se dar destaque a conteúdos básicos desta formação, relacionando-os com a cultura acumulada pelos empreendimentos solidários no campo da gestão democrática, no campo da constituição de redes e cooperativas, da participação cidadã e do trabalho emancipatório, dos direitos sociais e trabalhistas e da auto gestão.

Percebo, pelo exposto acima que é recomendável que os conteúdos do processo de reconhecimento, validação e certificação dos saberes dos trabalhadores de materiais recicláveis estejam relacionados com as suas experiências vividas de autogestão; pois delas sendo originários, haverá significado aos coletivos todo programa governamental.

E é neste campo epistemológico que entendo ser tratada a questão da qualificação dos trabalhadores de materiais recicláveis. Este movimento social emerge excluído do sistema trabalhista e de educação profissional brasileiro, o que explica o fato de que suas atividades só foram incluídas na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (classificação 5192 - Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável (MTE, 2013) em 2002 e que não há nenhum curso profissional de nível médio catalogado no MEC que tenha os conhecimentos, os saberes destas atividades inseridas.

Não obstante, para sua existência, são protagonistas de um movimento social que vai além de um movimento reivindicatório, constituindo-se num elo importante e definidor de uma cadeia produtiva: a dos materiais reciclados.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E SEU CICLO

Foi somente a partir da década de 60 que a política pública atingiu o status de campo de conhecimento dentro da Ciência Política (SABATIER, 1994). Estes conhecimentos produzidos pela área de políticas públicas vêm sendo largamente utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam com problemas públicos em diversos setores de intervenção, permitindo a qualificação dos processos de decisão em políticas públicas em diferentes áreas da administração pública, inclusive na Educação.

De acordo com Frey (2000) as políticas das sociedades em desenvolvimento, no que se refere às peculiaridades sociais e econômicas, não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos. É preciso uma “adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento.”.

É neste campo que este capítulo se insere com a intenção de subsidiar a análise do objeto deste estudo, através da caracterização tipológica e da identificação dos processos estruturais e conceituais envolvendo o desenvolvimento da política pública definida no Programa CERTIFIC para os catadores de lixo.

Preliminarmente, faz-se necessário esclarecer a distinção que o uso da palavra política assume na língua portuguesa, diferentemente da língua inglesa que distingue *politics* de *policy*. O termo política no sentido de *politics* se refere aos procedimentos formais e informais que expressam as relações de poder (RUA, 1998); enquanto que o seu uso no sentido de *policy* envolve os processos de decisão e ação, cuja expressão política pública (*public policy*) apresenta este vínculo (SECCHI,2010).

Quanto a sua origem, uma política pública pode ocorrer através de um dos vários instrumentos de políticas públicas possíveis. Seja através de uma decisão judicial, de uma ação legislativa (leis, decretos) ou de um plano que define programas de estímulo e campanhas de conscientização, vários são os instrumentos de políticas públicas que se concretizam nas áreas de educação, saúde, segurança, social e redução das desigualdades, gestão, habitação, ambiental e economia.

Para melhor compreender o seu conceito neste trabalho, deve-se ter em conta de que uma política pública se concretiza através de um conjunto de decisões e não através de uma única decisão isolada e que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública” (RUA, 2009, p. 20).

Em termos conceituais, a definição de política pública está longe de assumir uma unanimidade entre os estudiosos especializados no assunto. Isto se deve aos diferentes enfoques dada à abordagem conceitual. Resumidamente há duas abordagens básicas: a abordagem estatista que tem o enfoque no decisor e a abordagem multicêntrica com enfoque no objetivo da política.

Neste trabalho buscou-se estabelecer o conceito de política pública no campo da abordagem multicêntrica por se entender que esta, por não ter o foco no decisor, evita “uma pré-análise da personalidade jurídica” da instituição, órgão ou autarquia encarregada de desenvolvê-la (SECCHI, 2010); mesmo correndo o risco de que muitas vezes é difícil identificar com clareza qual é o real objetivo de muitas políticas, principalmente quando um problema privado se reveste de problema público para usufruir de recursos de mesma natureza para sua solução.

Outro fator a favor da abordagem multicêntrica está no fato de que a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas” (HEIDEMANN apud SECCHI, 2010, p.4). Este fato torna-se importante na medida em que além de sua contextualização perante outras políticas públicas que compartilham seu foco nos mesmos sujeitos, há também os diversos atores institucionais formais ou não que protagonizam ações fora das políticas públicas oficiais.

Com este alinhamento quanto à abordagem, o conceito de política pública em Secchi (2010) definido como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” permite identificar três elementos fundamentais para qualquer análise mais ampla e geral neste trabalho.

O primeiro elemento é por natureza o princípio social da existência de uma política pública, o problema público e não privado; o segundo elemento se concretiza na crença de que há no mínimo uma possível solução que atenda os anseios dos que padecem com o problema; e o terceiro elemento vincula-se à intencionalidade, que por ser pública amplia a responsabilidade para o conjunto dos atores envolvidos direta e indiretamente com o problema.

Quanto às soluções e à intencionalidade, as políticas públicas são analisadas no processo de concretização dos objetivos conquistados pelo grupo de trabalho, do qual fiz parte como integrante e como pesquisadora participante. No entanto, no que se refere à questão do

problema público inserido como pano de fundo nesta investigação há de se ter o cuidado para não ocorra confusão com o problema de pesquisa. Isto é, que o pesquisador confunda seu problema de pesquisa com o problema público envolvendo os catadores de lixo. Neste sentido, faz-se importante que haja uma clareza conceitual que balize as perspectivas do pesquisador e as perspectivas do integrante do grupo multidisciplinar, sem confundi-las, apesar das duas serem construídas pelo mesmo ser.

Para melhor entendimento destes dois problemas, um posicionado na estrutura da pesquisa e o outro na estrutura da política pública, convém aprofundar suas diferenças conceituais. Abaixo se inicia esta discussão partindo da representação estrutural de políticas públicas.

Usualmente, o processo de elaboração de políticas públicas (policy-making process) é representado através do ciclo de políticas públicas (policy cycle), o qual consiste de um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em suas fases sequenciais e interdependentes. Há várias versões que se diferem pelo número de fases existentes. Restringir-se-á neste trabalho ao modelo às sete fases principais apresentado em Secchin (2010, p 33), conforme Figura 1 abaixo.

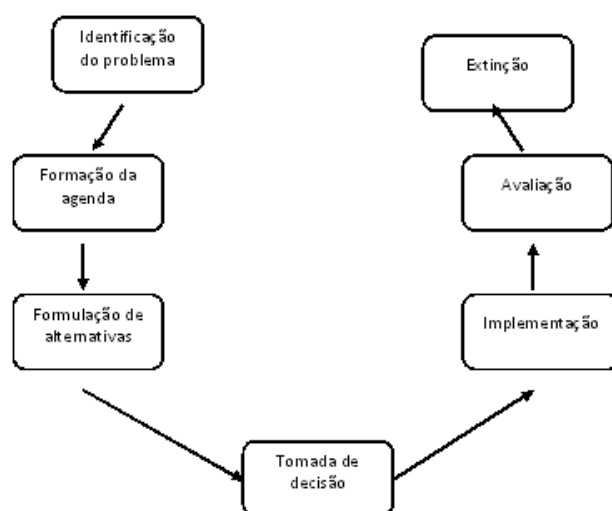


Figura 1 - Ciclo de políticas públicas conforme SECCHI (2010, p.33)

A sequência apresentada na Figura 1 raramente traduz a dinâmica e a vida de uma política pública. Sua utilidade é mais pedagógica do que prática, pois geralmente as fases podem ocorrer de forma não sequencial, misturadas entre si.

Wildavsky (apud SECCHI, 2010. P.34), por exemplo, enfatiza neste sentido, de que em alguns contextos a própria identificação do problema está mais relacionada ao fim do processo do que ao início, e as fases de avaliação geralmente acontecem antes de um exame minucioso do problema.

Apesar de todas essas ponderações, o ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: facilita na organização das ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a estabelecer um referencial comparativo para casos heterogêneos. Abaixo são apresentadas as principais características da fase de identificação do problema social, fase da tomada de decisão e da fase de implantação da política pública, fases esta que entendo serem pertinentes a esta investigação.

4.1 Fase da identificação do problema social

Na fase de identificação do problema social a principal consideração a ser abordada remete ao próprio conceito de problema no contexto das políticas pública¹³

Nesta direção torna-se necessária a clareza quanto à diferença entre problema sociológico e problema social e quais as relações destes conceitos com os conceitos de problema da pesquisa e problema do grupo de trabalho.

Silva (1967) esclarece que o problema sociológico “...é um problema de conhecimento científico que se suscita e resolve no âmbito da sociologia. É o campo da pesquisa.”. Portanto, nesta investigação o problema sociológico equivale ao problema da pesquisa tal como definido na Introdução deste trabalho, consiste em investigar quais são os fatores externos e internos ao grupo de trabalho que influenciaram o processo de construção perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis para o Programa CERTIFIC e suas relações com o processo da política pública profissionalizante e com as visões e experiências educacionais dos integrantes do grupo, bem como ocorreram as concordância e contradições nestas relações.

¹³ A noção de problema e a formulação de problemas em diversos ramos do saber tem sido objeto de muitos estudos. Uma abordagem mais profunda é apresentada nos artigos Reflexões sobre o conceito de problema social I e II da economista portuguesa naturalizada brasileira Maria da Conceição Tavares da Silva, publicados em Análise Social (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Vol. V, 1967 (nº17), pp. 5-22 e Vol. V, 1967 (nº18), pp. 207-230.)

Assim, tem-se que o problema social corresponde ao problema que serviu de base, de pano de fundo para as atividades do grupo de trabalho. Para este tipo de problema, a autora aponta dois aspectos a serem considerado.

Num primeiro plano está a percepção das pessoas e que a “...essência do problema social está na insatisfação experimentada ante este ou naquele aspecto da realidade social, considerado inconveniente e superável.” (SILVA, 1967).

Num segundo plano, a autora estabelece a discussão sobre a abrangência que o problema percebido alcança e que apesar de não ser “...possível, num plano de abstracção, dizer a partir de que limiar preciso um problema social existe realmente.”, há um posicionamento definido mais pela direção do coletivo.

A autora analisa este fator de abrangência no conceito publicado no dicionário de ciências sociais pela UNESCO, que define o problema social como “uma situação que afecta um número significativo de pessoas e é julgada por estas ou por um número significativo doutras pessoas como uma fonte de dificuldade ou infelicidade e considerada susceptível de melhorias”.

Nesta definição, Silva (1967) evidencia que é a situação que define o objeto como um problema, mas é pela subjetividade na percepção dos sujeitos que propriamente há a adjetivação do problema como social, ou seja

[...]uma situação objectiva e uma <<visão>> subjectiva da situação. O que, todavia, faz com que a situação se converta em problema é propriamente esta «visão» dela. Notar-se-á que não se trata apenas duma percepção e interpretação de factos, mas também duma apreciação desses factos à luz de certa ideia do que é desejável, que, por sua vez, já pressupõe determinadas conjecturas sobre o que é possível.” (SILVA, 1967)

Ainda, a autora chama a atenção para as consequências desta visão subjetiva, a qual implica na construção do problema social carregado de valores da própria sociedade que o percebe e conclui que “Todas estas operações são susceptíveis de levar a divergências no diagnóstico dos problemas sociais, mas o principal pomo de discórdia está, sem dúvida nenhuma, no facto de ele implicar juízos de valor.” (SILVA, 1967.)

Neste trabalho esta última consequência tem especial importância, pois o grupo social pesquisado é parte desta sociedade que carrega nas mais diferentes interfaces, sua percepção na problematização social e o pesquisador carregam consigo estes juízos, enquanto

componente do grupo. O problema da pesquisa (ou o problema sociológico) e o problema social (ou o problema do grupo de trabalho), mesmo distintos, podem se confundir, devido ao contato mais duradouro do pesquisador participante com o processo de construção do seu objeto de pesquisa e pela sua relação no grupo de trabalho onde se dá esta construção.

De acordo com Lousada (2011, p. 48) o pesquisador nesta condição de pesquisa participante não deve ficar “...refém do senso comum da leitura de mundo dos grupos sociais com os quais trabalha.”; entretanto ao conduzir o processo de problematização conforme o tipo de pesquisa exige, tornar-se “...diferenciado do modo como a sociedade ou os grupos sociais em geral o concebem, dar-se o direito de discordar, duvidar, colocar em suspenso”.

Feitas estas considerações, a definição de um problema social objeto da política pública, pode ser abordada, conforme Secchi (2010), como uma “discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível..”.

Abaixo são apresentados os elementos básicos de cada fase de forma que possa subsidiar a identificação de fatores externos ao processo de construção dos perfis profissionais, objeto desta investigação, sem, no entanto aprofundar os elementos que permitissem uma análise mais profunda de cada fase da política pública envolvendo o Programa Certific. Entretanto, como apontado por Frey (2000) na concepção do modelo de *policy cycle*, o processo de resolução de um problema político consiste de uma sequência de passos.

“Mas, na prática, os atores político-administrativos dificilmente se atêm a essa sequência. Isso vale especialmente para programas políticos mais complexos que se baseiam em processos interativos, cuja dinâmica é alimentada por reações mútuas dos atores envolvidos: in fact policy making is actually complicated and interactive.” (KELLY e PALUMBO apud Frey, 2000)

Fase da tomada de decisão

Durante a fase de tomada de decisão ocorre o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. Neste estágio, os tomadores de decisão lançam mão de diferentes estruturas de relação entre o problema social objeto da política pública e as soluções apresentadas como alternativas.

4.2 Fase da implementação

Entendo que o Comitê Técnico teve suas atividades caracterizadas num dos diferentes momentos da fase de implementação do Programa CERTIFIC. Isto pode ser confirmado pela leitura do instrumento de implantação do Programa que se denomina Rede CERTIFIC e conforme documento “Orientações para a Implantação da Rede Certific” (BRASIL(2), 2010. p.28) configura-se

[...]como um conjunto de ações cooperadas que visam ao estabelecimento de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional de Formação Inicial e Continuada para o atendimento a jovens, adultos e trabalhadores que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos não formais para fins de prosseguimentos de estudos e/ou exercício profissional.

Ainda, sua “estrutura de governança”, conforme este documento estabelece, ocorre em tres âmbitos: um nacional, constituído de Comitê Gestor Nacional, Secretaria Executiva, Comitês Técnicos e Ouvidoria; no âmbito das instituições de ensino, constituído pelo Centro CERTIFIC e Núcleo Integrador de Estudos e Pesquisa Certific; e no âmbito interinstitucional, constituído pelas Câmaras Interinstitucionais de Orientação Setorial.

Assim, o trabalho do Comitê Técnico se enquadra no primeiro destes âmbitos. Neste âmbito, compete ao Comitê Técnico elaborar os documentos com proposta dos perfis profissionais conforme demanda das Câmaras Interinstitucionais de Orientação Setorial via Secretaria Executiva. Cabe ao Comitê Gestor Nacional aprovar a proposta destes perfis.

Após uma análise do documento “Orientações para a Implantação da Rede Certific” não foi identificada a possibilidade de validação do perfil proposto pelo Comitê Técnico a partir da participação do público-alvo envolvido. Identifiquei apenas esta participação já na etapa de geração das demandas locais, isto é, quando os perfis profissionais já foram consolidados ou o serão sem a participação de quem demanda.

Na fase de implementação de uma política pública, as regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações. É nesta fase que se costuma visualizar os obstáculos e as falhas que costumam acometer a política pública. Pode-se ainda visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerado.

Para Sabatier (1986, p. 21), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas: modelo de cima para baixo (top-down) e modelo de baixo para cima (bottom-up), conforme Figura 2 abaixo..

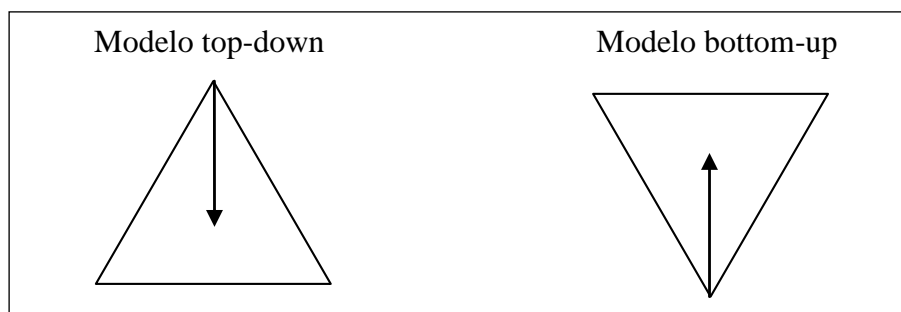


Figura 2 – Modelo de implementação de políticas públicas, conforme SABATIER (1986)

O modelo top-down é caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas. Esse modelo é baseado na distinção entre a política e a administração, no qual os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores (administração). O modelo top-down de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devam ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meio para os fins estabelecidos.

Esse modelo também é visualizado como estratégia da classe política para “lavar as mãos” em relação aos problemas de elaboração e implementação: se as políticas, os programas e as ações estão bem planejados, com objetivos claros e coerentes, então uma má implementação é resultado de falhas dos agentes (por exemplo, policiais, professores, médicos, etc). Esse processo é conhecido na literatura política como deslocamento da culpa (blame shifting) (SECCHI, 2010).

Análises mais realistas das limitações da classe política nas fases de formulação das políticas e uma reação ao deslocamento da culpa ajudaram a valorizar o contraponto ao modelo top-down.

O modelo bottom-up caracteriza-se pela maior liberdade de burocratas administradores e redes de atores em auto-organizar e modelar a implementação de políticas públicas.

Neste modelo os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas. A implementação é predominantemente

avaliada pelos resultados alcançados a posteriori, em vez da avaliação baseada na obediência cega a prescrições.

No modelo bottom-up o formato que a política pública adquire após a tomada de decisão não é definitivo, e a política pública é modificável por aqueles que a implementam no dia a dia. Em outras palavras, há maior discricionariedade por parte dos gestores e administradores. Esse papel de remodelação da política pública por aqueles que a implementam não é entendido como um desvirtuamento, mas sim como uma necessidade daquele que se depara com os problemas práticos de implementação.

A diferenciação entre modelos top-down e bottom-up serve também como indicativo para a pesquisa sobre implementação. Um pesquisador observando a implementação a partir de uma perspectiva top-down dará atenção inicial aos documentos que formalizam os detalhes da política pública (objetivos, elementos punitivos ou de recompensa, delimitações do grupo de destinatários, etc.) para então verificar em campo as falhas de implementação.

Já um pesquisador usando a perspectiva bottom-up parte da observação empírica de como a política pública vem sendo aplicada na prática, de quais são as estratégias tanto dos implementadores (policymakers) quanto dos destinatários das políticas públicas (policytakers), de quais são os problemas e os obstáculos práticos, para então verificar como a política pública deveria ser, entender os porquês das desconexões, e tentar compreender como o processo de elaboração da política pública chegou a imprecisões prescritivas.

Se o pesquisador quer extrair aprendizagem desse tipo de pesquisa, o modelo top-down é o mais indicado para verificar as causas de falhas na dinâmica de implementação (culpa da administração), enquanto o modelo bottom-up é o mais fértil para identificar falhas na dinâmica de elaboração de soluções e de tomada de decisão (culpa do político).

Quanto aos destinatários das políticas públicas (policytakers) são os indivíduos, grupos e organizações para os quais a política pública foi elaborada. Os destinatários geralmente são rotulados como uma categoria passiva de atores, ou seja, uma categoria que mais recebe influência do que provoca no processo de elaboração de políticas públicas.

Entretanto, Gaetani (2004) evidencia que em outras situações, os destinatários das políticas públicas também assumem o papel de tomadores de decisão, como no caso das políticas constitutivas ou estruturadoras, onde os destinatários são, ao mesmo tempo, polycytakers e policymakers, em casos de políticas de gestão pública, e em todos os casos em que indivíduos, grupos e organizações são chamados para participar da tomada de decisão (por exemplo, planejamento orçamentário participativo, conselhos gestores, etc.).

É reconhecido, no entanto, que os destinatários das políticas públicas têm seu potencial de influência prejudicado quando estão dispersos geograficamente, são heterogêneos no que se refere às diferentes etapas de evolução dos seus contextos organizacionais, e incapazes de organizar recursos em torno da defesa de seus interesses. Nesse sentido, corporações, grupos de interesse e os meios de comunicação logram comparativamente mais articulação de seus interesses que a categoria dos destinatários.

5 MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DOS PERFIS PROFISSIONAIS ENTRE TENSÕES, RESISTÊNCIAS, REFLEXÕES E AÇÕES.

5.1 Memória: primeira reunião trabalho

O início da construção dos perfis profissionais para o processo de certificação dos trabalhadores(as) da reciclagem data de novembro de 2011, com o convite realizado pela diretora, na época, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, também orientadora desse trabalho, Professora Dra Simone Valdete dos Santos, constituindo-se um grupo de trabalho multidisciplinar denominado Comitê Técnico Saneamento Ambiental: eixo Resíduos Sólidos da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC, doravante denominado por Comitê Técnico.

Foram convidados para integrarem este Comitê Técnico professores da Rede Federal de Educação Tecnológica Samuel Costa e Assis Francisco de Castilhos, ambos do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, Luciano de Andrade Gomes do Instituto Federal de Brasília – IFB, Janaína Marques Silva (pesquisadora) do Instituto Federal Sul Rio-Grandense - IFSUL, Biana Biazuz Vicente, mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Sonia da Costa como Coordenadora do comitê e a professora Dra Simone Valdete dos Santos Diretora de Políticas Públicas, ambas representando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, conforme email convite para reunião da Rede CERTIFIC encaminhado em 23 de novembro de 2011,

(...)conforme proposta acordada pelos Senhores(as) e a Professora Simone - Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica convidamos a todos(as)para reunião Resíduos Sólidos da Rede Certific nos dias 14 a 16 de dezembro de 2011 na sala 200 do anexo I da SETEC/MEC,a reunião terá início às 14h:00 do dia 14 (...)"(De:Luciana da Silva Santos LucianadaSilva@mec.gov.br - Secretária da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica - DPEPT– SETEC Qua, 23 de Nov de 2011 10:12)

Os elementos balizadores para as discussões preliminares da primeira reunião de trabalho do Comitê Técnico estão descritos abaixo e se referem-se à pauta previamente encaminhada:

- apresentação do Programa CERTIFIC;

- encaminhamentos para a elaboração dos perfis profissionais dos agentes que atuam no mundo do trabalho dos resíduos sólidos e

- encaminhamentos para a elaboração dos itinerários formativos dos referidos perfis.

Após a apresentação do Programa Certific, a coordenadora do Comitê Técnico estabeleceu como ponto de partida para os encaminhamentos de elaboração dos perfis profissionais as questões abaixo, as quais nortearam a reflexão e a discussão que seguira:

- quais os agentes que são o público alvo ação proposta?
- qual importância do reconhecimento dos saberes para o público alvo?
- como transformar o Programa CERTIFIC em uma política pública na área de saneamento ambiental?
- quais os encaminhamentos para a definição desses perfis profissionais?

Após esta etapa, resultaram algumas diretrizes e encaminhamentos que direcionaram a continuidade para as ações futuras do Comitê Técnico, conforme abaixo.

i. O comitê definiu que o campo de estudos ocorreria no eixo dos resíduos sólidos, podendo, após o completar os estudos sobre os perfis profissionais deste eixo, dar prosseguimento aos eixos complementares à área do saneamento ambiental. Assim, o público-alvo para levantamento dos perfis profissionais para a Rede CERTIFIC foi constituído pelos trabalhadores formais e informais que atuam no campo de trabalho envolvendo a gestão municipal dos resíduos sólidos.

ii. O Comitê Técnico entendeu ser essencial empoderar o público-alvo da compreensão sobre a importância do reconhecimento dos seus saberes na temporalidade que antecede o próprio reconhecimento, estabelecendo, dessa forma, a visão de que a certificação não tem significado terminal, mas de um dos elementos formativos do processo pedagógico a ser definido. Ainda, ficou estabelecido que conceitos como alienação e reconhecimento da importância do trabalho para a sociedade deveriam anteceder à práxis a ser reconhecida.

iii. O Comitê Técnico entendeu que a melhor estratégia para elevar a efetividade do Programa CERTIFIC para os catadores seria envolver os diferentes atores que atualmente desenvolviam atividades relacionados às políticas sobre resíduos sólidos. Assim, o Comitê Técnico orientou para a necessidade de desenvolvimento das articulações interinstitucionais entre SETEC, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), conselhos regulamentadores das profissões envolvidas nessa ação de certificação e principalmente com a entidade denominada de Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) via Comitê

Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis¹⁴ (CIISC) e outras formas organizadas das associações e cooperativas destes trabalhadores.

iv. O Comitê Técnico desenvolveu um mapa conceitual (Figura 4) identificando as principais fases da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. A finalidade deste mapa foi a de orientar o comitê durante as análises dos perfis profissionais a serem certificados pelo Programa CERTIFIC. O material norteador desta fase de discussões foi buscado na produção divulgada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (IBAM, 2007).

v. O Comitê Técnico definiu que o instrumento de análise para construção dos perfis profissionais deveria ser os mapas conceituais que agrupassem as diversas atividades identificadas e passíveis de comparação com as atribuições das profissões já existentes. O resultado desta análise encaminharia para o desenvolvimento dos itinerários formativos (Figura 3) e os perfis profissionais a serem certificados.

¹⁴O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) foi criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, para tratar da inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Inicialmente o foco do comitê foi o de acompanhar, avaliar e monitorar o processo de Coleta Seletiva Solidária (Decreto 5.940/06), por meio do qual os resíduos sólidos descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, são separados e destinados às associações e cooperativas de catadores. Em 2007, o comitê ampliou suas atividades através de grupos de atividades nas temáticas como serviços ambientais urbanos, previdência especial, educação, geração de trabalho e renda, resíduos sólidos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Criança no Lixo Nunca Mais.. A partir do Decreto 7405/10 foi renomeado como Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, mantendo a sigla CIISC. O comitê ampliou suas funções e finalidades com sua inclusão no Programa Pró-Catador, cuja finalidade é a de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio desse segmento. O CIISC é coordenado conjuntamente por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é composto também por integrantes dos ministérios de Trabalho e Emprego, Previdência e Assistência Social, Educação, Saúde, Cidades, Turismo, Minas e Energia, Fazenda, Ciência e Tecnologia, e Planejamento, Orçamento e gestão, das Secretarias do Patrimônio da União, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de direitos Humanos da Presidência da República, Fundação Banco do Brasil, Eletrobrás, Casa Civil da Presidência da República, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Fundação Nacional de Saúde, do Parque Tecnológico de Itaipu e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. www.mma.gov.br/cidades-sustentaveisw/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaeis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores e www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/orgao-scolegiados. Sites acessado em 19/06/13.

E, como encaminhamentos finais desse encontro, o Comitê Técnico solicitou à SETEC portaria de constituição como forma de legitimar as atividades junto às instituições de origem dos participantes. Ainda, solicitou que a articulação com os demais atores envolvidos e apontados no item iii. acima fosse encaminhada oficialmente a partir da SETEC. A próxima reunião de trabalho do Comitê Técnico foi agendada para os dias 13 e 14/02/2012, em Brasília.

Percebe-se que mesmo que o Comitê Técnico tenha iniciado os trabalhos em dezembro/2011 (primeira reunião) e agendado para fevereiro/2012 (segunda reunião) o início dos trabalhos de construção dos perfis, havia urgência quanto aos prazos institucionais na SETEC, conforme descrição do email abaixo enviado pela Diretora Diretoria de Políticas Públicas aos membros do comitê.

(...) preciso **com urgência** dos perfis profissionais dos recicladores definidos por vocês na reunião. Precisamos colocar no nosso relatório de gestão. Estamos organizando para fevereiro uma reunião com o pessoal do movimento para apresentarmos o trabalho - verificar se eles concordam para já colocar em execução. **PRECISAMOS COM URGÊNCIA DESTES PERFIS (...)**. (De: "Simone Valdete dos Santos" Simone.Valdete@mec.gov.br Enviada: 16 de jan de 2012).

Na contramão do solicitado e numa perspectiva de resistência por entender, como já exposto, que se faziam necessários mais encontros para construção dos perfis e a inserção de outras representatividades na construção e legitimação dessa construção o Comitê Técnico insistiu numa prorrogação dos prazos, conforme comunicado da representante do IFSUL no Comitê Técnico endereçada à Diretora de Políticas Públicas e com cópia aos integrantes do Comitê Técnico:

(...) a definição do perfil a ser apresentado ao movimento ficou de ser definido pelo grupo de trabalho neste próximo encontro de fevereiro. Encaminhamos no encerramento do primeiro encontro que teríamos dois dias de trabalho para definirmos os perfis e um dia de encontro com o movimento, o representante da ABES (...). (Janaina Marques Silva <janaina@sapucaia.ifsul.edu.br - Qua, 18 de Jan de 2012 15:21).

Percebendo e entendendo a necessidade de urgência para com a legitimação dos perfis profissionais, como uma postura estratégica para a sua inclusão no Programa CERTIFIC, o Comitê Técnico passou a articular, via email, as discussões que permitissem estabelecer os elementos básicos para a construção dos mapas conceituais e decisões sobre os possíveis itinerários formativos, tornando mais rápida a construção dos perfis profissionais na próxima reunião de trabalho agendada para 13 e 14/02/2012. Esta reunião teria dois momentos: um para consolidar a construção dos perfis e outra para apresentar aos outros atores convidados conforme orientação apresentada no item iii. das diretrizes e encaminhamentos resultantes da primeira reunião do Comitê Técnico.

Paralelo à construção dos perfis profissionais dos catadores para incluí-los no Programa Certific, o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com vistas à formação profissional, se consolidava no cenário político centralizado na Presidente da República Dilma Rousseff.

Como havia propostas de inclusão de cursos de formação na área de saneamento básico neste Programa, a Diretora de Políticas Públicas para Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC identificou a necessidade de que o Comitê Técnico fizesse, paralelamente às atividades do Programa Certific, uma avaliação das ementas e sugestões de alterações para os cursos a serem oferecidos nos eixos tecnológicos do guia de cursos do PRONATEC de forma a haver um alinhamento com o eixo tecnológico Saneamento Ambiental: eixo Resíduos Sólidos da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada da Rede CERTIFIC. Segue abaixo email com a demanda de trabalho.

Caros colegas da Reciclagem (...) estamos atualizando o Guia de Cursos PRONATEC. Na área da Reciclagem temos cursos no eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança (anexo nº 2) e também no eixo Recursos Naturais. Como no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos temos no Eixo Ambiente, Saúde e Segurança o Técnico em Reciclagem penso que é aí que os cursos precisam ficar pela proposta de continuidade de formação dos trabalhadores = verticalização. Verifiquem se o curso Operador de Usina de Compostagem que está no eixo Recursos Naturais deve vir para o Ambiente, Saúde e Segurança. Há uma repetição de cursos, verifiquem qual deve ser suprimido, ou se devemos manter desta forma. Por favor revisem com a carga horária = vejam se dá conta o curso com a carga horária (...). (De: "Simone Valdete dos Santos"

<Simone.Valdete@mec.gov.br. Enviadas: Terça-feira, 7 de Fevereiro de 2012 9:59:20)

Como acordado na primeira reunião trabalho, ocorreu nos dias 13 e 14 de fevereiro na SETEC/MEC o segundo encontro do Comitê Técnico constituído para elaboração dos perfis profissionais dos catadores com os demais segmentos interinstitucionais.

No primeiro turno de trabalho do dia 13/02/2012 foram desenvolvidos os dois instrumentos básicos de análise: os caminhos formativos possíveis para os catadores (Figura 3) e um mapa conceitual com as principais atividades que estes podem estar envolvidos quando estas estão integradas à visão de gestão de resíduos sólidos urbanos (Figura 4).

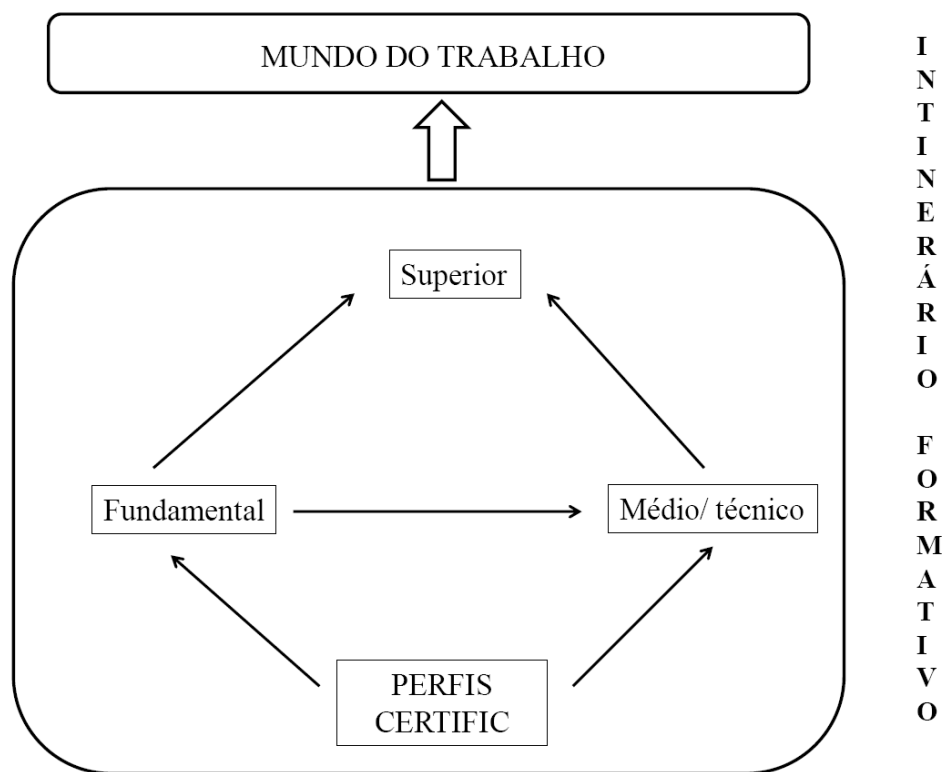


Figura 3 - Caminhos formativos

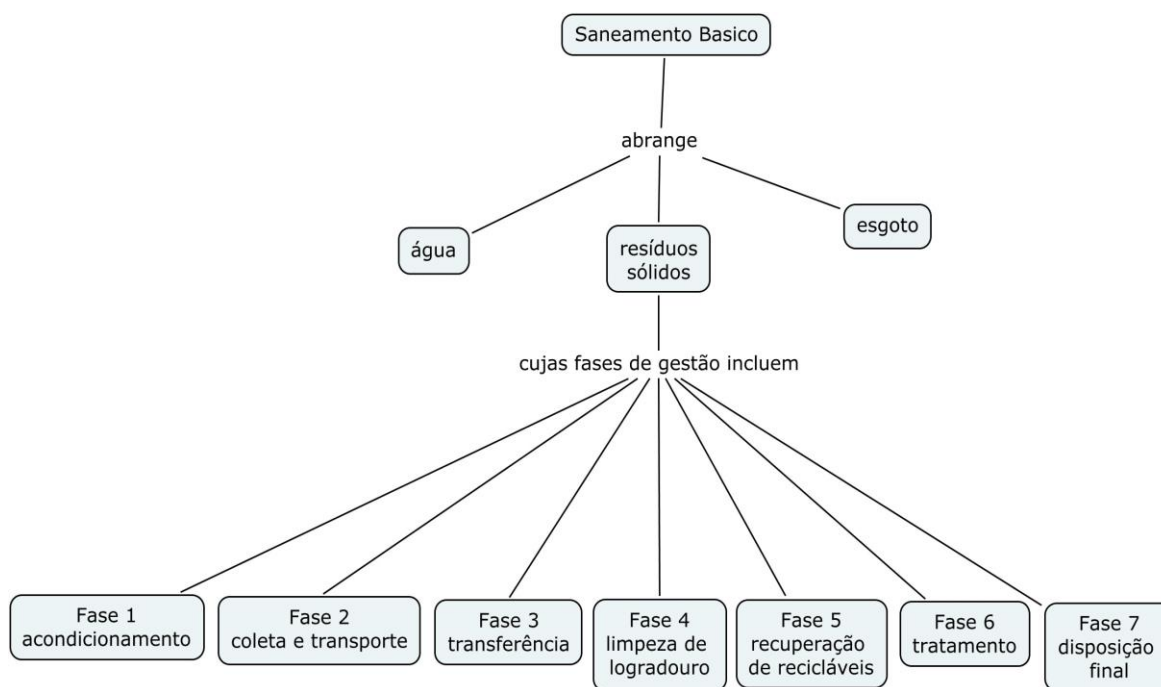


Figura 4 - Mapa conceitual das possíveis atividades envolvendo a gestão dos resíduos sólidos urbanos. No Anexo 6 são apresentados os mapas conceituais de cada fase individualmente.

Com base nos instrumentos acima foram elaborados três perfis profissionais para as atividades envolvendo os catadores de materiais recicláveis, são eles:

- Perfil Gerente de associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis (Anexo 03).
- Operador de Prensa de Materiais Recicláveis (Anexo 04). e
- Seleccionador de materiais recicláveis (Anexo 05).

No segundo turno de atividades do Comitê Técnico desenvolveu-se a reunião de apresentação dos três perfis aos representantes da SETEC, SENAI, IFSUL, IFB, IFSC, UFRGS, SECAD, SENAES/MTE, MNCR/catadores e a Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem 100 Dimensão. Abaixo é apresentada a memória deste encontro. A proposta de trabalho consistiu em primeiro desenvolver as discussões sobre os cursos do PRONATEC e posteriormente, as relacionadas aos perfis profissionais para o CERTIFIC.

5.2 Memória: segunda reunião trabalho

A reunião trabalho iniciou com a análise sobre a oferta dos cursos PRONATEC, arco ocupacional Gerenciamento de Resíduos Sólidos – eixo Ambiente e Saúde. A representatividade do SENAI presente sugere que nos itens 31 - Operador de Equipamentos em Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos e 32 - Operador de Produção em Unidade de

Tratamento de Resíduos (Anexo 02) sejam acrescentados os termos “sólidos urbanos”, no entanto, o representante do Comitê Técnico do IFSC intervém argumentando que, (...) estrategicamente não seria interessante, pois, colocando este item limitaríamos a atuação dos catadores (...). Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Então, sugeriu-se que fosse acrescentado apenas o termo “resíduos sólidos”, sugestão não acatada, pois, conforme os professores Assis e Luciano, o termo resíduos “sólidos urbanos” pode ser interpretado como resíduo doméstico apenas, o que poderia “eliminar a possibilidade de que os catadores também pudessem receber resíduos de outras origens que não a domiciliar, como por exemplo, o lixo oriundo do comércio, indústrias, serviços, desde que devidamente classificados como resíduo inerte.”. Também, a representatividade do SENAI sugeriu que no item 5- Agente de **Gestão** de Resíduos Sólidos (Anexo 2), fosse colocado 5- Agente de **Gerenciamento** de Resíduos Sólidos. A sugestão se baseia na Classificação Nacional de Ocupações – CBO onde o termo “Gestão” está vinculado ao nível superior de escolaridade, fato que não corresponde a realidade do público-alvo, porém, após consulta recente, verificou-se que a alteração solicitada, acatada e encaminhada pelo Comitê Técnico não foi realizada.

6. Agente de Gestão de Resíduos Sólidos- Executa serviços no âmbito da gestão de resíduos sólidos, com foco na sua redução, reutilização e reciclagem, fazendo inspeções e campanhas de conscientização para orientar na gestão adequada. Busca e realiza parcerias com empresas para a coleta dos resíduos recicláveis. Carga horária Mínima: 240horas. http://pronatec.mec.gov.br/fic/et_ambiente_saude/et_ambiente_saude.php#784. Acesso realizado em 09/06/2013. (Grifo do autor)

O representante do CONAC - Comissão Nacional do Catálogo dos Cursos Técnicos - professor do SENAI, também apontou para a necessidade de investimento em tecnologia como critério viabilizador do proposto no item 31 - Operador de Equipamentos em Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos (Anexo 02).

(...) para executar as ações propostas no item 31 tem que ter investimentos em equipamentos. Por exemplo, como gestor de uma escola eu teria que verificar o necessário diante do curso que escolhesse desenvolver

(...). Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

O representante do IFSC no Comitê Técnico, professor Assis, destacou o fato de que no Rio Grande do Sul ocorre o trabalho de transferência de tecnologia social para os centros triagem de resíduos sólidos urbanos.

(...) é uma tendência fomentar este público para a reciclagem de plásticos. O centro de triagem recebe esta tecnologia e, ao invés de apenas vender o plástico prensado, os trabalhadores vendem o material já processado e, com isso, melhora muito a renda nos centros que já trabalham com esta etapa (...). Documento “Memória” produzido na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Diante das colocações, a representante da SETEC/MEC colocou a possibilidade de uma parceria com o Ministério de Ciências e Tecnologia. Reforçando a importância da transferência de tecnologia, o representante do Comitê Técnico do IFSC diz que,

(...) se abrir o leque para os centros de triagem eles terão uma inserção diferente do que vem acontecendo. Conforme informações, de resultados de uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul¹⁵ sobre o perfil da indústria de reciclagem de plásticos (...) há partes dos processos as quais não se mostram interessantes do ponto de vista econômico para a indústria da reciclagem, e que assim, são interessantes para a transferência como tecnologia social, pois na economia solidária há a possibilidade real de que haja viabilidade econômica. A indústria do plástico não quer que eles, os centros de triagem, façam a extrusão do plástico, por exemplo; no entanto, gostaria que eles atuassem na lavagem, moagem, secagem e descontaminação dos mesmos. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Os diálogos sobre as adequações solicitadas no Guia de Cursos PRONATEC na área da reciclagem - eixo tecnológico Ambiente e Saúde passou por vários tensionamentos como o

¹⁵Pesquisa “Perfil da Indústria de reciclagem de Plásticos do Rio Grande do Sul. ABIQUIM – Associação Brasileira das Indústrias Químicas. 2004.

referente ao termo Operador utilizado nos itens 31, 32 e 33 do referido eixo tecnológico, onde, o representante do Sistema S manifesta ao grupo a sua contrariedade,

(...) um operador na indústria, de forma genérica, é o cara que muitas vezes vai somente “apertar um botão” e neste caso acho muita carga horária nesses cursos (...), pois quando se utiliza o termo “operador de resíduos sólidos” ele não trabalha com o papel, vidro (...). Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Entretanto, o representante do IFSC, baseado na sua experiência em projetos de capacitação desenvolvidos com os trabalhadores(as) em Centros de Triagem da grande Porto Alegre (CASTILHOS, 2004) contra argumenta,

(...) em algumas etapas sim os trabalhadores (as) operam com papel, vidro (...) teremos dificuldades na elaboração do Certific, pois, o que foi dito pelo representante do SENAI tem sentido na lógica da indústria competitiva, entretanto, não é a realidade dos centros de triagem de lixo. A partir do que eles desenvolvem, pode-se identificar os diversos níveis de tomada de decisão destes trabalhadores seja no nível estratégico, quanto no gerencial e no operacional. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Os tensionamentos relacionados às terminologias, cargos, atribuições foram instigados pelo entendimento de como o Catálogo Brasileiro de Ocupações - CBO se constituiu e se constitui, e que foi instrumento balizador na constituição dos perfis dos cursos de formação a serem oferecidos pelo PRONATEC (Anexo 02); no entanto, a Equipe entendeu que pode gerar possíveis conflitos quanto não atende de forma integral todos as tipologias organizacionais envolvendo o movimento social dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Sobre essa reflexão o representante da CONAC - Comissão Nacional do Catálogo dos Cursos Técnicos – professor do SENAI, expressa,

(...) foi construída por empresários e por profissionais de Recursos Humanos e o que traz são cargos para as empresas. E o que pensamos é que a formação tem que ser mais amplas. Quando olhamos para a CBO ela segue plano de cargos e carreiras e quando olhamos a nossa formação verificamos que ela deve ser mais ampla. Pensando a empregabilidade. Pode ser um

programa de formação mais genérico? Se sim, então ele tem que ser mais amplo e mais flexível (...). Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Quanto à construção dos perfis profissionais para os trabalhadores(as) nesse contexto o representante técnico do IFSC introduziu ao diálogo outra lógica,

(...) não é a realidade que vem da indústria o que foi construído para os trabalhadores da reciclagem. A CBO reflete a ocupação lá no mundo real, pois a construção dos perfis profissionais para os trabalhadores (as) da reciclagem no PRONATEC conta com o envolvimento de representações das cooperativas, associações de catadores, MNCR, ou seja, com os que terão impacto direto do que for definido. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

A Diretora de Políticas Públicas da SETEC enfatizou o incentivo a elevação de escolaridade e para isso sugeriu que a carga horária se elevasse para 200 horas, fato que facilitaria convênios com os municípios para esse fim.

(...) vamos colocar 200 horas para poder fazer a articulação com a elevação da escolaridade. O PRONATEC não tem a obrigação com a elevação de escolaridade, no entanto, a ideia é amarrar para que esse objetivo seja atingido. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Sobre a elevação da escolaridade tanto os integrantes do Comitê Técnico como os demais integrantes da Equipe Multidisciplinar, enfatizaram de que a questão é pra além de elevar o nível de escolarização, e sim, que há uma perspectiva de acolhimento no intuito de entender, atender e transcender as questões específicas do público-alvo. Conforme parecer de um dos representantes da SETEC, Sonia da Costa

(...) a discussão de elevação da escolaridade dentro do PRONATEC está relacionada com o módulo de acolhimento, onde serão tratadas as especificidades de cada público e a integração com outras políticas que já existem. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Ainda no diálogo sobre elevação de escolaridade, o representante do SENAI, manifestou-se argumentado que no seu entendimento não haveria a necessidade de formalizar em um módulo trazendo a questão da transversalidade,

(...) dentro do catálogo há o espaço para a formação social. Isso é transversal. É para todos os cursos. Portanto, não há necessidade de especificação no perfil. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Contribuindo com a reflexão a representante do IFSUL instiga que seja levada em consideração a importância da conquista de um espaço de legitimidade onde se possa contemplar a formação na perspectiva da “desalienação”¹⁶ e o representante do IFB chama a atenção para,

(...) que se tenha o cuidado em não reproduzir o que eles já fazem sem desenvolver e aprimorar as suas habilidades. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Várias adequações foram propostas a área da reciclagem - eixo tecnológico Ambiente e Saúde do Guia de cursos PRONATEC. Sugestões referentes a carga horária, terminologias, escolarização e atribuições. Em consulta recente ao site do MEC, verifiquei que as contribuições propostas nessa reunião trabalho do dia 13 de fevereiro de 2012 foram, na maioria, contempladas, conforme mostra o Anexo 2.

5.3 Caminhos que se cruzam: PRONATEC e CERTIFIC

Alinhada aos diálogos sobre o PRONATEC, deu-se início a etapa de discussão sobre o Programa CERTIFIC com a apresentação do Comitê Técnico sobre a proposta de construção dos perfis profissionais de Gerente (Anexo 03), Selecionador (Anexo 04) e Prensador (anexo

¹⁶ Quando ocorre o rompimento do vínculo entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, este “aparece, no final, como algo alheio ou estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence” (NAVARRO e PADILHA, 2007, p.15), o que segundo Marx significa “o objeto se sobrepondo ao sujeito”, entre outras palavras, é a alienação da negação. Percebe-se aqui que o termo desalienação foi utilizado no sentido marxista, isto é, quando o sujeito nega a negação, isto é, nega que produto do seu trabalho (o objeto) se oponha a si como trabalhador.

05) de Centros de Triagem, enfatizando-se as correlações com os caminhos formativos possíveis (Figura 3) e o mapa conceitual das atividades envolvendo as atividades com resíduos sólidos (Figura 4), ambos em consonância com a visão integrada da gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Este momento se mostrou como uma rara oportunidade, pois, como solicitado no primeiro encontro estavam presentes nessa reunião trabalho muitos segmentos entendidos pelo Comitê Técnico de extrema relevância dentro de uma perspectiva de visão integral do público alvo e das articulações necessárias para atender determinadas especificidades que vão pra além da certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida¹⁷ como, por exemplo, transferência de tecnologia, financiamentos, enfim.

Após a análise do mapa conceitual sobre atividades com resíduos sólidos (Figura 4), a representante da SETEC responsável pelo Programa na época, salientou a importância no cuidado em transcrever a linguagem técnica para uma linguagem acessível ao trabalhador, isto é, o processo de transposição entre níveis de formação e que a falta desse cuidado poderia estabelecer uma barreira na comunicação para com os trabalhadores.

(...) pensar os trabalhadores que atuam como catadores é mais que um programa educacional é um processo de inclusão. É uma transformação básica de transformação social e que depende de cada uma de nós. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Ainda, quando a representante do CERTIFIC na SETEC foi indagada sobre o acesso de pessoas analfabetas ao Programa, essa responde dando um parecer geral sobre as características e objetivos da Rede CERTIFIC,

(...) qualquer profissional que quiser acessar o programa não terá custo nenhum. Todo e qualquer instituição que ofertar gratuitamente pode participar. Instituição pública ou privada. Não pode haver processo seletivo e têm que ter no mínimo 18 anos.

¹⁷“a emergência do conceito de formação ao longo da vida (*Life-long learnig*) é uma realidade atual que afeta todas as profissões e cidadãos, enquanto forma de confronto com os desafios do mundo atual – sociedade da globalização e do conhecimento, em que a necessária combinação do *desenvolvimento intelectual* (educação para a compreensão e para a reflexão) e do *desenvolvimento social* (aprendizagem da solidariedade e da colaboração) se torna mais do que evidente numa disposição positiva para confrontar a mudança constante e a complexidade social, ou seja a capacidade de aprender a aprender.” (ALONSO, 2007, p.139).

Tem que ter experiência na área. O tempo de experiência exigida depende da área, s. (...) todos os trabalhadores deverão ser atendidos. Num primeiro momento eles são convidados a conhecer o programa e num segundo momento eles preenchem um questionário com perguntas diretas que funciona como entrevista. Após o preenchimento a equipe se reúne e agrupa por escolaridade, incluindo os analfabetos, pois o objetivo da rede CERTIFIC é de ser um atrativo para que os trabalhadores sintam, sim, que a escola é um lugar para ele. Ele é acolhido, reconhece-se os seus saberes e é encaminhado para elevação de escolaridade, mesmo o analfabeto. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Os trabalhadores(as) da reciclagem estavam representados na reunião trabalho pelo integrante do Movimento Nacional dos Catadores, onde após arguição da representante da SETEC sobre o CERTIFIC e a escolarização estabeleceu o seguinte exemplo para expor suas dúvidas:

(...) por exemplo, uma pessoa que tem alguma escolaridade e não consegue comprovar esta escolaridade, como fica? Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Tal questionamento além de pertinente é extremamente importante, pois, expõe a realidade da maioria dos(as) trabalhadores(as) da reciclagem¹⁸. Esclarecendo a questão a representante do CERTIFIC/SETEC trouxe novamente as características Programa,

(...) na rede CERTIFIC nós trabalhamos é com aspectos formativos, então este trabalhador seria encaminhado para concluir a sua elevação de escolaridade. Caso ele não queira, ele receberá apenas um memorial descritivo¹⁹. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

¹⁸Ver os trabalhos de Zanin et al (2009; 2011), Fischer e Meyer (2009), Lima (2013), Castilhos (2003) no Capítulo 3.

¹⁹Memorial descritivo é o documento que conterà todos os resultados do processo de certificação do trabalhador. Este documento juntamente com a elevação da escolaridade do ensino fundamental é condicionante para a certificação.

Ainda a representante do CERTIFIC/SETEC chama atenção para a perspectiva da verticalização²⁰ prevista no Programa CERTIFIC e relata a experiência do IFSC e do IFB onde,

(...) O Campus Continente (IFSC) conseguiu aprovar no Conselho do Instituto que todas as pessoas que terminarem o técnico no Programa consigam ingressar automaticamente no técnico integrado . Brasília também está em processo de tramitação para que os nove eletricitistas que terminaram o ensino Fundamental-CERTIFIC, tenham reserva de vagas no médio técnico. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Referindo-se às tipologias encontradas nos centros de triagem, a representante do MTE diz que visitou alguns e constatou que há cooperativas em que determinados(as) trabalhadores(as) desenvolvem atividades que se concentram mais no sentido da gestão do empreendimento, do que em outra função.

(...) alguns trabalhadores(as) executam quase que exclusivamente as atividades de gestão em alguns centros de triagem que visitei, mesmo sendo um empreendimento constituído de forma cooperativa. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Para o representante do MNRC a referida constatação faz todo sentido e ratificou a importância de um entendimento integral dessas formas de organização, cujas tipologias são variadas. Argumentou que era premente a qualificação nas áreas de gerenciamento dos empreendimentos. Que o desenvolvimento do trabalho em escala maior do que as desenvolvidas atualmente são praticamente inviáveis. A alternativa que vinham

²⁰Verticalização aqui significa a organização por eixo tecnológico que defina o itinerário formativo que permita ao trabalhador qualificar-se mediante elevação da escolaridade. De acordo com o Decreto 5154/2004, entende-se por itinerário formativo o conjunto de etapas que compõe a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado de estudos. Os itinerários formativos compreendem seqüências de qualificação para o trabalho e diplomas de técnico de nível médio ou de curso de graduação tecnológica. O reconhecimento e certificação de saberes podem proporcionar ao trabalhador a acumulação de qualificações, conduzindo a outros níveis, com direito a diplomas de técnico de nível médio ou de cursos de graduação tecnológica. (STEFFEN, 2010, p. 178-179)

implementando era a constituição de redes. Ressaltou como experiência positiva o Projeto CATAFORTE²¹.

(...) nessa relação Movimentos Nacional de Catadores e Governo Federal há um divisor de águas que é o Projeto CATAFORTE. É um projeto do Banco do Brasil (entenda-se Fundação do Banco do Brasil, dado da autora) apoiado pela Senaes (MTE). O que é esse divisor de água? É a demanda que nós temos por capacitação e qualificação. Esse projeto contempla isso. Agora nós estamos numa fase que é justamente a capacitação de redes, de fomentar a coleta seletiva fazendo com que caminhões agreguem valor ao nosso trabalho. Nós temos interesse em nos organizarmos como empreendimentos associativos e cooperativos, ou seja, autogestão. Precisamos da qualificação, mas queremos que o gerenciamento seja na perspectiva do cooperativismo e associativismo. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

No mesmo momento a SENAES/ MTE através da sua representação salientou a coerência na colocação do MNRC e ressaltou ser uma tendência em todos os empreendimentos a agregação de valor ao resíduo sólido.

A partir das colocações citadas pelo MNRC e da SENAES/MTE, a coordenação do Comitê Técnico se pronuncia no sentido de reforçar a importância do equilíbrio na condução dos encaminhamentos, tanto da definição dos perfis profissionais que estavam sendo construídos para a certificação dos saberes desses profissionais, quanto em atender a demanda por capacitação através dos cursos de qualificação na perspectiva da autogestão.

(...) temos que buscar um ponto de equilíbrio entre a escolaridade e como deve ser a formação desse catador para o gerenciamento. (...) teremos que ter o cuidado no como serão elaborados e abordados os

²¹O Projeto Cataforte é fruto da parceria entre a Fundação do Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia solidária do Ministério do Trabalho – SENAES/MTE. Seu objetivo é mobilizar os catadores e estimular sua organização em cooperativas e associações, fortalecendo sua autonomia para gerir e atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva de recicláveis. O Cataforte prevê, ainda equipar as organização dos catadores , facilitando o transporte , logística e infraestrutura adequada para o trabalho, de forma a agregar valor ao produto triado do lixo. Isto significa trabalhar em escala de produção (volume) mais elevada e em rede de várias cooperativas e associações. Site: www.portal.mte.gov.br/imprensa/cataforte. Acessado em 14/06/2013.

conteúdos para este público. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Diante da descontinuidade de algumas políticas públicas no âmbito educacional com foco na elevação de escolaridade e qualificação profissional como, por exemplo, o Programa Escola de Fábrica²², citado anteriormente, e sobre a importância da construção coletiva com envolvimento direto do público alvo, o representante do MNCR expressa,

(...) é importante que tenha uma continuidade, porque muito embora eu esteja aqui em nome do movimento, eu tenho que levar para o grupo, para a base do movimento, a discussão. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Introduziu-se nesse momento da reunião trabalho o diálogo sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a sua relação direta com o universo dos catadores, trabalhadores e trabalhadoras dos materiais recicláveis. O MNCR a partir da sua representatividade ressalta que a PNRS representa muito para os catadores e sinaliza três demandas.

1. Escolaridade:

(...) hoje o movimento faz o entendimento com alguma coisa parecida como foi o MOVA²³. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

2. Possibilidade de novos negócios:

(...) sentimos a necessidade de qualificação, pois sabemos que essa Política abre uma gama de novos negócios. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

3. Gestão cooperativista.

(...) hoje nós catadores atuamos única e exclusivamente com os resíduos domésticos. Em São Paulo tem um modelo muito bom, a USP²⁴ está

²² O Projeto Escola de Fábrica não consta mais como projeto do MEC.

²³ O Movimento de Alfabetização de jovens e Adultos (MOVA), surgiu em 1989 em São Paulo durante a gestão de Paulo Freire na secretaria de educação de São Paulo.

²⁴ A Universidade de São Paulo, em parceria com o Instituto GEA e com patrocínio da Petrobrás desenvolve o Projeto ECO-ELETRO, onde capacita catadores para reuso e reciclagem de computadores e eletro-eletrônicos em geral. Site: www.lassu.usp.br/content. Acessado em: 14/06/2013.

especializando catadores para trabalhar com sucatas de computador. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Questionado pelo Comitê Técnico sobre como o MNCR se organiza, o representante do movimento explica que o movimento se organiza a partir das bases,

(...) nós temos um organograma que se organiza pelas bases, comitês regionais, (...) nós estamos com representação em 19 estados do Brasil temos cadastrados 600 empreendimentos em torno de 35 a 40 mil catadores e trabalhamos num universo de um milhão de catadores. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Tendo como pauta principal desta reunião trabalho a avaliação coletiva dos perfis profissionais para o CERTIFIC dos catadores, o Comitê Técnico questionou o MNCR através da sua representatividade, quanto a possibilidade de parceria na intenção de fazer com que essa construção coletiva chegasse até os integrantes da base do movimento e pudesse ser validado pelo mesmo como um instrumento legítimo de seus anseio, processo fundamental que iria além da validação, podendo estabelecer maior comprometimento do público alvo. Mediante tal indagação o representante afirmou que:

(...) nós já fazemos isso no dia a dia. Todas as nossas atividades chegam à base. Hoje é fácil de disseminar essa informação e fazer com que chegue lá na ponta. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Ainda, colocando o seu parecer sobre o envolvimento do MNCR, enfatizou que é um anseio já manifesto internamente ao movimento o de poderem participar junto ao Ministério da Educação na elaboração de políticas voltadas para o seu público, nos molde que já operam no Comitê Interministerial.

(...) mas uma coisa que a gente tem discutido dentro do movimento é que um dos Ministérios que a gente ainda não conseguiu se articular é com o da Educação. O movimento tem todo o interesse em se inserir nesta discussão, tem demanda e espera participar. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Os diálogos mediados pelo representante do MNCR foram de extrema relevância para os encaminhamentos que seguiram. Destaca-se o ponto de vista desse segmento sobre as “tecnologias sociais²⁵ versus tecnologias de ponta²⁶”,

(...) nós do movimento lutamos por uma tecnologia social. Tecnologia discutida lá na base, com quem vai trabalhar. No entanto, o Ministério de Ciências e Tecnologias só pensa a tecnologia de ponta. A finalidade do movimento é a de buscar por políticas públicas que contemplem as nossas necessidades, mas sabemos que nem sempre essas políticas podem ser específicas para a nossa demanda, então como podemos nos inserir? Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 13/02/2012.

Definiu-se que, depois de efetivadas as adequações na proposta dos perfis profissionais para os catadores, definidas na reunião trabalho pelo grupo multidisciplinar, estes seriam disponibilizados no site do MEC para consulta pública ao mesmo tempo em que o representante do MNCR levaria para os trabalhadores(as) da base do movimento.

Após este encaminhamento a representante da SETEC introduziu no diálogo a questão da formalização versus carteira de trabalho.

(...) temos que dar o salto, mas também pensar a formalização, carteira de trabalho, entre outras coisas. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Sobre formalização versus carteira de trabalho, o representante do MNCR questiona a visão sobre a formalização representada pela carteira de trabalho:

(...) eu estava num seminário e quando foi debatido sobre essa discussão sobre carteira de trabalho, um colega disse que existe o risco de que a carteira de trabalho possa nos formalizar para um mercado que nos explora e a nossa lógica é cooperativista. Documento “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

²⁵Tecnologias sociais, de acordo com Horta (2006) constitui um princípio que pode definir práticas de intervenção social que se destaquem pelo êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo soluções participativas, estreitamente ligadas às realidades locais em que forem aplicadas.

²⁶Tecnologias de ponta são: “entendida como o mais recente desenvolvimento tecnológico decorrente de áreas que envolvem atividades inovativas.” Conceito utilizado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná/Brasil. Site: <http://www.seti.pr.gov.br>. Acessado em 19/12/2012.

A representante da SETEC, referindo-se à palavra “selecionador” em uma das propostas de perfis: Selecionador de Materiais Recicláveis (Anexo 04), questionou sobre as divisões propostas para os perfis profissionais, alegando que seria importante identificar o que já existe no mundo do trabalho. Contribuindo com a discussão, o representante do IFSC e membro do Comitê Técnico, salientou que,

(...) o que existe não são divisões, mas sim heterogeneidades²⁷ determinadas pela relação entre o processo produtivo dos centros de triagem e o mercado comprador de materiais recicláveis. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Ainda, embasou o seu parecer sobre as divisões, referindo-se a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, onde há identificadas três denominações e um conjunto de atividades muito próximo à realidade dos trabalhadores (as) da reciclagem de Centros de Triagem e de catadores individuais.

(...) as divisões foram realistas no documento da CBO, entretanto, os perfis estão equivocados quanto à divisão das atividades apontadas relacionadas a diversidade encontrada nas principais etapas do trabalho de um centro de triagem de lixo: recepção, pré-triagem, diferentes tipos de processos de triagem (esteira, mesa individual, mesa coletiva, basicamente). “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Problematizando os diálogos, o representante do MNCR traz para reflexão a questão do trabalho alienado, principalmente pela automatização nos processos.

(...) numa primeira visão, para nós a esteira automatiza as pessoas, robotiza as pessoas. Em alguns estados a ideia é manter a separação através de mesa. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

²⁷O sentido da palavra “heterogeneidade” aqui pode ser substituído pela palavra “diversidade” quanto às diferentes formas dos próprios trabalhadores de se autodeterminarem..

Sobre a reflexão propositiva feita pelo representante do MNCR quanto às atividades desenvolvidas no fazer diário no ambiente dos Centros de Triagem, a representante da Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem 100 Dimensão exemplifica a partir de depoimento relatando o seu cotidiano na Cooperativa,

(...) na cooperativa nós usamos mesa porque nós nos especializamos e cada um vai tirando o material que está especializado para reconhecer²⁸. E sinto que nós agilizamos o trabalho na mesa, no coletivo, mas quando vem vidro, separado direitinho, talvez fosse melhor a esteira. Eu acho que se a coleta é casa (resíduo domiciliar seletivo), melhor a mesa, se for industrial, aí é melhor a esteira, mas Brasília não tem coleta seletiva. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.(grifo da autora)

Seguindo na problematização sobre a relação trabalho/alienação o representante do IFSC e integrante do Comitê Técnico, com experiência em desenvolvimento de projetos de capacitação para os catadores, fez uma análise a partir das questões apontadas:

(...) há sim toda uma questão ideológica sobre essa questão da esteira, sobre o aspecto do trabalho, porém, sobre o ponto de vista técnico, a esteira evita contaminação. Diminui o contato da pessoa que trabalha com materiais contaminados. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Acentuou-se o entendimento no grupo sobre a importância de que, para se obter êxito nas ações propostas, nesse caso ações no âmbito da educação, há que se articular com outros segmentos, desenvolvendo ações integradas, como é o caso da demanda dos centros de triagem por tecnologias sociais. Para tal, além de se construir iniciativas de reconhecimento de saberes adquiridos ao longo da vida – Certificação, elevação de escolaridade, qualificação, enfim, faz-se necessário sustentar com outras ações. Conforme explanação da representatividade da SETEC,

²⁸Isto é decorrente da complexidade que o lixo encerra em termos de materiais e *design* diferenciados dos itens. Estes itens são separados do lixo principalmente pelo critério *design* e secundariamente pelo critério tipos de materiais. Por exemplo, há seis tipos de materiais plásticos, mas há em torno de dezesseis tipos básicos de *design* de produtos (sacolas, frascos, fios, tampas, etc). A cadeia produtiva valoriza a separação por *design*. (CASTILHOS, 2004)

(...) temos justificativa para sensibilizar parcerias com outros ministérios, pois, não adianta fazer certificação pela certificação, ela não deve acabar em si. Temos que viabilizar transferência de tecnologias. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

O representante do IFSC no Comitê Técnico manifestou o seu parecer sobre a questão das tecnologias sociais nos ambientes dos centros de triagem, colocando para o grupo a sua vivência nos projetos realizados nessas organizações na região metropolitana da cidade de Porto Alegre, projetos estes com o intuito de agregar valor às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores (as):

(...) o que mais importa é manter o foco do trabalho socialmente importante no processo de separação, pois é um processo intensivo em mão de obra. A tecnologia deve ser intensiva nas etapas que não reduzem o trabalho socialmente importante. Por exemplo, um centro de triagem com 40 trabalhadores, 39 deveriam estar na função de separação²⁹. Entretanto, 6 a 8 estarão em atividades que não aumentam a produtividade, como logística interna e prensagem, ambas realizadas de forma ergonomicamente³⁰ inadequadas. As tecnologia sociais devem ter este olhar (...). “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012

Retomando as questões específicas relacionadas aos perfis profissionais propostos para os trabalhadores(as) da reciclagem, a coordenação do Comitê Técnico enfatizou a relevância de uma análise criteriosa, principalmente pelos representantes do MNCR, da Cooperativa 100 Dimensão e da SENAES para adequações na perspectiva da economia solidária.

²⁹A etapa de prensagem dos materiais, por exemplo, não aumenta a produtividade (quantidade de material comercializável por unidade de tempo). Se esta etapa for mais automatizada não irá retirar posto de trabalho, pois o trabalhador pode ser deslocado para o processo de triagem do lixo, aumentando assim a produtividade da organização.

³⁰De acordo com a Norma Regulamentadora NR17 (2007), ergonomia “consiste na adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.”.

O representante do SENAI chama atenção para o cuidado com a definição de alguns verbos utilizados na constituição dos Perfis Profissionais na proposta apresentada pelo Comitê Técnico argumentando que,

(...) tem que ter cuidado com alguns verbos que foram colocados nas competências e habilidades apresentadas. (...) é que dentro das associações e cooperativas, há a necessidade de se desenvolver a competência de gerenciamento. (...) Por exemplo, não concordo com o termo planejamento da manutenção, pois, o planejamento e nem mesmo a execução ocorrem de acordo com as normas da Associação Brasileira de Manutenção. (...)“Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Seguindo o raciocínio do representante do SENAI, a Diretora de Políticas Públicas da SETEC, professora Simone enfatizou para o fato de que os termos utilizados na constituição de cada perfil profissional serão aqueles cobrados enquanto critério para a certificação.

Então, já manifestando preocupação, o Comitê Técnico questionou o fato de a existência de limitações impostas por terminologias “adequadas”, como as envolvendo as normatizações brasileiras, entre outras, as quais não foram constituídas levando em consideração especificidades apresentadas por estas organizações, não acabem impondo a construção de perfis profissionais genéricos, conforme fala do representante do IFSC:

(...) Qual a flexibilidade que há no processo de certificação? Pois há o risco de se construir um perfil muito genérico e que não contemple questões específicas de conhecimentos a serem certificados. Não diferenciando os diferentes níveis de evolução produtiva das cooperativas e associações, ou seja suas tipologias.(...)“Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Sobre os caminhos a percorrer por um candidato ao CERTIFIC a representante da SETEC pontuou alguns questionamentos,

(...), por exemplo, os alunos irão ao Campus mais próximo do Instituto e o Instituto cria um ambiente semelhante de trabalho ou, o avaliador vai até o ambiente de trabalho do aluno? Como que o avaliador vai fazer para avaliar se o catador sabe consertar peça quebrada? Eu vou precisar danificar uma esteira para

avaliar isso?“Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Tais indagações foram debatidas pelos representantes do Comitê Técnico, onde, afirmou-se a não necessidade de que o catador execute um processo de manutenção para demonstrar sua habilidade. Conforme entendimento dos integrantes do Comitê com experiência direta em cursos de capacitação para os catadores desenvolvidos no local de trabalho,

(...) não é necessário que ele execute um processo de manutenção para demonstrar sua habilidade. O que o avaliador tem de concreto é o fato de que o equipamento esteja funcionando e que há indicações de consertos evidentes, os quais podem ser relatados pelo avaliado em como ele identificou o problema e como ele consertou e resolveu o problema. Entretanto, para que as evidências de suas habilidades sejam creditadas, há a necessidade de envolvimento entre o educador e o educando em sua realidade de trabalho, portanto, uma quebra do paradigma existente. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Inserem-se novamente nos diálogos as inquietações sobre os verbos utilizados na construção dos perfis profissionais. O representante do IFB integrante do Comitê Técnico volta a questionar as adequações dos verbos: “ planejamento da manutenção ou auxiliar no processo da manutenção”?

(...) eu acho arriscado colocar verbos tão fortes para o nível de certificamos que estamos nos propondo a fazer, nível fundamental. Eu sugiro primeiro que nós discutamos quais os verbos seriam adequados. Sugiro, por exemplo: auxiliar no processo de manutenção corretiva e preventiva da esteira. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

As tensões sobre a utilização mais adequada dos verbos direcionaram o diálogo do grupo para o entendimento em que tipo de organização se insere os centros de triagem e o contexto histórico/social dos trabalhadores (as) dos materiais recicláveis, fato perceptível na fala do representante do IFSC em defesa de manter os verbos propostos para descrever os perfis profissionais, dentre eles o planejar,

(...) se ele auxilia, pressupõe-se que alguém planeja e executa com seu auxílio e isto não ocorre. Se há a manutenção, mesmo sem os pressupostos da manutenção como planejada e executada nos moldes da economia competitiva e normatizada, fica evidente que há planejamento e execução. Há um conflito entre o que significa planejamento e execução nestes ambientes solidários e no ambiente corporativo. Isto deve ser assunto para reflexão do grupo, pois definem todo um modelo de construção de política pública, que pode reproduzir as mesmas formas de exclusão que geraram sua condição de catador. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

A representante do MTE e também integrante do Comitê Interministerial para os Catadores de Materiais Recicláveis, chama atenção para a importância do debate que estava ocorrendo e salientou que o Comitê Interministerial para os Catadores vinha apoiando vários cursos de capacitação para os catadores e enfatizou,

(...) a gente sabe que na ponta as ações desenvolvidas nesses projetos não acontecem desta forma racionalista. Agente não pode achar que o fato de estar aplicando recurso vai mudar toda a realidade deles (...) acho que a certificação tem que ter esse reconhecimento mais amplo levando em consideração as especificidades. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

O entendimento comum dentro do Comitê Técnico era de que se o processo pedagógico envolvido na certificação não tivesse flexibilidade para certificar dentro deste perfil apontado pelo integrante do Comitê Interministerial para os Catadores a abordagem recairia para um conceito extremamente genérico.

Para a representante da Cooperativa de Reciclagem 100 Dimensão deveria ser criada uma estratégia para motivar os trabalhadores (as) a fazerem o reconhecimento do seu fazer e também para os cursos de qualificação.

(...) nas assembleias da cooperativa eu sortei alguma coisa (...) porque quando a assembleia é por alguma coisa boa, todo mundo vai, quando é para tratar alguma coisa que não desperta o interesse, ou que eles entendam como ruim, poucos comparecem, esses dias foi isso, foi só presidente. Ai eu sortei alguma coisa, motivo, e a maioria vai. Então tem que haver alguma maneira de atrair para esse Programa. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

Encaminhando-se para o final da segunda reunião, o representante do SENAI, sintetiza o seu entendimento de como deveria ser conduzida a inserção dos verbos na construção dos perfis profissionais:

(...) os verbos para a formação são mais fáceis do que para a certificação. Porque se você colocar lá “controla” na formação você vai atrás para desenvolver esta competência e se colocar na certificação você vai constatar se ele controla ou não. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

No sentido de reforçar a atenção do grupo quanto às especificidades históricos/sociais dos trabalhadores(as) da reciclagem a serem levada em consideração na construção das ações desenvolvidas, o representante do IFSC, integrante do Comitê Técnico ressalta:

(...) temos que ter cuidado em não analisar as atividades desenvolvidas pelos catadores nos centro de triagem, pela ótica do “posto” no mercado de trabalho competitivo. “Memória” produzida na reunião trabalho do dia 14/02/2012.

A Diretora de Políticas Públicas da SETEC formalizou o encerramento da reunião trabalho com os seguintes encaminhamentos:

- o Comitê Técnico deveria fazer as adequações propostas na reunião trabalho até a data de 22 de fevereiro de 2012.
- o edital deveria ser lançado em abril de 2012.
- a Diretora de Políticas Públicas para Educação Profissional da SETEC solicitaria a inclusão da Assistência Estudantil nos programas de certificação;
- o representante do MTE e do Comitê Interministerial para os Catadores de Materiais Recicláveis incluiria a temática na próxima reunião interministerial que ocorreria ao final do mês de fevereiro;
- o representante do IFB e integrante do Comitê Técnico ficou incumbido de fazer uma análise sobre os verbos utilizados na constituição dos perfis profissionais para a próxima reunião trabalho.
- ficou agendado que o próximo encontro seria em São Paulo no dia 14 de março e seria integrado à reunião do Movimento Nacional dos Catadores, onde o Comitê Técnico

faria uma explanação sobre o Programa CERTIFIC e a proposta dos perfis profissionais.

5.4 Entre encontros: concretizando encaminhamentos nas ações individuais e coletivas via email

Dois dias após a reunião trabalho, em 16 de fevereiro de 2012, a Diretora de Políticas Públicas para Educação Profissional - DPPEP da SETEC envia email para todos do grupo que haviam participado da última reunião trabalho, com alguns dos encaminhamentos acordados. A solicitação de urgência nos resultados era sempre premente “mandem os arquivos já”, como demonstrado no email,

(...) Seguem os arquivos: a lista de contatos dos colegas digitada, a sistematização dos cursos que estão no Guia PRONATEC de Cursos e a pactuação das metas para a profissionalização dos catadores de resíduos sólidos. Precisamos dos Perfis Profissionais elaborados para que sejam “melhorados” os verbos da apresentação antes da apresentação para o MNCR, mandem os arquivos já (...). Aguardo a confirmação do horário no dia 16 de março como pauta da reunião do Movimento Nacional dos Catadores que seu Carlos (representante do MNCR) ficou de encaminhar para que apresentemos o trabalho do grupo – os cursos do Guia PRONATEC e o reconhecimento de saberes via o programa CERTIFIC (...). De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 16 de Fev de 2012 14:42. Grifo da autora.

Ao encontro das orientações, o professor do IFB integrante do Comitê Técnico, pesquisa e compartilha com o grupo, uma lista de verbos para consulta e utilização nas adequações dos Perfis Profissionais que foram demandadas na reunião trabalho. Também sugere quais verbos devem ser utilizados quando se trata da transcrição das **habilidades** e quais devem utilizados quando tratamos de **competências**, conforme email,

(...) apresento-lhes algumas contribuições, verbos (...). Conhecimento – Conhecer, apontar, criar, identificar, descrever, classificar, definir. • Compreensão – Compreender, concluir, demonstrar, determinar, diferenciar, discutir, deduzir, localizar (...). Diante disso, na construção das **COMPETÊNCIAS** – Tem que ter verbos da **COMPREENSÃO** e da **APLICAÇÃO**. Já na expressão das **HABILIDADES** – O que o catador deverá desenvolver/adquirir durante a execução de seu trabalho deverá **TER VERBOS NO**

SUBSTANTIVO, terminado em MENTO ou AÇÃO (...). De: Luciano de Andrade Gomes. IFB - Campus Samambaia, enviado em 17 de Fev de 2012 10:03.

Depois de inseridas as adequações sugeridas em um dos perfis em construção – Seleccionador de Materiais Recicláveis, pelo grande grupo na reunião trabalho, o professor do IFSC e integrante do Comitê Técnico, encaminha o perfil ao grupo para análise e, ao mesmo tempo, instiga à reflexão de quais equipamentos seria necessário para compor a infraestrutura.

(...) segue sugestão de perfil profissional para o Seleccionador de Materiais Recicláveis, conforme formulário do Programa CERTIFIC. Estou trabalhando no outro perfil, o do Operador de Prensa de Materiais Recicláveis (...). Aguardo sugestões de alterações. Quanto a infraestrutura, equipamentos, qual a sugestão? De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 17 de Mar de 2012.

O professor do IFB na área técnica de saneamento básico e membro do Comitê Técnico, ao se referir às questões de infraestrutura necessária para a certificação, ressalta que, estava construindo uma proposta contendo a infraestrutura necessária, no entanto, sugere que primeiro fosse definido os perfis profissionais para certificação:

(...) estava listando os equipamentos de maneira geral para o CVT³¹. Não estava listando levando em consideração a especificidade por conta de ainda não termos definido, qual (is), quantos serão escolhidos para certificação. (...) estava pensando em, primeiro, definirmos os perfis para certificação e somente depois disso trabalharmos nas outras questões, o que acham? De: Luciano de Andrade Gomes Gabinete. IFB - Campus Samambai., enviado em 18 de Mar de 2012.

Entre urgências de prazos, desencontros e encontros o desafio da construção coletiva e a legitimidade de que é possível que ocorra em vários espaços sem que se perca a riqueza dos

³¹CVT – Centro Vocacional Tecnológico. Projeto da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS) do Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação. São 300 centros de vocacionais tecnológicos em funcionamento hoje no Brasil. Essas unidades tecnológicas articulam pesquisa aplicada e educação tecnológica e profissional orientadas para o desenvolvimento das vocações econômicas locais e são mantidas pela articulação entre governo, universidades, institutos de pesquisa e empresas. www.mct.gov.br/index.php/content/viex/347082. Acessado em: 16/06/2013.

detalhes, da diversidade e da reflexão. No intuito de agilizar o processo, a DPPEP da SETEC, questiona se já havíamos definido os Perfis Profissionais do Prensador e o de Gestor para rodar pelo CERTIFIC sem incluir o de Seleccionador, conforme email,

(...) definimos o perfil de Prensador e o de Gestão para rodar pelo CERTIFIC, ok? Concordamos que o Seleccionador seria constitutivo dos trabalhadores de forma individual e este não apoiáramos, outrossim os outros dois que se encontram nos galpões, associações, entendi bem? De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 19 de Mar de 2012.

Prontamente o Comitê Técnico, representado pelo professor do IFB – área técnica, manifesta-se relembrando os debates ocorridos na última reunião trabalho onde,

(...) saímos da última reunião do comitê sem a definição dos perfis que seriam certificados. Não participei das discussões dos perfis escolhidos (se de fato já foram escolhidos). O movimento dos catadores, a Sônia da Cooperativa 100 Dimensão acharam o que destes perfis? Quais as impressões deles? De: Luciano de Andrade Gomes Gabinete. IFB - Campus Samambaia, enviado em 19 de Mar de 2012.

E, como a construção coletiva é passível em vários espaços, o professor do IFSC – área técnica, contribui com o debate “virtual” e fazendo uma retrospectiva dos diálogos ocorridos na última reunião encontro, embasa os questionamentos da DPPEP - SETEC e do professor do IFB. Cito:

(...) na última reunião encaminhamos que, diferentemente da CBO a qual definiu três perfis: CMR - Catador de Material reciclável (carrinheiro) SMR - Seleccionador de Material Reciclável (triador de associações e cooperativas) OMR – Operador de Prensa de Material Reciclável, o grupo decidiu que não desenvolveríamos o CMR – Catador de Material Reciclável, pois há muita controvérsia dentro do Movimento Social dos Catadores (Prof^a Simone, acho que é sobre este que se refere a ser constitutivo dos próprios trabalhadores). Ainda, neste primeiro momento os perfis trabalhados seriam o SMR e o OMR (para os quais foram enviadas propostas de perfis ...) e estão sob apreciação do grupo. Quanto ao perfil do Gestor de Associação/Cooperativa

entendemos que seria construído em um segundo momento, pois seu perfil é mais complexo do que os apresentados e seria difícil encaminharmos sem uma discussão maior). De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 19 de Mar de 2012.

Mesmo com as argumentações e resistências do Comitê Técnico sobre a construção do Perfil do Gestor, preocupada com os prazos, a DPPEP – SETEC sugere que o Comitê Técnico construa uma proposta para o Perfil e submeta ao Comitê Interministerial. Tal iniciativa estava focada na possibilidade de publicar os três Perfis no mesmo Edital,

(...) concordo que precisamos de discussão sobre o Perfil do Gestor, mas não poderíamos fazer uma primeira versão a ser submetida a esse Comitê Interministerial? Pois aí teríamos três perfis para rodar em um edital. De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 19 de Mar de 2012.

Apreensivo, o professor do IFSC – área técnica questiona quanto ao tempo necessário para elaboração do Perfil Profissional de Gestor, submissão ao Comitê Interministerial de Inclusão social dos Catadores e o retorno em tempo para publicação no edital com os demais perfis. Inquietação demonstrada,

(...) haverá espaço para esta discussão entre a submissão ao Comitê e sua definição no Edital? De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 20 de Mar de 2012.

Diretamente envolvido nas questões do debate “virtual”, o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores, através da sua representatividade, manifesta-se ratificando o total interesse de envolvimento nas questões apresentadas,

“Estou acompanhando os e-mails e gostaria de fazer alguns esclarecimentos. O CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis, do qual o MEC faz parte, é a instância do Governo Federal criada Para a integração de políticas públicas para estes trabalhadores. Sendo assim, informo que existe sim o espaço para apresentação, discussão e encaminhamentos dentro do CIISC. Registro que na

última reunião, ocorrida no dia 29 de fevereiro, comentei com todos sobre a reunião que participei no MEC e houve o encaminhamento de convidá-los a apresentar o projeto na próxima reunião no dia 24 de abril de 2012.” DE: representante da Secretaria Executiva do MDS – Assessor SE/CIISC. Enviado em 20 de Mar de 2012.

Reiterando as considerações do representante do IFB – área técnica, o representante do IFSC – área técnica, ambos integrantes do Comitê técnico, pauta algumas questões, como a construção do Perfil Profissional para Gestor e a validação pelo CIISC,

(...) concordo com as considerações do Prof. Luciano de que o processo de construção dos perfis tem que ser construído com a participação efetiva dos principais envolvidos: os trabalhadores de materiais recicláveis, conforme foi o pensamento do grupo de trabalho desde o primeiro encontro e por várias razões. Isto, não necessariamente, deve ocorrer permeando o Comitê Interministerial, como tentamos inicialmente quando decidimos a nossa participação na reunião do MNCR em SP(...), entretanto, isto será um dos aspectos que influenciará na efetividade do CERTIFIC. De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 20 de Mar de 2012.

Numa perspectiva estratégica, o representante do IFSC – área técnica, enfatiza a importância das ações em rede nas articulações do CERTIFIC contemplando outros programas como forma de atender de maneira integral as especificidades do público alvo como, por exemplo, a demanda por desenvolvimento tecnológico.

“Há que se considerar, também, a interação que este programa deve estabelecer com outros programas envolvendo este público-alvo (por exemplo, a questão do desenvolvimento tecnológico). (...) não vejo outro caminho mais eficaz senão o do Comitê, como forma de capilarizar a interação do Programa CERTIFIC com outras políticas públicas.” De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 20 de Mar de 2012.

Havia ficado agendado, nos encaminhamentos da reunião de trabalho ocorrida nos dias 13 e 14 de fevereiro, que no próximo encontro do Movimento Nacional dos Catadores que ocorreria em São Paulo no dia 14 de março, o Comitê Técnico faria uma explanação sobre o Programa CERTIFIC e a proposta dos Perfis.

A referida ação acabou não ocorrendo e a decisão de socializar na base do Movimento Nacional dos Catadores acabou não ocorrendo. Inquietação expressa no email encaminhando ao grupo pelo representante do IFSC – área técnica, onde, também sintetiza a sua visão estratégica,

“(…) se encaminharmos propostas para serem discutidas via Comitê, estaremos capilarizando ambos caminhos: o da inserção dos trabalhadores na construção dos perfis e o encontro entre diretrizes de outras políticas públicas voltadas para estes. Por outro lado, há a questão ESTRATÉGICA do RECURSO TEMPO e dos RECURSOS FINANCEIROS necessários para que esta construção ocorra na sua plenitude, onde o primeiro recurso foi alterado com a não efetivação da discussão em SP (como bem lamenta o Prof. Luciano). E isto, por opinião pessoal, sendo uma decisão estratégica, nos coloca (me refiro ao grupo de trabalho) numa posição consultiva e não deliberativa, pois estamos inseridos numa atividade de gestão de uma Diretoria.” De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 20 de Mar de 2012.

Paralelo aos diálogos via “debate virtual”, a DPEP – SETEC articula a próxima reunião trabalho com Comitê Técnico, onde, conforme email encaminhado no dia 29 de março deveria ocorrer nos dias 26 e 27 de abril em Brasília no MEC/SETEC,

“A Diretoria de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica convida para participar da Reunião Perfis Profissionais Resíduos Sólidos que acontecerá nos dias 26 e 27 de abril de 2012. A reunião terá início das 14h:00 às 18h:00 e das 09h:00 às 17h:00 na Esplanadas dos Ministérios - Ministério da Educação - Bloco L, 2º andar, Anexo I, sala 200 em Brasília/DF. Pauta da reunião contemplará os seguintes temas: - Profissionalização dos catadores. - Proposta do Governo Federal para a Inclusão dos Catadores.” De: Luciana da Silva Santos. MEC/SETEC, enviado em 29 de Mar de 2012.

No entanto, os prazos urgiam, e foi encaminhado outro email convite no dia 04 de abril transferindo o local da reunião que ocorreria em Brasília para São Paulo no encontro do MNCR,

“Boa tarde! Prezados(as) Professores(as), a Diretoria de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica informa que a reunião dos Perfis Profissionais do Resíduos Sólidos foi transferida para o dia 20 de abril

de 2012 em São Paulo.” De:Luciana da Silva Santos. MEC/SETEC, enviado em 04 de Abr de 2012.

Porém, como já citado anteriormente no email do dia 20 de março encaminhado ao grupo pelo representante do IFSC – área técnica, esse momento previsto entre o Comitê Técnico e o Movimento Nacional dos Catadores acabou não acontecendo.

Mesmo com os desencontros, o grupo deu continuidade ao trabalho e as ações previstas anteriormente continuaram acontecendo. Os dois Perfis Profissionais: Selecionador de Material Reciclável – SMR e Operador de Materiais Recicláveis – OMR que deveriam passar pelas adequações quando aos verbos utilizados, estavam prontos e foram encaminhados ao grupo para análise; enquanto isso eram feitas as articulações para construção do Perfil Profissional Gestor de Centro de Triagem. Fatos demonstrados no email encaminhado pelo professor da área técnica do IFSC integrante do Comitê Técnico ao grupo.

(...) de acordo com a CBO, Há três perfis para os trabalhadores com materiais recicláveis:CMR - Catador de Material reciclável (carrinheiro) SMR - selecionador de Material Reciclável (triador de associações e cooperativas) OMR - Operador de Prensa de Material Reciclável. Na última reunião aqui em Brasília, o grupo posicionou-se em não desenvolvermos o primeiro destes (CMR) devido ao fato de que está relacionado aos trabalhadores catadores de rua, havendo muita controvérsia dentro do movimento social dos catadores. Assim, encaminhei dia 17 e 18 de março, as sugestões de versões sobre os perfis do SMR e o OMR, isto é, dois perfis para as duas atividades desenvolvidas em Centros de Triagem de RSU (...).De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 09 de Abr de 2012.

Especificamente sobre a construção do Perfil Profissional Gestor de Centro de Triagem do Perfil, O professor do IFSC – área técnica consulta a DPEPT – SETEC sobre a possibilidade de realizar as articulações necessárias por email, como já vinha sendo feito com os outros dois perfis, SMR e OMR, Além de solicitar, conforme email a seguir, o parecer do grupo referente às adequações realizadas nos dois Perfis prontos citados,

“(...) quanto ao perfil do Gestor de associação/cooperativa entendemos, naquele momento, que seria construído em um segundo momento, pois seu perfil é mais complexo do que os apresentados e seria difícil encaminharmos sem uma

discussão maior. Estou montando este perfil de Gestor de CT, conforme o e-mail do dia 17 março, onde eu solicitei se haveria um momento para a discussão do grupo de trabalho sobre o Perfil de Gestor de CT, antes de submetermos o Perfil do mesmo. Entretanto, se achares que seria uma boa estratégia fazermos esta discussão via e-mail, isto pode ser feito. Gostaria que o grupo desse um retorno quanto aos mesmos. Espero ter esclarecido quanto ao nome dos perfis (SMR e OMR) e que o de gestor (o terceiro perfil) ainda não está com "maturidade" frente às discussões necessárias. De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 09 de Abr de 2012.

Prontamente a DPEPT – SETEC retornou o questionamento quanto a proposta de condução para a construção do Perfil Profissional para o Gestor de Centro de Triagem e anunciou um novo encontro com as seguintes representantes: Movimento Nacional dos Catadores, Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores e o Comitê Técnico, tendo como pauta os Perfis do CERTIFIC e a política do Brasil sem Lixões – Recicla Brasil³².

(...) estou colocando o seu Carlos aqui junto no email e vou repassar o email com os arquivos para ele - o grupo vai trabalhando por email e quando fecharmos com o Movimento Nacional dos Catadores a data da reunião com o Comitê interministerial para tratarmos dos perfis do CERTIFIC e da política do Brasil sem Lixões, Recicla Brasil - chamamos os professores / corpo técnico para fechar os perfis um turno antes, quem sabem com a presença do seu Carlos, pois aí chegamos na reunião com o grupo todo com uma proposta mais trabalhada, ok?"De:Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 09 de Abr de 2012.

O professor do IFB – área técnica, chama atenção para constituição do Perfil Profissional em construção para área de Gestão. Traz novamente para o diálogo a questão das terminologias e verbos utilizados e a sua consequência na definição dos Perfis. Especificamente sobre Gestor, sugere que seja substituído por Gerente e explica que,

³² O Governo Federal lançou em 2012 um programa para tratamento de resíduos sólidos baseado em três eixos: Brasil sem Lixões, Recicla Brasil e Pró-Catador. As ações referentes aos eixos estão estruturadas no sentido de cumprir as determinações do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado em 2010.

“(…) mais uma vez sugiro que o rótulo seja: Gerenciamento de Centros de Reciclagem. O gerenciamento é a lida no dia a dia. É o fazer, e é isso que eles fazem, efetivamente, dia a dia. Assim, que este perfil possa contemplar aspectos de gerenciamento no que concerne a: a organização da produção; o gerenciamento de centros de reciclagem, o processo de formação de associações e cooperativas, os aspectos da economia solidária, a gestão de pessoas nas cooperativas, aspectos logísticos, a saúde e qualidade de vida do trabalhador bem como o marketing e negociação de produtos recicláveis, como forma de vender seus produtos (...).De: Luciano de Andrade Gomes Gabinete. IFB - Campus Samambaia, enviado em 09 de Abr de 2012.

Sugere ainda, o professor do IFB – área técnica que os itens sugeridos no seu email, poderiam ser algumas das atribuições mínimas da ocupação e que dentro dela, faríamos os itens de avaliação, depois os conhecimentos básicos relacionados à profissão/ocupação, esses tópicos são exigidos na construção dos perfis, conforme modelo encaminhado pelo professor (Tabela 02).

Tabela 2 - Tabela parcial com elementos estruturais para elaboração dos perfis profissionais do Programa CERTIFIC

Atribuições Mínimas da Ocupação	Itens de Avaliação	Conhecimentos Básicos relacionados à profissão/ocupação
Organização da produção	1 - Desenvolver o conhecimento dos principais sistemas produtivos e planejamento da produção. 2 - Conhecer sistemas de gestão de qualidades. -	<u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> ... <u>Ciências da Humanas e suas Tecnologias</u> ... <u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> ...

Como solicitado pela DPEPT – SETEC, o representante do MNCR encaminha a para o email do grupo a sua percepção quanto aos conflitos sobre qual terminologia condiz com a realidade dos centros de triagem, Gestor ou Gerente. Faz uma descrição das atividades desenvolvidas no cotidiano desses ambientes e da demanda premente de qualificação. É

perceptível, também, a partir da sua descrição, a comparação das demandas administrativas existentes em um centro de triagem, independente da sua forma jurídica de organização, ser equiparadas as demandas de qualquer organização.

“Na condição de leigo não vou me arriscar em dizer qual o termo correto, Gestão ou Gerenciamento, porém quero lhes dizer que uma associação ou uma cooperativa é constituída tanto quanto uma empresa e deve se guiar por uma boa administração, que no geral é exercido pela diretoria, e envolvem as questões administrativas, financeiras e contábeis, e claro, todos os demais aspectos organizacionais pertinentes ao empreendimento. O bem gerir os nossos empreendimentos, por conta dos avanços já conquistados, se constitui numa grande demanda cuja necessidade se faz urgente ser suprida, e para tal a qualificação/capacitação é sem dúvida o principal instrumento a ser viabilizado.” Carlos Alencastro Cavalcante. MNCR, enviado em 10 de Abr de 2012.

De novembro de 2011 quando foi constituído o Comitê Técnico para compor os Perfis Profissionais até junho de 2012, foram sete meses de trabalho que mostraram que a construção coletava é desafiadora, mas na experiência desenvolvida nesse período já foi suficiente para mostrar que é possível, independente das distâncias e meios que necessitem para viabilizar as ações, pois na diversidade das ideias, áreas, trajetórias, estavam sendo construídos numa experiência, no mínimo, singular.

Porém, embora com um grupo engajado e sinérgico, algumas discontinuidades são imprevisíveis, então, recebemos no email do grupo, a notícia encaminhada pela DPEPT – SETEC referente a sua saída do cargo.

“O secretário requisitou o cargo e estou saindo da SETEC em agosto. Precisamos acelerar a política do CERTIFIC relacionada a reciclagem. Estou aguardando os 3 perfis elaborados pelos professores, aprovamos em julho na reunião do Comitê Gestor do CERTIFIC já com uma política desenhada: reconhecimento de saberes - qualificação via o PRONATEC e incubação.” De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 06 de Jun de 2012.

Se já nos caracterizávamos como um grupo de perfil inquietante diante dos prazos, pois estávamos sempre lutando por prazos mais longos, entendidos como necessários na construção das propostas, nesse momento, mais que tudo, queríamos “correr contra o tempo” e concretizar, em tempo, as propostas elaboradas coletivamente.

Manifesta-se, por email, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através da sua representatividade no grupo de trabalho e, além das informações, referente às ações desenvolvidas por este segmento ao encontro das ações desenvolvidas pelo coletivo, no intuito de fortalecer a rede necessária para atender as especificidades do público alvo, também registrou o seu manifesto de frustração quanto à descontinuidade da DPEPT – SETEC.

“(…) Simone, que notícia péssima! É a pior notícia que poderíamos ter daí.... Bom, conte com a gente pro que você precisar.... Estamos começando a receber alguns materiais didáticos que solicitamos às entidades executoras do CATAFORTE. Se acharem que é útil, encaminhando para vocês. Lembro também que já reservamos 3 milhões do orçamento do ano que vem para as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários de catadores de material reciclável, nos IFs (2 de recurso de capital e 1 de custeio) a ser utilizado em chamada pública junto com o MEC (temos que ver se conseguimos amarrar isso também). No mais, quando quiser fechar mesmo os perfis, conte com a gente, se quiser. “De: Representante do MTE. Especialista em Política Pública e Gestão Governamental – EPPGG Chefe de Gabinete/Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES Ministério do Trabalho e Emprego/TEM. Enviada em 06 de Jun de 2012.

Firmando a expectativa de finalizarmos a proposta dos Perfis em tempo, ou seja, antes da sua saída, a DPEPT – SETEC, retorna o questionamento feito pela representatividade da MTE,

“Quero sim (...) deixar fechado este edital, vamos nos falar na próxima semana aí com os perfis construídos pelo pessoal e vemos como fazemos.” De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 07 de Jun de 2012.

Da mesma forma, com otimismo, a representante do MTE anuncia o seu apoio no que fosse preciso para que conseguíssemos concretizar as ações em processo. Fato demonstrado

no email nas tratativas, como já citado anteriormente, da publicação um Edital em conjunto com o MEC, referente a reserva de três milhões do orçamento do próximo ano, 2013, para fomentar incubadoras de empreendimentos econômicos solidários de catadores de material reciclável.

“(...) estarei aqui na semana que vem. Se formos muito, muito ágeis e tivermos recurso no MEC para a chamada pública, podemos soltar ainda este ano (e temos que repassar a tempo de os IFs executarem este ano). Digo isso somente para garantir, mas o ideal era ano que vem mesmo, com o CERTIFIC catadores já rodando... Puxa, que péssima notícia mesmo...” De: Representante do MTE. Especialista em Política Pública e Gestão Governamental – EPPGG Chefe de Gabinete / Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES Ministério do Trabalho e Emprego/MTE. Enviada em 08 de Jun de 2012.

5.5 Certificação não é formação! “Nova-mente” os conflitos em torno das terminologias adequadas

Diante do cenário, os professores da área técnica do IFB e do IFSC, membros do Comitê Técnico, focaram na construção perfis que haviam sido definidos pelo grupo, especificamente nas Atribuições Mínimas da Ocupação, Itens de Avaliação e Conhecimentos Básicos relacionados à profissão/ocupação (Tabela 2).

Esse último item, Conhecimentos Básicos relacionados à profissão/ocupação, foi fruto de alguns conflitos no sentido de como adequar as especificidades do público alvo. Diálogo que inicia desde a primeira proposta encaminhada pelo professor do IFSC – área técnica, para o eixo linguagens, códigos e suas tecnologias e o eixo, ciências da natureza e suas tecnologias,

(...) segue, anexo, considerações sobre as questões relacionadas com área de matemática e a área de português. No aguardo para fecharmos os Perfis. De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 14 de Jun de 2012.

O professor do IFSC – área técnica chama a atenção para o cuidado em não inserirmos conhecimentos para validação nos Perfis Profissionais Propostos, que não sejam condizentes com a escolaridade exigida e aponta alguns itens, destacados em negrito na Tabela 03 copiada

do documento (Anexo 03) referente ao Perfil Profissional – Seleccionador de Materiais Recicláveis.

Tabela 3 – Tabela parcial com elementos estruturais para elaboração dos perfis profissionais do Programa CERTIFIC

Conhecimentos Básicos relacionados à profissão/ocupação
<p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u></p> <p>Famílias de materiais utilizados nos sistemas produtivos. Relação entre as famílias de materiais e produtos (bem duráveis produtos descartáveis, embalagens). Reciclabilidade, reciclagem e mercado da reciclagem. Tipos de resíduos, suas formas de descarte e riscos devido ao descarte incorreto. Relações empíricas entre volume e massa.</p> <p>Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, volume e área.</p> <p><u>Ciências Humanas e suas Tecnologias:</u></p> <p>Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, motivação.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u></p> <p>Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>

A partir da análise nas considerações encaminhadas pelo professor do IFB – área técnica, sobre os conhecimentos a serem reconhecidos nos Perfis Profissionais, o professor do IFSC – área técnica salienta que,

“(…) continuo apreensivo quanto aos termos "Leitura, escrita" e "Operações fundamentais com números naturais e racionais,". Isto não definiria terminantemente que o trabalhador deva ser alfabetizado para ser certificado? Pra mim não há dúvidas de que sim. Se isto estiver certo, estaremos excluindo todos àqueles analfabetos das associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis, no mínimo a metade dos trabalhadores destes ambientes. E o pior, muitos deles nas funções de triadores e prensadores.” De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 14 de Jun de 2012.

Na ansiedade de aproveitar o momento de possibilidades que ocorria pra além da certificação, com uma rede multidisciplinar envolvendo representantes de cooperativas locais, MNCR, MTE/SENAES, MEC/SETEC, IFs, enfim, a possibilidade de construir uma política que de fato contemplasse as especificidades dos catadores, melhorias na geração de renda, tecnologias sociais agregando valor as atividades desenvolvidas nos Centro de Triagem, escolarização, reconhecimento de saberes – CERTIFIC, em meio a tantos diálogos, persistia o

risco em tentar **qualificar** quando o objetivo primeiro era **reconhecer** – **validar** – **certificar**, tensão expressa no email encaminhado pelo professor do IFSC – área técnica:

“(...) será que não estamos confundindo o que achamos importante (foco de capacitação) que eles devam saber fazer no futuro para melhor realizarem suas funções com o que devemos certificar, isto é o que eles fazem mesmo sendo analfabetos? Sei que estou sendo insistente, mas acho que o assunto tem muita importância, principalmente porque todos os educadores que deverão ser preparados certamente transitam bem somente pela terceira coluna da direita e é lá que eles irão procurar referência sobre o perfil de conhecimento mínimo para o trabalhador certificado. Se ele entender que o aluno deva saber ler e escrever e fazer as quatro operações matemáticas, certamente nem irá iniciar a certificação de um analfabeto.” De: Assis Francisco de Castilhos. IFSC - Campus Araranguá, enviado em 14 de Jun de 2012.

Com um parecer na intenção de elucidar o momento, o professor do IFB – área técnica descreve os procedimentos da certificação, lembrando alguns diálogos que já haviam corrido no grupo e os cuidados necessários quando fosse ocorrer a formação dos professores que iriam trabalhar no Programa CERTIFIC especificamente, com os catadores.

“Tínhamos passado por este ponto quando falamos que o perfil era de um cara que não sabia ler e escrever e iria ser certificado. Em meu entendimento deve-se manter sim. Até porque a certificação é a nível fundamental. Se ele não possuir estas habilidades devemos encaminhar para o Proeja FIC. Não podemos esquecer este "pré-requisito"... O que ele souber de fato fazer daremos-lhes o memorial. Depois ele pega o certificado de reconhecimento de saberes ao concluir o proeja fic. Sendo a nível fundamental ele deverá saber no mínimo ler, somar, e compreender normas.” De: Luciano de Andrade Gomes Gabinete. IFB - Campus Samambaia, enviado em 14 de Jun de 2012.

Quanto aos professores que iriam atuar no CERTIFIC e a necessidade de capacitação vinculando estratégias de avaliação e conhecimento sobre as especificidades do público alvo, o professor coloca que,

“(...)eu havia lido sim. Acho que esta inquietação sua

é normal. Os professores para o Certific serão capacitados. Com relação ao mecanismo ou estratégia que o docente utilizará para avaliar o candidato vai ser função de cada um ou que no treinamento destes profs as equipes os alertem.” De: Luciano de Andrade Gomes Gabinete. IFB - Campus Samambaia, enviado em 14 de Jun de 2012.

O professor do IFB – área técnica, finaliza o seu parecer, reforçando, no seu entendimento, a importância de se manter os termos como estão nas propostas dos Perfis, onde, caso o candidato não atinja o previsto, deverá ser encaminhado para o Proeja Fic.

(...)deixar de lado ou invisível esta padronização da norma culta ou das linguagens e ciências, acredito que irá de encontro com a formalidade do nível de certificação. Entendo que isso possa ser deixado sim no escopo do documento e o professor ao verificar que o aluno possui dificuldades ou encaminha para o Proeja ou modifica sua estratégia de avaliação para se chegar ao ponto de avaliação para certificar ou não..”De: Luciano de Andrade Gomes Gabinete. IFB - Campus Samambaia, enviado em 14 de Jun de 2012.

Embora o “debate virtual” muitas vezes ficasse centralizado entre poucas pessoas, atendendo demanda específicas, principalmente da formação técnica, o grupo multidisciplinar acompanhava todos os diálogos, interagindo-se do andamento do processo e cada qual fazendo interferência e contribuições quando entendia necessário. Nessa perspectiva, coloco-me no diálogo via email referente às últimas tratativas:

“(…) analisando a discussão em torno dos perfis para Seleccionador e Prensador. Inicialmente meu entendimento ia ao encontro da percepção do Luciano, no entanto, com o envolvimento pleno no assunto para a minha qualificação/mestrado fui de encontro.”De: Janaina Marques Silva – Coord^a. do Curso Téc. Em Administração Proeja. IFSul Campus Sapucaia do Sul. Enviado em 16 de Jun de 2012.

A contrariedade foi instigada por uma pesquisa de campo realizada em um Centro de Triagem no município de Campo Bom-RS sobre gênero, nível de escolaridade, intencionalidade do público quanto ao reconhecimento dos saberes/CERTIFIC e elevação de

escolaridade (Tabela 1). A partir das informações contidas nessa tabela alimentadas pela fala dos catadores coloco que,

1) tendo em vista o objetivo da certificação:

“(…)”um programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida(…). Os trabalhadores terão seus conhecimentos avaliados e também podem receber cursos para melhorar a sua formação. Não há custos e nem limite de vagas. (http://certific.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=76). Consulta realizada em 17/06/2014

2) conforme a proposta de verticalização do programa:

(…) a verticalização no contexto da Rede CERTIFIC contempla um itinerário formativo que assegure, mediante o reconhecimento de saberes, o acesso do trabalhador a programas de alfabetização e aos diferentes níveis e modalidades da formação profissional e tecnológica. Ou seja, deverá integrar o resultado do processo de avaliação e reconhecimento de saberes a indicação para as seguintes modalidades de formação inicial e continuada: http://certific.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48:verticalizacao&catid=38:principios&Itemid=84. Consulta realizada em 17/06/2013.

I - Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Fundamental – Proeja FIC (200 horas de Educação Profissional + 1200 horas de formação geral);

II – Formação Inicial e Continuada subsequente ao Ensino Fundamental – Formação Profissional Básica de 160 horas.

III - Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Médio – Proeja FIC (200 horas de Educação Profissional + 1200 horas de formação geral);

IV – Formação Inicial e Continuada subsequente ao Ensino Médio – Formação Profissional Básica de 160 horas;

V - Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Proeja (1200 horas de formação geral + carga horária conforme o catálogo de cursos técnicos);

VI - Curso Técnico Subsequente – carga horária conforme o catálogo de cursos técnicos;

VII - Curso Superior de Tecnologia – carga horária conforme o catálogo de cursos superiores de tecnologia;

VIII - Curso de Formação Continuada lato e strito sensu – carga horária conforme orientações da CAPES

Percebe-se diante do exposto que deverá integrar o processo de avaliação e reconhecimento a indicação para outros programas de Formação Inicial e Continuada. Portanto, para a certificação de Prensador e Selecionador, na qual não se faz necessária a escolaridade (alfabetização), pois, o público alvo na maioria é analfabeto, os sujeitos podem/devem ter suas habilidades reconhecidas na íntegra sem a necessidade de encaminhamento para a conclusão do nível fundamental durante o processo de reconhecimento (160h).

Após o reconhecimento, ele receberá o memorial descritivo vinculando o recebimento do certificado a conclusão do ensino fundamental. Ou seja, ele ingressa analfabeto para o reconhecimento dos seus saberes (160h) e conclui nessa condição, no entanto, para o recebimento do certificado, é encaminhado para elevação de escolaridade e, somente após a conclusão e junto com o memorial descritivo reconhecendo os seus saberes a partir da práxis e do empirismo é que receberá o certificado. Porém,

“(…) no meu entendimento, não deveríamos vincular durante o reconhecimento (160h), o encaminhamento para elevação de escolaridade mesmo que fosse encaminhado o memorial descritivo do que ele sabe e o que falta para concluir o reconhecimento, pois, a certificação NÃO é qualificação e se estamos reconhecendo saberes de sujeitos não alfabetizados, no meu parecer, devemos validar exatamente como eles, Catadores(as), na maioria analfabetos(as), executam coisas do tipo: leitura e interpretação de textos, quando necessário. (...) observando alguns centros de triagem, verifiquei que eles chamam um colega que sabe ler quando necessitam dessa habilidade e a partir da leitura do colega interpretam e dão continuidade na atividade. Claro que o ideal seria que a leitura fosse feita por estes sujeitos, no entanto, a realidade é outra e não reconhecer que as suas atividades, naquele cargo, não estão sendo desenvolvidas devido ao analfabetismo entendo ser incoerente.” De: Janaina Marques Silva – Coord^a. do Curso Téc. Em Administração Proeja. IFSul Campus Sapucaia do Sul. Enviado em 16 de Jun de 2012.

Dado à importância da vinculação de recebimento do certificado com a elevação da escolaridade, o que agregaria valor às habilidades desenvolvidas empiricamente, reconhecer saberes, neste caso, é o ato de validar, através do memorial, as atividades necessárias e desenvolvidas por estes sujeitos e, encaminhar para elevação de escolaridade, como pré-requisito para o recebimento do certificado. Logo, a conclusão do nível fundamental é pré-requisito para que o Catador(ra) receba o certificado, mas não para reconhecimento dos seus saberes, que devem estar descritos no Memorial.

Diante disso, no texto onde diz "Operações fundamentais com números naturais e racionais", "Leitura e escrita" entre outros, Há que se ter claro de que forma estes sujeitos executam estes saberes, pois, neste caso a maioria é de forma empírica,

“(…) do contrário, corre-se o risco de que os professores que irão fazer estes reconhecimentos, mesmo com capacitação, interpretem que estes sujeitos tenham que ter essas habilidades desenvolvidas, segundo o modelo da escola formal, o que não é o que acontece, pois eles aplicam de forma empírica e assim devem/deveriam ser validadas.” De: Janaina Marques Silva – Coord^a. do Curso Téc. Em Administração Proeja. IFSul Campus Sapucaia do Sul. Enviado em 16 de Jun de 2012.

Ainda sobre as adequações sugeridas nos Perfis Profissionais, a essa instância em fase de finalização, encaminho ao email do grupo, parecer, ratificado os diálogos traçados anteriormente, sobre a escolaridade e as terminologias inseridas no instrumento de construção do perfil, instrumento esse, que serve de orientação para o reconhecimento e validação,

“(…) segue os perfis com pequenas alterações no intuito de contemplar o reconhecimento e descrição do memorial sem a necessidade de escolarização. Sem alterarmos os dados sugeridos e destacados, os professores que irão fazer o reconhecimento, mesmo não cobrando escolaridade formal, irão cobrar em conhecimento, pois esse documento/formulário é o instrumento orientador inicial e, leitura e interpretação de textos e resoluções matemáticas da forma como conhecemos e estamos propondo, só com escolarização. (...). O perfil de Gerente não há necessidade de alteração já que foi idealizado para sujeitos com o nível fundamental completo.” De: Janaina Marques Silva – Coord^a. do Curso Téc. Em Administração Proeja. IFSul Campus Sapucaia do Sul. Enviado em 18 de Jun de 2012.

A DPEPT – SETEC anuncia novamente, pelo email grupo, a sua saída do MEC/SETEC e reforça o cumprimento dos prazos na construção dos perfis, que seria pauta principal para uma reunião com as representatividades do MDS, MTE e a nova DPEPT – SETEC. A intenção era de firmar o comprometimento de continuidade das ações.

“Recomendo que mandem os perfis da forma que estão, pois aí tenho um material concreto para marcar uma reunião com a Jaira do MDS, Daniela do Ministério do Trabalho e a próxima diretora – Anna Dantas para que ela se comprometa com a política da reciclagem, ok? Daniela reservou 10 milhões para incubagem dos galpões, centros de reciclagem = edital para os IFs. Mandem da forma que estiverem Perfis – vamos colocá-los sob consulta pública e aí é possível os ajustes. Como saio em agosto será possível este trabalho ficar encaminhado.” De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 18 de Jun de 2012.

E, como já estava pré-anunciado, A DPEPT – SETEC realiza uma das últimas reuniões para tratar dos encaminhamentos referentes ao CERTIFIC para os trabalhadores(as) da Reciclagem. Participaram dessa reunião trabalho o Comitê técnico A DPEPT – SETEC em transição e a que iria iniciar o cargo, a Coordenadora do PRONATEC FIC e MTE.

“Prezada Jaira, Prezada Anna, Prezados Assis, Luciano e Janaína Tivemos uma reunião muito boa - Anna, Jaira, Daniela, Walmor (Ministério do Trabalho) e Vania (SETEC) agora durante a transição. O CERTIFIC é um programa prioritário para o secretário Marco Antonio de Oliveira - o que é muito bom, Anna verificou a possibilidade do reconhecimento de saberes dos recicladores compor ação dos cursos PRONATEC FIC - situação vista como possível pela coordenadora do PRONATEC Nilva. Minha exoneração sairá a partir do dia primeiro de agosto, quando ocorrerá a nomeação de Anna, penso que até lá o grupo pode seguir gestando a proposta de um documento base que subsidie a ação: 1) reconhecimento de saberes do reciclador; 2) presença em curso FIC da área (embasando separação, embasando a gestão do empreendimento, embasando o processo de trabalho em si); 3) transferência de tecnologia para as cooperativas,

associações - dependendo de um edital específico da Secretaria de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego. Tenho certeza do compromisso da Anna com a Educação dos trabalhadores, a partir de agosto estarei do outro lado - fazendo pesquisa junto às associações, galpões de reciclagem - continuem contando comigo sempre! Agradeço a Jaira por envolver o MEC no Comitê interministerial, especialmente a SETEC que possui interface com Educação Profissional. Seguimos, De: Simone Valdete dos Santos - Diretora de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica – MEC/SETEC, enviado em 18 de Jun de 2012.

Em consulta ao Portal do MEC, conforme email, verifica-se que o Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuado – CERTIFIC, encontra-se em fase de estruturação. <http://certific.mec.gov.br/> (consulta realizada em 18/06/2013).

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DA MEMÓRIA E DO MEMORIAL

Na construção deste capítulo estabeleci a orientação no sentido das lógicas identificadas durante as discussões de elaboração dos perfis profissionais dos catadores. Optei pela análise destas lógicas numa sequência temporal propiciada pela leitura do memorial construído no Capítulo 5. Entretanto evitei a simples linearização temporal no uso do memorial, pois os fatores que determinam as diferentes lógicas de análise são subjacentes em diferentes etapas do trabalho desenvolvido pelo Comitê.

Considero que esta forma de análise permite ao mesmo tempo transitar interpretativamente durante o processo de construção do objeto de estudo desta pesquisa quanto adotar um posicionamento enquanto pesquisadora para a tomada do distanciamento teórico. Sem a primeira, a teoria não sabe do que fala. Sem a segunda, o investigador ignora a linguagem que utiliza” (CHARLOT apud CAVACO, 2008, p. 538).

6.1 A lógica das orientações político-ideológicas na construção dos perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis

Na primeira reunião do Comitê Técnico se estabeleceu a discussão que balizou a construção de uma lista de diretrizes e encaminhamentos quanto ao direcionamento das ações do Comitê na elaboração dos perfis profissionais dos agentes que atuam no mundo do trabalho dos resíduos sólidos (ver páginas 80-82 do Capítulo 5).

Na análise deste conjunto de cinco itens identifiquei a tendência do Comitê em adotar um posicionamento teórico alinhado à concepção sócio-construtivista. Isto pode ser verificado no corpo do texto do item ii., onde o Comitê expressa como princípio norteador desalineante no processo pedagógico da certificação a compreensão por parte dos catadores sobre a importância desta certificação e a importância do seu trabalho para a sociedade. E que isto deveria anteceder a abordagem sobre os conhecimentos tácitos, orientação que compreendo estar alinhada à concepção sócio-construtivista.

Entendo que esta anterioridade na ordem dos elementos busca a antecipação da concepção de trabalho pelo Comitê numa visão de construção social e da importância deste para a sociedade e que evitou que esta concepção se desenvolvesse sobre a ótica do emprego e da lógica de mercado.

Outro aspecto que chamo a atenção é o fato da necessidade da certificação se concretizar numa base de sujeitos menos alienados indica que os integrantes do Comitê Técnico os pressupõe alienados.

Esta visão de alienação pré-concebida sobre o movimento social dos catadores surge como uma característica dos integrantes do Comitê em diferentes momentos da construção dos perfis e que representa um elemento comum que tem sua provável origem na forma como cada indivíduo apreendeu as realidades deste grupo social durante suas experiências. Questiono aqui se esta realidade alienante, assumida axiomáticamente pelo Comitê, está relacionada com o contexto de precarização das condições de trabalho, ou surge como uma representação social estigmatizada no seio da sociedade?

Estes pressupostos resultaram nos três recortes pré-estabelecidos como eixos estruturais do corpo do documento de apresentação dos perfis profissionais, a saber, alienação, efetividade para sociedade e práxis.

No item iv. desta lista de diretrizes e encaminhamentos identifico outra orientação importante para a construção dos perfis, a de que mesmo sendo construída numa perspectiva do trabalho, estes perfis deveriam também estar alinhados e passíveis de comparação com as atribuições das profissões já existentes. Ainda, que as atividades de cada perfil deveriam ser mapeadas (uso de mapas conceituais) previamente com o olhar nos possíveis postos de trabalho envolvendo a área do saneamento básico.

Neste sentido a visão dos integrantes do Comitê foi a de que o reconhecimento dos saberes dos catadores e sua certificação deveriam ser conduzidos de tal maneira que possibilitassem aos trabalhadores acessarem outros segmentos no mercado de trabalho, visão esta que carrega o paradigma da empregabilidade.

Posto que o Comitê Técnico se posicionasse pelo caminho de estruturação dos perfis de certificação num olhar sócio-construtivista, onde a qualificação profissional dos catadores fosse uma construção balizada por parâmetros socioculturais e históricos, onde o trabalho constitui uma relação social e os espaços de trabalho, instâncias de embates, conflitos e formação, parece-me que a estratégia de aproximação do Comitê Técnico com os diferentes atores relacionados com a questão ambiental dos resíduos sólidos encaminhada como o iii. item da lista de diretrizes completa esta lógica.

Assim encaminhado, um segundo momento ocorre através de duas reuniões. Na primeira foram definidos quais perfis profissionais seriam desenvolvidos para os

trabalhadores de materiais recicláveis. Numa análise sobre a composição dos três perfis a serem trabalhados - denominados de Gerente, Seleccionador e Prensador atuantes em espaços coletivos (associações e cooperativas) de trabalho com materiais recicláveis –identifico que houve uma opção em abordar somente aqueles que estivessem relacionados com o trabalho coletivo definido nos espaços produtivos das associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.

Nesta opção do Comitê Técnico percebo haver coerência com a concepção encerrada na proposta sócio-construtivista adotadas no primeiro momento, pois não foi incluído o perfil de catador individual de rua.

Esta opção é muita discussão na sociedade, pois está rodeada de controvérsias sobre a pertinência do ser humano ser utilizado nesta atividade na maioria das vezes servindo como tração de seu equipamento de coleta e que privilegia o trabalho individual sobre o trabalho coletivo.

Na segunda reunião, onde estavam presentes além do Comitê Técnico, representantes dos segmentos encaminhados para a composição da Equipe Multidisciplinar, desenvolveram-se duas atividades: a discussão das terminologias que definiriam as atribuições de cargos do catálogo da política pública denominada de PRONATEC e que estavam relacionados ao mesmo público-alvo do CERTIFIC, e a discussão sobre os três perfis profissionais anteriormente definidos.

No que parece ser uma atividade fora do contexto do processo de construção dos perfis profissionais para os trabalhadores de materiais recicláveis, pois os cargos e suas atribuições para o catálogo do PRONATEC foram construídos na lógica da formação e não da certificação, entendo que foi de extrema valia porque permitiu uma intensa discussão sobre o uso de terminologias que também deveriam permear os perfis profissionais do CERTIFIC.

Durante as discussões se desenvolveram momentos de tensão entre o Comitê Técnico e o representante do Sistema S na Equipe Multidisciplinar. As controvérsias estabelecidas geraram um diálogo coletivo importantíssimo, pois no pano de fundo na escolha das terminologias estão as divergências estabelecidas entre a concepção ideológica que norteia as instituições do Sistema S, a qual é baseada no modelo por competências, tem foco no processo de construção individual do conhecimento e no paradigma hegemônico da empregabilidade, e a concepção sócio-construtivista direcionada pelo Comitê Técnico, em

cuja base está o reconhecimento e valorização dos saberes adquiridos ao longo da vida na perspectiva do empoderamento e inclusão social.

O ponto culminante desse embate ideológico se estabeleceu quando da definição sobre o pré-requisito de escolaridade exigido para ingressar no processo de certificação dos três perfis profissionais estipulados pelo Comitê Técnico cujas terminologias completas das titulações são “Gerente de associação ou cooperativa de trabalhadores de materiais recicláveis”, “Selecionador de materiais recicláveis” e “Operador de prensa de materiais recicláveis”, conforme incorporado no documento (Anexos 03, 04 e 05).

A opção do Grupo Multidisciplinar em estipular como única exigência para ingressar no Programa CERTIFIC a “atuação em associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis”, mostrou mais uma vez a opção pela inclusão social contemplando a realidade da baixa escolaridade dos catadores, com significativo contingente de analfabetos. Entretanto, o Programa CERTIFIC estabelece como diretriz básica a elevação de escolaridade no nível fundamental, no mínimo, para a certificação.

Assim, um analfabeto poderá acessar ao Programa, entretanto sua certificação ficará condicionada à elevação de escolaridade. Identifico que esta opção encerra um cuidado bastante importante e específico quanto ao campo pedagógico envolvido nas etapas de reconhecimentos e validação dos saberes para a certificação.

Numa ótica de formação, a alfabetização compreende uma etapa prévia à formação; entretanto, na certificação envolve sujeitos analfabetos, mesmo que encaminhados para a elevação de escolaridade.

Se a concepção de certificação por si só já encerra dificuldades para o educador envolvido na educação profissional brasileira, onde a cultura de qualificação se alicerça na formação, realizar as etapas de reconhecimento e validação de saberes de um trabalhador analfabeto ou no máximo em processo de alfabetização consiste num desafio à qualificação deste educador.

Outro aspecto importante e que resultou das discussões sobre as terminologias envolvidas na construção dos perfis se referem aos verbos utilizados no formulário oficial (Anexos 03, 04 e 05) quando da descrição dos conhecimentos básicos necessários à ocupação.

Na área de conhecimento relacionada a Ciências da Natureza e suas Tecnologias, por exemplo, foi empregado o termo empírico, “relações empíricas volume, massa e quantidade

com organização espacial, médias, geometria (ângulos, triângulos, quadriláteros e círculos), sistemas de medidas de comprimento e área e volume. (...) relação empírica entre volume, massa e quantidade com sequência operacional (...).”

Percebo nesta utilização do termo “relações empíricas” uma característica de abertura do perfil que permite ao educador envolvido nas etapas de reconhecimento e validação das experiências adquiridas estabelecer uma prática educacional com base socioconstrutivista, não sendo necessário um “perfil standards externo”, possibilitando “aprender o percurso de construção” do sujeito a ser certificado, em “totalidades mais amplas e complexas: a partir da multiplicidade de contextos em que foram geradas, desvelando até aspectos e dimensões da trajetória profissional pouco conhecidas e valorizadas pelo próprio sujeito.”(MANFREDI 2005, P.35)

Interpreto que esta utilização dos termos relacionados ao “empirismo” como uma consequência que envolve não só a opção do Comitê Técnico pela orientação socioconstrutivista, mas como uma opção orientada também pela lógica da decisão anterior sobre a inclusão ou não de pessoas analfabetas.

A não inclusão de tal termo conflitaria com esta condição e excluiria boa parte dos catadores, pois, seus saberes relacionados ao trabalho são construídos de forma empírica e, o não reconhecimento dessa condição, seria também não legitimar o seu saber desenvolvido na relação prática com o seu trabalho mediado pelo contexto.

Entretanto, esta compreensão não se estendeu sobre um campo de concordância dentro do Grupo Multidisciplinar. Percebo isto, pois nem todos os encaminhamentos para construção dos elementos dos perfis tiveram a legitimização dos pressupostos teóricos socioconstrutivista, o que resultou, ao meu olhar, em incoerências postas no formulário oficial descritivo dos perfis.

Na área de conhecimento relacionada a Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (anexo 03, 04 e 05), por exemplo, pressupõem-se habilidades que novamente não condizem com os requisitos prévios exigidos: “Leitura, interpretação e escrita de textos técnicos e normas. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e Escrita”, são requisitos que coadunam com um perfil fechado, excludente no contexto dos catadores.

Neste sentido, identifico no posicionamento do Comitê Técnico uma busca pela coerência, quando sugere a seguinte adequação “Expressão oral. Identificação de códigos. Compreensão e interpretação de textos e normas técnicas, lidos por outra pessoa”.

A argumenta do Comitê Técnico era no sentido de que primeiro, houvesse coerência do que estava sendo construído e incluído no documento com a realidade da atividade a ser reconhecida (certificação) e não “melhorias” a médio e longo prazo (capacitação), pois a visão de que havia espaço na carga horária destinada à certificação para etapas formativas complementares.

Entretanto, identifico aqui outra incoerência, pois a temporalidade necessária para que a trajetória de um sujeito analfabeto permita-o passar à condição de alfabetizado e, portanto, ser capaz de realizar a complementaridade profissional via formação, não condiz com a temporalidade de 160 horas da certificação, mesmo que esta se estenda.

Ainda, identifico aqui outro risco, quanto às barreiras que os educadores poderiam perceber, mesmo com capacitação, no processo de avaliação dos catadores para a certificação, o que poderia levar ao descrédito da política pública.

Ainda assim, a adequação proposta pelo Comitê não foi acatada mantendo assim a primeira proposta no formulário oficial.

Estes resultados podem ser entendidos como uma extensão do debate ideológico entre as concepções teóricas adotadas nas duas maiores instituições de educação profissional no Brasil: o Sistema S e o Sistema Federal de Educação Tecnológica.

A prática do Sistema S está baseada no modelo de competências e carrega a forte influência da concepção trabalho/habilidades (job/skills), onde o “referencial utilizado para a avaliação e a certificação profissional são normas técnicas e o perfil ocupacional por unidades de competências.” (STEFFEN, 2010, p. 81).

Um importante momento para a análise das lógicas em questão foi propiciado pelo diálogo com o representante do MNCR sobre a possibilidade de formalização da profissão do catador com a inclusão da carteira de trabalho.

Durante o segundo encontro, ao ser sugerido pela representante da SETEC à possibilidade de formalização da profissão do catador com a inclusão da carteira de trabalho, o representante do MNCR se posiciona temeroso quanto a esse encaminhamento, pois, no seu entendimento, tal iniciativa poderia levá-los a uma lógica de “exploração do trabalho”, sendo que a forma de organização do trabalho desenvolvida por eles (catadores) é cooperativista.

Ainda, completou reforçando a importância de que a Equipe Multidisciplinar tivesse o cuidado para com os perfis que estavam sendo construídos, quanto aos aspectos que

influenciariam na formação dos educadores para a certificação que atuariam no processo de reconhecimento dos saberes. De que estes aspectos fossem alicerçados em metodologias que “fortaleçam a forma de organização dos catadores, cooperativismos”.

Entendo haver aqui indicativos sobre o posicionamento ideológico do MNCR, quanto aos aspectos relacionados com a produção do conhecimento nos espaços de trabalho, principalmente no que tange às relações entre formas de trabalho e exploração sob o olhar dos sistemas organizacionais capitalistas.

Ainda, percebo que há uma compreensão de que na lógica do cooperativismo este risco é diminuído, conforme pode ser deduzido pela sua fala: “(...) eu estava num seminário e quando foi debatido sobre essa discussão sobre carteira de trabalho, um colega disse que existe o risco de que a carteira de trabalho possa nos formalizar para um mercado que nos explora e a nossa lógica é cooperativista”.

Entendo que o processo de construção dos perfis profissionais como se deu, sob a dinâmica do embate ideológico que também se estabeleceu dentro da educação profissional brasileira, principalmente a partir da década de 90, não necessariamente produziu com conjunto de perfis profissionais com todos os elementos conectados com a realidade social, econômica e ideológica e que há questões que merecem um aprofundamento para além da profissionalização proposta pelo CERTIFIC.

Dentro do que o representante do MNCR apresenta cabe um questionamento: que impacto uma política pública de educação profissional pode estabelecer quando objetiva a “formalização” dos espaços de trabalho dos catadores cuja organização associativa e cooperativa é predominante no Brasil?

6.2 A lógica da política pública e sua influência no processo de construção dos perfis profissionais

No campo das referências sobre as políticas públicas apresentadas no Capítulo 4, procuro enquadrar abaixo uma análise que busca nos conflitos percebidos os elementos para compreender as lógicas com base nas tipologias de Sabatier (1986, p. 21) para os modelos de implementação top-down e botton-up durante as atividades do Comitê Técnico.

Este Comitê iniciou suas atividades de elaboração dos perfis profissionais já sob a pressão do MEC/SETEC quanto aos prazos de envio dos documentos necessários. A reação

do Comitê quanto a esta temporalidade, que no olhar dos seus componentes não possibilitaria o amadurecimento necessário para o desenvolvimento de um conjunto de perfis que atendesse as expectativas dos catadores de materiais recicláveis, reflete o que pode ser entendido como comprometimento dos integrantes do Comitê com a causa social envolvendo a educação destes sujeitos numa expectativa inclusiva.

Isto transparece já no conjunto dos itens da lista de diretrizes e encaminhamentos definida no primeiro encontro de trabalho do Comitê (ver páginas 80-82 do Capítulo 5), materializando-se na forma estratégica de envolvimento tanto da representação dos catadores, quanto dos diferentes atores envolvidos nas políticas públicas relacionadas tanto à questão ambiental dos resíduos sólidos quanto aquelas envolvendo as questões sociais adjacentes a esta questão.

No entender do Comitê a urgência atropelaria as diretrizes previstas pela própria política de certificação estipulada pelo Programa CERTIFIC, onde o caminho da certificação de jovens e adulto deve ter como alicerce as experiências acumuladas ao longo da vida e os saberes já adquiridos, estimulando à autonomia na construção de novos conhecimentos, para tanto, é fundamental que se utilize uma metodologia de avaliação participativa e formativa que respeite as características culturais e individuais dos trabalhadores.

Como consequência, a representante do MEC/SETEC flexibilizou a agenda de trabalho do Comitê de forma a atender as solicitações do Comitê conforme encaminhamentos no primeiro encontro.

Como contrapartida pela flexibilização, o Comitê Técnico estabeleceu uma agenda de trabalho fora do âmbito dos encontros, de forma a propiciar um melhor aproveitamento do tempo de trabalho durante as reuniões, transformando-as em encontros de decisões mais estratégicas do que operacionais. Este processo pode ser verificado através dos documentos que transitaram via e-mail, onde podem ser identificadas as diferentes formas de elaboração e organização de informações que foram utilizadas para a tomada das decisões.

Entendo aqui que o conflito gerado entre temporalidade prevista e a temporalidade percebida pelo Comitê Técnico tem sua origem na relação entre os modelos de implementação das políticas públicas top-down e bottom-up, apresentados no Capítulo 4.

No modelo top-down de política pública há uma separação entre os tomadores de decisão (políticos) e os implementadores (administração). Entendo que os tomadores de decisão, neste caso de estudo, são os segmentos diretamente responsáveis pela Rede

CERTIFIC, representados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC; enquanto que os implementadores são representados, parcialmente, pelo Comitê Técnico. Esta parcialidade atribuída ao Comitê se deve ao fato de que ele não tem como objetivo ultrapassar a construção dos perfis profissionais dos catadores, o que significa ser apenas uma etapa inicial da implementação do Programa CERTIFIC.

Nessa perspectiva, a implementação é mero esforço administrativo de achar meio para os fins estabelecidos. O Comitê, quando provocado a acelerar o prazo de entrega dos perfis profissionais, teve que se adequar, adaptando estratégias, como a comunicação via mensagens eletrônicas como forma de manter a construção coletiva, embora já houvesse definido anteriormente uma agenda.

No modelo de política pública botton-up, os implementadores tem maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação.

Logo, percebe-se que o Comitê buscou garantir uma inversão, mesmo que parcialmente, na lógica da implementação top-down para a lógica da implementação botton-up, o que permitiu concretizar a estratégia encaminhada no primeiro encontro quanto à ampliação dos diferentes protagonistas envolvidos com as questões sobre resíduos sólidos e sobre os catadores de materiais recicláveis.

Sintetizando, entendo que toda a trajetória de construção dos perfis profissionais para os catadores foi marcada por iniciativas, adequações, avanços e retrocessos moldados pelo jogo de forças definidas no campo dos modelos de implementação top-down e bottom-up.

Outro fato importante, relacionado à alteração da temporalidade abordada acima, e objeto de análise e interpretação da política pública disserta sobre a questão da descontinuidade dentro da SETEC/MEC e provocada por essa alteração, quando da mudança na Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, o impacto imediato sobre a lógica de trabalho estabelecida tanto para a Equipe Multidisciplinar como para o Comitê Técnico foi a mudança do tempo para a conclusão dos trabalhos, o que levou à limitação dos objetivos estabelecida apenas pelo formulário de preenchimento dos perfis, abrindo-se mão da elaboração do documento orientador que seria disponibilizado aos sujeitos que fossem atuar no processo de reconhecimento e certificação dos saberes profissionais dos catadores.

Frey (2000, p.245) afirma que as descontinuidades abruptas e extensivas das políticas de governo podem ocorrer não somente entre governos, mas, inclusive, dentro de uma mesma gestão. De acordo com o autor estas descontinuidades estão relacionadas a dois fatores.

Num sentido mais amplo, as políticas públicas tradicionais são partidárias, o que geralmente as limita ao período de mandato governamental. Nestas políticas há uma oposição, velada ou não, que as tornam vulneravelmente dependentes da permanência no poder daquele partido que as criou, independentemente do fato de que a sociedade concorde e apoie o curso de ação governamental.

Num sentido mais restrito, Frey aponta que “as políticas públicas brasileiras tradicionais são também personalistas. Muitas vezes os interesses pessoais ultrapassam inclusive os partidários.” Nessa esteira, Frey (2000, p.245) aponta que

Em contraposição aos países institucional e politicamente consolidados, os governos brasileiros são considerados bem menos resultado da orientação ideológico-programática da população ou dos partidos do que uma consequência de constelações pessoais peculiares. (Frey, 2000, p. 245).

Cabe aqui analisar outro aspecto, no qual, particularmente me afeta, a de pesquisadora. As mudanças de rumo, foco, meta e objetivo das políticas públicas são consideradas comuns no complexo governamental brasileiro.

Quanto ao exposto, pesquisar através de objetos de pesquisa parcial ou totalmente focado na política pública existente, seja numa fase inicial ou final desta, implica estar à mercê de uma dinâmica peculiar e de uma transformação contínua, principalmente em países com democracias recentes como o Brasil.

O pesquisador corre o risco de ter que enfrentar mudanças significativas até durante o próprio processo de pesquisa. Essas mudanças, de acordo com Frey (2010, p. 245), podem ocorrer não somente em relação à política material, objeto primordial de sua investigação, mas também às instituições políticas, onde a rede dos atores políticos que determinam o processo político pode repentinamente mudar durante a realização do projeto de pesquisa.

6.3 A lógica das tecnologias e sua importância para trabalhadores de materiais recicláveis

Durante os trabalhos envolvendo a Equipe Multidisciplinar foi estabelecido um consenso quanto ao fato de que para haver êxito nas ações propostas pelo Programa CERTIFIC, há a necessidade de que esta política pública deve, na medida do possível, se articular com outros segmentos, desenvolvendo ações integradas, como é o caso da demanda dos Centros de Triagem por tecnologias sociais.

Destaco um dos momentos descritos no memorial onde o representante do MNCR, aponta para a necessidade de transferência de tecnologias para os centros de triagem como forma de fomentar uma política pública pra além da certificação.

Ainda, chama a atenção para o cuidado em não reproduzir os modelos formais de organização, “(...) nós do movimento lutamos por uma tecnologia social. Tecnologia discutida lá na base, com quem vai trabalhar. No entanto, o Ministério de Ciências e Tecnologia só pensa a tecnologia de ponta. A finalidade do movimento é a de buscar por políticas públicas que contemplem as nossas s necessidades (...)”.

Percebo haver na fala do representante do MNCR novamente o elemento relacional sobre as formas de trabalho e exploração sob o olhar dos sistemas organizacionais capitalistas. Entendo que este caráter enfático tenha origem no âmbito das discussões realizadas durante os trabalhos da Equipe Multidisciplinar e que se estenderam no campo de forças entre as concepções que influenciaram a construção dos perfis profissionais dos catadores.

Este olhar, propiciou um cuidado por parte do representante do MNCR quanto aos riscos de um processo de transferência de tecnologia sob o ideário de produção capitalista, o que justificaria sua fala.

CONCLUSÃO

O estudo de caso em torno do processo de construção dos perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis provocou num primeiro momento, o desafio de construir o nexo teórico-metodológico que permitiu ao pesquisador se posicionar como observador participante capaz de apreender a realidade do objeto de pesquisa e não somente captá-lo pela descrição a-histórica e descontextualizada.

A dinâmica da construção deste objeto foi estudada à luz dos pressupostos teóricos que proporcionaram esclarecimentos fundamentados nas lógicas das concepções que a educação profissional brasileira encerra, nas lógicas das políticas públicas e nas lógicas que regulam a relação trabalho, tecnologia e educação.

A invisibilidade que o sistema educacional brasileiro tem relegado o movimento social dos catadores de materiais recicláveis não é uma mera coincidência, apesar de constituírem um contingente de aproximadamente um milhão de trabalhadores e de movimentarem, de forma insubstituível até o presente momento, uma consistente cadeia produtiva.

Os espaços formais do sistema educacional profissional com sua concepção pedagógica que reproduz quase que exclusivamente as lógicas dos modos de produção e de relações de trabalho, fundamentam-se em ideologias liberais que atendem ao sistema capitalista. Há uma relação entre essa concepção pedagógica e a invisibilidade difícil de romper pelo caminho da qualificação pela formação, o que determina a exclusão, neste caso estudado, de categorias de trabalhadores como os catadores de materiais recicláveis.

Esta invisibilidade social serviu como pano de fundo para as discussões sobre a questão do reconhecimento dos saberes dos catadores para sua certificação. Muitas vezes, foi necessária a retirada deste manto para que fosse possível identificar os comportamentos subjacentes individuais e institucionais à luz dos pressupostos teóricos adotados para minha análise e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa.

Durante a elaboração dos perfis o embate entre as concepções de certificação centradas na atividade padronizada e alheia ao contexto histórico socialmente construído pelo coletivo e as concepções de caráter sócio-construtivista que se contrapõem ao isolamento do conhecimento individualizado e afastado dialeticamente do conhecimento produzido pelo coletivo, definiu as características estruturais dos perfis profissionais dos trabalhadores de materiais recicláveis pela Equipe Multidisciplinar.

Duas decisões, inicialmente tomadas pela Equipe Técnica, foram determinantes quanto à construção estrutural dos perfis profissionais: uma decisão se refere à divisão do perfil em três campos conceitualmente marcados pela concepção sócio construtivista, a saber, “alienação”, “importância para a sociedade” e “práxis”; a outra decisão se refere ao pré-requisito que o trabalhador de materiais recicláveis deve apresentar para ser inserido no Programa CERTIFIC de sua área, isto é, ser trabalhador de um coletivo de produção associativista ou cooperativista.

As duas decisões comungam um mesmo resultado, o de que a certificação dos trabalhadores deve necessariamente ser contextualizada nos espaços de produção por eles e pelos seus olhares conduzidos. Entendo que este resultado, de uma forma ou outra, abriu uma discussão pedagógica, dentro do Comitê Técnico, quanto ao posicionamento docente frente às etapas de reconhecimento e validação das experiências adquiridas e praticadas dentro de uma realidade produtiva que não são reproduzidas, e tampouco conhecidas, nos espaços formais da educação profissional.

Associando este resultado ao provável perfil - de formadores e não de certificadores, com foco do ensino na visão do mercado de trabalho - que os docentes disponíveis no sistema de Educação Profissional brasileiro apresentam, concluo ser necessário que haja uma capacitação no sentido de reorientar os educadores para a certificação com foco na relação trabalhador de materiais recicláveis e suas diferentes formas organizacionais - associação e cooperativas – cujos estudos sobre estágios de produção constam de cinco tipologias.

O resultado da primeira decisão implicou necessariamente num conjunto de elementos para a definição das Atribuições Mínimas da Ocupação que contemplam para além das atividades, estabelecendo uma conexão entre as atividades e seu contexto social, econômico e ambiental interno e externo, como pode ser visto nos itens 9, 11 e 12 dos perfis de Gerente de associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis, Selecionador de materiais recicláveis e Operador de prensa de materiais recicláveis, respectivamente (Anexos 03, 04 e 05): “Reconhecer o papel das associações/cooperativas como instrumento de desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental.”.

O resultado da segunda decisão foi o que mais provocou conflitos principalmente na construção dos Conhecimentos Básicos Relacionados à Profissão/Ocupação, pois os termos utilizados devem contemplar a possibilidade de certificação de um trabalhador analfabeto. Neste aspecto, identifiquei tanto consistências como inconsistências quanto às possibilidades de atendimento ao trabalhador analfabeto. O uso de termos como “Relações empíricas” se

opção ao uso de termos como “Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas”, na medida em que o primeiro é possível de ser aplicado a um trabalhador analfabeto, enquanto que o segundo o exclui.

Concluo que os perfis profissionais apresentam características marcadamente definidas no campo das concepções socioconstrutivistas de qualificação para o trabalho e isto reflete não só a influência das diretrizes que orientam o Programa CERTIFIC, mas as orientações teóricas e experiências educacionais dos integrantes enquanto atuantes no Comitê Técnico e na Equipe Multidisciplinar.

Num segundo campo de análises e interpretação foram identificados conflitos resultantes dos dois modelos para a fase da implantação das políticas públicas: a primeira, top-down e a segunda, botton-up. O principal elemento que desencadeou as modificações na dinâmica de trabalho tanto do Comitê Técnico quanto da Equipe Multidisciplinar esteve relacionado às diferentes temporalidades exigidas pelos dois modelos. Os encaminhamentos sobre as dinâmicas tiveram que ser negociados sobre as influências destas temporalidades, o que exigiu flexibilidade tanto da Diretoria de Políticas para Educação Profissional da SETEC/MEC (2011-2012) quanto dos integrantes da Equipe Multidisciplinar.

Ainda dentro do campo de análise e interpretação da política pública em questão incluo como importante a questão da descontinuidade caracterizada como uma ruptura abrupta no âmbito dos tomadores de decisão do Programa CERTIFIC, ocasionada com a mudança dos dirigentes na Diretoria de Políticas para Educação Profissional da SETEC/MEC. Esta descontinuidade, de acordo com FREY (2000, P.245) ocorre nas “[...] políticas públicas brasileiras tradicionais”, e como a entendo neste caso, “[...] são também personalistas”, onde os “[...] interesses pessoais ultrapassam inclusive os partidários.” e ideológicos.

Há duas consequências diretas dessa ruptura: uma para o Programa CERTIFIC voltado para os trabalhadores de materiais recicláveis, que teve sua implantação interrompida, a despeito de todos os envolvidos no processo; outra, mais no âmbito desta pesquisa, que limitou suas possibilidades de estudos, porque interferiu diretamente no objeto de pesquisa.

Outra consequência da ruptura acima está relacionada com o importante tema que permeou transversalmente todas as atividades da Equipe Multidisciplinar: o da necessidade de intensificar o intercambiamento entre o Programa CERTIFIC e as outras políticas estabelecidas para o público-alvo em questão. Esse ponto foi intensivamente retomado durante as atividades e incluído como uma das diretrizes primeiras adotadas pelo Comitê Técnico, caracterizando a composição da Equipe Multidisciplinar.

Uma das políticas abordadas pela Equipe Multidisciplinar como importante e necessária para o olhar integrado das políticas públicas foi a da transferência tecnológica para as cooperativas e associações de trabalhadores de materiais recicláveis. Durante a análise desta questão identifiquei que a Equipe Multidisciplinar compartilha a visão de cuidado que esse tipo de política deve ter em não reproduzir os modelos formais de organização, cuidado esse que pode ser sintetizado na fala do representante do MNCR: “[...] nós do movimento lutamos por uma tecnologia social. Tecnologia discutida lá na base, com quem vai trabalhar. No entanto, o Ministério de Ciências e Tecnologia só pensa a tecnologia de ponta. A finalidade do movimento é a de buscar por políticas públicas que contemplem as nossas necessidades (...)”.

Concluo que essa descontinuidade abrupta não só influenciou no processo de construção dos perfis profissionais, como interrompeu o processo de implantação do Programa CERTIFIC e o dissociou do contexto das outras políticas públicas envolvendo os trabalhadores de materiais recicláveis, o que inverte a lógica entendida com necessária para promover a inclusão social desse movimento social e combater a “exploração do trabalho”, de forma que “fortaleçam a forma de organização dos catadores, cooperativismos”. Diminuindo o “risco de que a carteira de trabalho possa nos formalizar para um mercado que nos explora” se a “nossa lógica é cooperativista” (falas do representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR).

Por fim, a análise e interpretações dos dados obtidos durante a construção do objeto de pesquisa propiciaram entender não só as implicações derivadas das lógicas nas concepções de qualificação para a certificação dentro do Programa CERTIFIC voltados para os trabalhadores de materiais recicláveis, como ampliaram as possibilidades de contextualizá-lo sob a lógica mais ampla das políticas públicas que comungam sobre os mesmos sujeitos.

Recomendações para trabalhos futuros

Como pesquisadora e após esse trabalho, vislumbro um amplo espaço de continuidade de estudos, pois acredito que trabalhei com somente com uma pequena parte do iceberg que representa não só o problema sociológico da investigação, mas o problema social envolvido.

Neste sentido, algumas considerações apontam para diferentes focos de pesquisa não só sobre o objeto investigado, mas também sobre outros objetos passíveis de serem

pesquisados, os quais estão relacionados ao problema social que encerra as questões pertinentes ao movimento social dos catadores de materiais recicláveis.

- Estudo sobre a questão envolvendo a formação de certificadores para este público-alvo seja no campo da produção de material de orientação técnica seja no campo pedagógico e metodológico.

- Estudo sobre a efetividade das políticas públicas com foco na interação entre o problema relacionado aos resíduos sólidos urbanos e o problema social envolvendo os catadores.

- Estudo sobre o impacto do processo de transferência de tecnologias sociais da reciclagem para as formas coletivas de organizações dos catadores, quanto às dimensões sociais, econômicas e ambientais.

- Estudo para elaboração de proposta quanto à formatação processual de atividades de Comitês Técnico, ampliando o conjunto de representatividade dos segmentos envolvidos para além do Estado, incluindo os próprios sujeitos da política pública definida pelo Programa CERTIFIC e com dotação orçamentária necessária para as dinâmicas de trabalho.

- Estudo para a ampliação da discussão sobre as perspectivas utilizadas nos outros programas de qualificação dos trabalhadores (PRONATEC, PROEJA, MULHERES MIL) dentro dos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: **Pesquisa social: projetos e planejamento**. Queiroz, T. A. (Editor), São Paulo:SP. 1979.

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Idéias& Letras. 2010.

AQUINO, C. **O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social**. O Público e o Privado, V. 11, p. 169-178, 2008. Disponível em: <http://seer.uece.br>. Acesso em: 29 jun. 2013.

ALONSO, Luisa. **Formação ao longo da vida e aprender a aprender**. In Conselho Nacional de Educação (Org.) Aprendizagem ao longo da vida no Debate Nacional Sobre Educação . Lisboa: Conselho Nacional de Educação, Estudos e Relatórios. P. 139-151. 2007.

BORSÓI, I. **Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado**. Convergencia, V. 18, n. 55, p. 113-133, enero-abr. 2011. Universidad Autónoma del Estado de México. Disponível em: <http://www.redalyc.org/> Acesso em: jun. 2013.

BRASIL, Lei nº 9.394 de 29/12/1996 – **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL, MEC/SEMTEC-PROEP. **Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional**. Parecer CNE/CEB nº. 17/97. Educação Profissional: Legislação Básica, 5ª edição. Brasília:DF. 1997.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária, **Atlas de Economia Solidária no Brasil**. Brasília, 2007.

BRASIL(1). Decreto nº12.305 de outubro de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília (DF): 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 de fev. de 2010.

_____(2). MEC/SETEC. **Orientações para a implantação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC**, Pereira, Luiz Augusto Caldas; Costa, Sonia da (org). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010.

BRASIL. Portaria Interministerial nº. 1.082, de 20 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC**. Brasília: MEC-MTE, 2009.

CASTILHOS, Assis Francisco de. **Relatório do projeto de desenvolvimento de metodologia para capacitação de trabalhadores de centros de triagem**. Convênio CEFET/RS – Copesul SA – Petroquímica Triunfo SA –DMLU Prefeitura de Porto Alegre/RS. Sapucaia do Sul/RS. Disponível na Biblioteca do IF/SUL Campus Sapucaia do Sul. 2003.

CASTIONI, Remi. **Educação no mundo do trabalho: qualificação e competência**. São Paulo:SP. Ed.Francis, 2010.

CAVACO, Carmen de Jesus Does. **Adultos pouco escolarizados: diversidade e interdependência de lógicas de formação**. Tese de Doutorado. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação. Universidade de Lisboa. Portugal, 2008.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. Nova edição revista e ampliada. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

CUNHA, LuisAntonio. O ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. In: **Coleção Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de renda. Formação de Gestores e Formadores em Políticas Públicas de Trabalho e Renda: construindo a nova cidadania**. Brasília: Convênio MRE-ABC/TEM-SPPE/FLACSO. 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes, BRITTO, Jader de Medeiros, (orgs.). **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – MEC-Inep, 1999.

FERREIRA, José Maria Carvalho. **Necessidades sociais, marginalidade social e Movimentos sociais no contexto urbano**. Lição síntese da disciplina de Sociologia. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1992.

FISCHER, Nilton Bueno; MEYER, Dagmar Stermann. **Estudo do perfil sócio-econômico da população de catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas, associações e grupos de trabalho**. Relatório Parcial MEC – FNDE/CATADORES. UFRGS. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Paz e Terra. São Paulo, SP. 1997.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento & Políticas Públicas. N21 Jun. 2000. P. 211-259.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, SP. 2009.

GAETANI, Francisco. **Políticas de gestão pública e políticas regulatórias: contrastes e interfaces**. Anais do IX Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública. Madri, nov. 2004. Disponible em: http://www.bresserpereira.org.br/Documets/Mare/Terceiros-Papers/05Gaetani_dic.pdf. Acesso em: 21 jan. 2010.

HORTA, Carlos Roberto. **Tecnologia social: um conceito em construção**. Revista Diversa. Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 5, nº10. Out/2006.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. José Maria de mesquita Júnior, Karin Segala (coord.) Rio de Janeiro: IBAM, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000/2001**.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis. São Paulo:SP. Vozes. 2001.

LIMA, Antonil Almerico Biondi, LOPES, Fernando Augusto Moreira. **Construindo diálogos Sociais. Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas**. V1 Coleção Qualificação Social e Profissional. Brasília: <MTE, SPPE, DEQU, 2005.

LIMA, Maria Isabel Rodrigues. **Economia Solidária e Vínculos**. São Paulo: Idéias& Letras. 2013.

LOUSADA, Vinícius Lima. **Ecos de processos educativos com recicladores/recicladoras: um estudo a partir de um projeto de educação popular ambiental**. Tese de Doutorado. PPGEDU/UFRGS. Porto Alegre:RS. 2011.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo: Um Paradoxo da Modernidade**. 2ª ed. Campinas. Átomo. 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas**. Educação & Sociedade. Vol.19 n64. Campinas:SP. 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. **Sistema nacional de certificação profissional: subsídios para a reflexão e debate**. V1. Coleção Qualificação Social e Profissional. Brasília, TEM, SPPE DEQ, 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. **Uma política de certificação profissional orientada para a inclusão social**. Linhas Críticas. V16, n30. Fac. Educação Universidade de Brasília. 2010. Pp27-48.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7ª ed. São Paulo:SP. Atlas, 2008.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Relatório Técnico Final. Jan/2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acessado em 16.12.2012.

MEDEIROS, C. A., SALM, C. **O mercado de trabalho em debate**. In: Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, nº39, Jul., 1994. p.49-65.

MELLO, Silvia Leser de. Catando e transformando a vida: experiências associativas e cooperativas. Prefácio em **Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas**. Zanin, Maria; Gutierrez,. Rafaela Francisconi (orgs). Ed. Claraluz. São Carlos. SP. 2011.

MICHELOTTI, Fernando C. Catadores de “lixo que não é lixo”: um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir da sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS. 2006.

MNCR – **Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <http://www.movimentodoscataadores.org.br>. Acessado em 29.11.2012.

MOURA FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de; FARIAS, Maurício Sarda. Catadores de Resíduos Recicláveis: Autogestão, Economia Solidária e Tecnologias Sociais. In: **Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas**. Zanin, Maria; Gutierrez, Rafaela Francisconi (orgs). Ed. Claraluz. São Carlos. SP. 2011.

NR 17 – **Ergonomia**. Ministério do Trabalho e Emprego –MTE:Brasília/DF. 2007

NAVARRO, V.; PADILHA, V. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Psicol. Soc., V. 19, Porto Alegre:RS, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo..>Acesso em: 30 jun. 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Resenha: **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001 320p. RAMOS, Marise Nogueira. Revista Brasileira de Educação. N22. Jan/Fev/Mar/Abr.2003. p. 173-175.

PINHEL, JulioRuffin; ZANIN, Maria.; MÔNACO, Graziela Del. **Características Essenciais para os Catadores de Resíduos Sólidos Recicláveis Visando sua Emancipação Social, Econômica e Política**. In: 1º Congresso de Economia Solidária, Resíduos e Reciclagem,

2009, São Carlos/SP. **Economia Solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda**, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Washington, Indes/BID. 1997. mimeo.

RUMMERT, Sonia Maria. **Projeto escola de fábrica – atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI**. Revista Perspectiva, Centro de Ciências da Educação. UFSC. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 303-322, jul./dez. 2005.

SABATIER, P. A. Policy change over a decade or more. In: SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, SP. 2002.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia Solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, P.15-20 2005.

SOUZA, Fernanda Santana de. S.; VELASCO, Erivâ Garcia. **Educação Profissional e Certificação de Saberes: primeiras aproximações ao estudo da Certificação como Política Pública**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 23 Ago. Universidade Federal do Maranhão. São Luis: MA. 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SCHIOCHET, Valmor; BRANDES, Mairon Edegar. **Espaços e Cadeias Produtivas Solidárias**. O Caso da Reciclagem. Blumenau. FURB. 2009.

SILVA, Maria da Conceição Tavares da. **Reflexão sobre o conceito de problema social I.** *Análise Social*, V17, 1967 (Nº17), pp. 5-22.

SILVA, Janaina Marques. **Estudo de caso com os trabalhadores do lixo de centro de triagem** – Porto Alegre:RS. Monografia de Especialização em Educação e Meio Ambiente. Núcleo de Estudos Ambientais- NEA. Universidade do Estado de Santa Catarina – UNESC. Florianópolis:SC 2005.

SANTOS, Simone Valdete dos; SILVA, Janaina Marques; CASTILHOS, Assis Francisco de. **Programa CERTIFIC: reconhecimento de saberes de trabalhadores de materiais recicláveis, desencontros e contradições frente à regulamentação da política nacional de resíduos sólidos.** XX Colóquio da Seção Portuguesa da AFIRSE/ Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Formação Profissional: Investigação educacional sobre teorias, políticas e práticas. 31 Jan. Lisboa. 2013.

SCHWARTZ, Yves. **Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúbel.** *Educação e sociedade*. V19 n65. Campinas:SP. 1998. P.1-18.

SCHWARTZ, Yves. **Trabalho e uso de si.** *Pro-Posições*. V1 n5(32). Julho 2000. 34-50.

SOARES, Alessandro; CASTILHOS, Assis Francisco de. **Transferência de tecnologia de reciclagem mecânica para processamento de polietilenos e polipropilenos de origem pós-consumo em unidades de tratamento de resíduos.** 2º Seminário Inovação e Tecnologia do Ifsul. 19-20 Jun. Sapucaia do Sul:RS. 2013.

STEFFE, Ivo. **A Certificação Profissional e de Pessoas: Relato de Algumas Experiências Brasileiras.** 1ª ed. São Paulo: Érica. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa na Educação.** 1. ed. São Paulo: SP: Atlas, 2008

VAZQUES, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968.

VIEIRA, Adriane, LUZ, Talita Ribeiro da. **Do saber aos saberes: comparando as noções de qualificação e de competências**. Organização & Sociedade. V12 n33 abril. Universidade Federal da Bahia. 2005 p. 93-108.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 Anos Depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Editora Ática. Série Educação em Ação. 1994.

ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. Panorama de empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores no Brasil. In: **Cooperativas de Catadores: reflexões sobre práticas**. Zanin, Maria; Gutierrez, Rafaela Francisconi (orgs). Ed. Claraluz. São Carlos:SP. 2011.

ANEXOS

ANEXO 01 – Questionário

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Atualmente estuda?

Se sim, qual a série (ano):

Se não, qual o motivo?

Se existisse na sua região uma escola pública (gratuita) que oferecesse um curso profissionalizante, fora do seu horário de trabalho e na área de reciclagem, junto com o ensino fundamental (1ª a 8ª série)/ensino médio, e que as inscrições estivessem abertas na semana que vem, o Sr (a Sra) se matricularia no curso?

Se não, qual o motivo?

ANEXO 02 – Perfis PRONATEC

Arco Ocupacional: Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Eixo Tecnológico - Ambiente e Saúde após reformulações realizadas a partir de 2012

Sugere-se

5. AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Executa serviços no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos, com foco na sua redução, reutilização e reciclagem, fazendo inspeções e campanhas de conscientização para orientar na gestão adequada. Busca e realiza parcerias com empresas para a coleta dos resíduos recicláveis, privilegiando alternativas autogestionáveis. Compreende o impacto social e ambiental dos resíduos sólidos considerando a relação de indivíduo versus sociedade.

Carga horária mínima: 240 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Onde se lê

5. AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Executa serviços no âmbito da gestão de resíduos sólidos, com foco na sua redução, reutilização e reciclagem, fazendo inspeções e campanhas de conscientização para orientar na gestão adequada. Busca e realiza parcerias com empresas para a coleta dos resíduos recicláveis.

Carga horária Mínima: 240 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo

Sugere-se

6. AGENTE DE LIMPEZA URBANA

Executa serviços operacionais de coleta de resíduos sólidos para transporte e destinação final, observando as normas técnicas. Executa serviços de capinação, limpeza e pintura de meio fio e limpeza de monumentos históricos. Considerando, qualidade o trabalho em equipe a segurança e a preservação do meio ambiente. Compreende o impacto social e ambiental dos resíduos sólidos considerando a relação de indivíduo versus sociedade.

Carga horária Mínima: 200 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Onde se lê

6. AGENTE DE LIMPEZA URBANA

Executa serviços operacionais de coleta de resíduos sólidos domiciliares, seletivos, serviços de saúde e especiais, para transporte e destinação final, observando as normas técnicas, qualidade, trabalho em equipe, segurança e preservação do meio ambiente.

Carga horária mínima: 160 horas Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Sugere-se

30. OPERADOR DE ATERRO SANITÁRIO

Auxilia nas atividades de operação e manutenção do sistema de tratamento e disposição final de resíduos domésticos e industriais, visando à proteção ambiental e à preservação dos recursos naturais, em atendimento a Legislação Ambiental. Realiza atividades de pesagem, disposição, espalhamento, compactação, recobrimento do lixo e controle da drenagem dos gases, águas pluviais e chorume. Compreende o impacto social e ambiental dos resíduos sólidos considerando a relação de indivíduo versus sociedade.

Carga horária Mínima: 200 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Onde se lê

30- OPERADOR DE ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Atua no manejo integrado de resíduos sólidos, no que se refere às etapas de processamento e destinação final dos resíduos, visando à proteção ambiental e à preservação dos recursos naturais, em atendimento à Legislação Ambiental.

Carga horária Mínima: 200 horas Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo.

Sugere-se

31. OPERADOR DE EQUIPAMENTOS EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Executa com segurança individual e coletiva das operações de segregação, lavagem, trituração, adensamento, peneiramento, enfardamento e acondicionamento. Compreende as atividades internas e externas de unidades de tratamento de resíduo conforme os arranjos produtivos locais. Executa o controle da produtividade de estoques. Atua respeitando e difundindo a preservação ambiental. Compreende o impacto social e ambiental dos resíduos sólidos considerando a relação de indivíduo versus sociedade.

Carga horária Mínima: 200 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Onde se lê

31- OPERADOR DE EQUIPAMENTOS EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Executa com segurança individual e coletiva as operações de segregação, lavagem, trituração, peneiramento, prensagem e enfardamento e acondicionamento. Compreende o impacto social e ambiental do lixo, assim como as atividades internas e externas de unidades de tratamento de resíduos. Executa o controle da produtividade e de estoques. Atua respeitando e difundindo a preservação ambiental.

Carga horária Mínima: 160 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamenta Incompleto

Sugere-se

32. OPERADOR DE PRODUÇÃO EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Realiza as operações de recebimento por meio do controle de rejeitos no processo de triagem de resíduos sólidos. Controla a produtividade e a eficácia da triagem. Compreende o impacto social e ambiental dos resíduos sólidos considerando a relação de indivíduo versus sociedade. Compreende as atividades internas e externas de unidade de tratamento de resíduos. Executa com segurança individual e coletiva o trabalho, respeitando e difundindo a preservação ambiental.

Carga horária Mínima: 200 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Onde se lê

32- OPERADOR DE PRODUÇÃO EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Realiza as operações de recebimento e triagem de resíduos domiciliares. Controla a produtividade e a eficácia da triagem (controle do rejeito de processo). Compreende a relação geração de resíduo versus sociedade. Entende as atividades internas e externas de unidade de tratamento de resíduos. Executa com segurança individual e coletiva o trabalho, respeitando e difundindo a preservação ambiental..

Carga horária Mínima: 160 horas.

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto.

Sugere-se

Eixo tecnológico - Recursos Naturais

31- OPERADOR DE USINA DE COMPOSTAGEM

Acompanha e controla o processo de estabilização de resíduos orgânicos, visando à produção do húmus. Realiza atividades de reviramento do resíduo, para o controle da temperatura, umidade e aeração na formação do composto, além de peneiramento e acondicionamento do composto para fins de comercialização.

Carga horária Mínima: 160 horas

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto

Onde se lê

Eixo Tecnológico - Ambiente e Saúde

34- OPERADOR DE USINA DE COMPOSTAGEM

Acompanha e controla o processo de estabilização de resíduos orgânicos, visando à produção do húmus. Realiza atividades de reviramento do resíduo, para o controle da temperatura, umidade e aeração na formação do composto, além de peneiramento e acondicionamento do composto para fins de comercialização.

Carga horária Mínima: 160 horas.

Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental

ANEXO 03 – Perfil do Gestor de Centros de Triagem de RSU



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC

PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM GERENTE DE ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DE TRABALHADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Proponentes:	Membros Associados:
--------------	---------------------

DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Grupo de Trabalho da Rede CERTIFIC Assis Francisco de Castilhos (IFSC) Bianka Biazuz Vicente (UFRGS) Janaína Marques Silva (IFSUL) Luciano de Andrade Gomes (IFB) Samuel Costa (IFSC) Sonia da Costa (SETEC)		
Dados Referentes ao lançamento do Perfil Profissional Data de Análise da Câmara Setorial: Período da Consulta Pública: Data de Aprovação do Programa/Perfil pelo Comitê Gestor Data de Publicação do Programa:		Dados Referentes à Atualização do Perfil Profissional
Eixo Tecnológico Gestão de Negócios	Setor Profissional Saneamento	Profissão Gerente de associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.
Ocupações Convergentes	Ocupações componentes	Nível de Certificação
Técnico em Reciclagem, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Controle Ambiental, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Tecnólogo em Saneamento, Engenharia Sanitária e Ambiental.	Selecionador de Materiais Recicláveis, Operador de Prensa de Materiais Recicláveis, Agente de Limpeza Pública, Agente Ambiental, Gari.	Fundamental

Requisitos prévios: Atuação em associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.			
Campo de Atuação	Gerenciamento de resíduos sólidos em associações e cooperativas de resíduos sólidos.		
Descrição do Perfil	Realiza as atividades de administração e gerenciamento em organizações - associações e cooperativas - de trabalhadores de resíduos sólidos recicláveis, nos campos de planejamento estratégico, produção, financeiro e gestão de pessoas.		
Infra-estrutura necessária para realizar as atividades de reconhecimento de Saberes	Laboratório de campo experimental - convênios com cooperativas para atividades práticas -, sala de aula.		
Equipamentos necessários	Mesa individual, mesa coletiva, esteira, balança industrial, sistemas de acondicionamento, prensa hidráulica, equipamento de proteção individual – EPI.		
Normas que regulamentam a ocupação /profissão			
Atribuições Mínimas da Ocupação	Itens de Avaliação	Conhecimentos básicos relacionados à profissão/ocupação	
1 - Planejar estratégias de uma unidade de tratamento de RSU nas áreas de gestão financeira, de produção, de gestão de pessoas.	1.1	Identificar os principais interessados externos pelos resultados da organização.	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Operações fundamentais com números naturais e racionais, porcentagens, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, área e tempo. Classificação e tipos de materiais recicláveis. Classificação e tipos de documentos.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias: Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, motivação. Avaliação de resultados de organizações solidárias.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Leitura, interpretação e escrita de textos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
	1.2	Identificar as necessidades dos principais interessados externos	
	1.3	Identificar quais os tipos de retornos que os interessados externos possibilitam.	
	1.4	Identificar quais são os itens de verificação e de controle sobre os resultados das áreas de administração financeira, de produção, de gestão de pessoas.	
	1.5	Organizar e implementar o processo de planejamento participativo para levantamento de objetivos gerais nos principais setores-chave da organização (administração e organização, produção, produtividade, recursos materiais, recursos financeiros, gestão de pessoas, responsabilidade social e pública, inovação tecnológica e posição no mercado).	
	1.6	Organizar e preencher relatórios de administração para apresentação e compreensão de todos os associados/cooperativados.	
	1.7	Representar os interesses coletivos dos associados/cooperados em comitês, comissões e reuniões com as instituições parceiras.	

2 - Planejar táticas para áreas de gestão da produção	2.1	Identificar as funções do processo produtivo de uma associação/cooperativa de materiais recicláveis.	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Operações fundamentais com números naturais e racionais, porcentagens, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, área e tempo. Selecionar Equipamento de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC) e ferramentas adequados. Prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas. Prever espaço para destinar os resíduos orgânicos e inorgânicos gerados. Separação e armazenamento de resíduos (úmidos e secos). Organização espacial e fluxo de trabalho individual e coletivo. Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos e biológicos). Classificação e tipos de materiais recicláveis.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias: Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, motivação. Avaliação de resultado produtivo em organizações solidárias. Utilização correta de EPI.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Leitura, interpretação e escrita de textos técnicos e normas. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita</p>
	2.2	Organizar e implementar o trabalho (procedimentos e materiais envolvidos) necessário para o desenvolvimento das atividades relacionadas à função produção.	
	2.3	Organizar e implementar a avaliação da produtividade (coleta dos dados, preenchimento de planilha, cálculos e análise dos resultados) dos processos de produção de uma associação/cooperativa.	
	2.4	Organizar e implementar a análise e a solução de problemas no processo produtivo da associação/cooperativa de materiais recicláveis.	
	2.5	Organizar e preencher relatórios de gestão da produção para apresentação e compreensão de todos os associados/cooperativados.	
3 - Planejar táticas para áreas de gestão financeira.	3.1	Organizar e implementar o controle (origem, documentação, valores e cálculos) das despesas (saídas) e receitas (entradas) que ocorrem na	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Operações fundamentais com números naturais e racionais, porcentagens, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, área e tempo. Classificação e tipos de materiais recicláveis. Classificação e tipos de documentos.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias: Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, motivação. Avaliação de resultado financeiro em organizações solidárias.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Leitura, interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
	3.2	Organizar e preencher relatórios de gestão financeira para apresentação e compreensão de todos os associados/cooperativados.	

4 - Planejar táticas para área de gestão de pessoas.	4.1	Organizar e implementar o controle de horas trabalhadas (faltas e atrasos) dos associados/cooperativados.	<p><u>Clências da Natureza e suas Tecnologias:</u> Operações fundamentais com números naturais e racionais, porcentagens, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, área e tempo. Classificação e tipos de materiais recicláveis. Organização espacial e fluxo de trabalho individual e coletivo. Classificação e tipos de documentos.</p> <p><u>Clências Humanas e suas Tecnologias:</u> Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, motivação. Avaliação de resultado humano em organizações solidárias</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
	4.2	Organizar e implementar o controle de entradas (contratações) e de Saídas (afastamentos) dos associados/cooperativados.	
	4.3	Organizar e implementar a inserção dos novos dos associados/cooperativados.	
	4.4	Organizar e preencher relatórios de gestão de pessoas para apresentação e compreensão de todos os associados/cooperativados.	
5 – Adotar postura preventiva em relação às questões de segurança do trabalho.	5.1	Identificar os acidentes mais frequentes no processo produtivo de uma associação/cooperativa.	<p><u>Clências da Natureza e suas Tecnologias</u> Relações entre as formas físicas dos materiais triados e seus potenciais riscos de acidentes individuais e coletivos. Agentes biológicos e seus riscos de acidentes individuais e coletivos. Agentes químicos e seus riscos de acidentes individuais e coletivos. Utilização correta de EPI e EPC;</p> <p><u>Clências Humanas e sua Tecnologias:</u> Motivação individual e coletiva. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas. Utilização correta de EPI e EPC.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
	5.2	Desenvolver práticas (atitudes) que evitem acidentes durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa	
	5.3	Conhecer a utilização e a função de cada equipamento de proteção individual (EPI) para o processo produtivo de uma associação/cooperativa	
	5.4	Praticar o desenvolvimento de procedimentos ergonômicos durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.	
6 – Realizar as atividades produtivas com higiene e saúde.	6.1	Conhecer os tipos de doenças frequentes relacionadas à contaminação por contato com os resíduos sólidos.	<p><u>Clências da Natureza e suas Tecnologias</u> Noção de patógeno. Noção de higiene pessoal e coletiva. Noção das doenças relacionadas com o lixo e suas prevenções. Doenças relacionadas com as atividades desenvolvidas nos processos desenvolvidos em associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.</p> <p><u>Clências Humanas e suas Tecnologias:</u> Motivação individual e coletiva. Utilização de Equipamento</p>
	6.2	Desenvolver práticas (atitudes) que evitem contaminações durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.	

	6.3	Identificar os procedimentos necessários para higienização durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.	de Proteção Individual (EPI) e ferramentas adequadas. Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos e químicos). Ergonomia. Minimização de impactos ambientais: prevenção de espaço para destinação dos resíduos inorgânicos gerados, limpeza e arquivamento do material e equipamentos após a utilização, limpeza do local antes e após a execução do serviço. <u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita. Simbologia.
7- Realizar as atividades em uma associação/cooperativa com competências pessoais	7.1	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio do trabalho em equipe	<u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes ergonômicos, físicos, químicos e biológicos).
	7.2	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio de atitudes pró-ativas	<u>Ciências Humanas e suas Tecnologias</u> Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, condução de equipe e motivação.
	7.3	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas com atenção.	<u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de normas. Interpretação de textos técnicos.
	7.4	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas com prudência.	
	7.5	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio capacidade de improvisação.	
8. Reconhecer o problema da gestão dos resíduos sólidos e a possibilidade de inserção das associações e cooperativas.	8.1	Conhecer o problema lixo no mundo, no Brasil, na sua cidade, em seu bairro, na sua rua, na sua residência.	<u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Operações fundamentais com números naturais e racionais, proporção, sistema de medidas de comprimento, área, volume e tempo. <u>Ciências Humanas e suas Tecnologias</u> Noções de geografia, demografia e sua relação com a produção de lixo, sociedade de consumo, história do lixo no Brasil, na sua cidade, no seu bairro, na sua rua e na sua residência. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas leis regulamentadoras. História do movimento social dos trabalhadores com materiais recicláveis. A importância dos trabalhadores de unidades de tratamento de lixo a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
	8.4	Conhecer o papel dos trabalhadores de associações/cooperativas de frente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.	<u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de textos. Redação de textos técnicos.
9. Reconhecer o papel das associações/cooperativas como instrumento de desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental.	9.1	Identificar a importância da associação/cooperativa para o meio ambiente.	<u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Noção de ecologia e meio ambiente. Noções dos impactos ambientais do lixo. Noções sobre as tecnologias para tratamento de lixo e seus impactos sociais, ambientais e econômicos para a realidade brasileira. Importância ambiental, econômica e social das Unidades de Tratamento de Lixo no Brasil.
	9.2	Identificar a importância da associação/cooperativa para a geração de renda.	<u>Ciências Humanas e suas Tecnologias</u> Organização do trabalho
	9.3	Identificar a importância da associação/cooperativa para mercado.	<u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de textos, identificação de simbologias, postura.

ANEXO 04 – Perfil do Seleccionador de Materiais Recicláveis



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC

PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SELECIONADOR DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Proponentes:	Membros Associados:
---------------------	----------------------------

DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Grupo de Trabalho da Rede CERTIFIC			
Assis Francisco de Castilhos (IFSC) Bianka Biazuz Vicente (UFRGS) Janaina Marques Silva (IFSUL) Luciano de Andrade Gomes (IFB) Samuel Costa (IFSC) Sonia da Costa (SETEC)			
Dados Referentes ao lançamento do Perfil Profissional		Dados Referentes à Atualização do Perfil Profissional	
Data de Análise da Câmara Setorial: Período da Consulta Pública: Data de Aprovação do Programa/Perfil pelo Comitê Gestor Data de Publicação do Programa:		Data de análise da Câmara Setorial: Data de Aprovação das Atualizações pelo Comitê gestor: Data de Publicação das Atualizações do Programa:	
Elxo Tecnológico	Setor Profissional	Profissão	
Ambiente, Saúde e Segurança	Saneamento	Seleccionador de materiais recicláveis	
Ocupações Convergentes	Ocupações componentes	Nível de Certificação	
Técnico em Reciclagem, Técnico em Meio	Seleccionador de Materiais Recicláveis, Operador de	Fundamental	
Ambiente, Técnico em Controle Ambiental, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Tecnólogo em Saneamento, Engenharia Sanitária e Ambiental.	Prensa de Materiais Recicláveis, Agente de Limpeza Pública, Agente Ambiental, Gari.		
Requisitos prévios: Atuação em associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.			
Campo de Atuação	Atuação em associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.		
Descrição do Perfil	Realiza as atividades de recepção, das atividades de organização do espaço produtivo do processo de triagem e das atividades de triagem de resíduos sólidos urbanos.		
Infra-estrutura necessária para realizar as atividades de reconhecimento de Saberes	Laboratório de campo experimental - convênios com cooperativas para atividades práticas -, sala de aula.		
Equipamentos necessários	Mesa individual, mesa coletiva, esteira, balança industrial, sistemas de condicionamento, equipamento de proteção individual – EPI.		
Normas que regulamentam a ocupação /profissão			
Atribuições Mínimas da Ocupação	Itens de Avaliação	Conhecimentos Básicos relacionados à profissão/ocupação	
1- Receber resíduos sólidos urbanos coletados como domiciliares.	1.1	Classificação dos materiais potencialmente recicláveis.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Famílias de materiais utilizados nos sistemas produtivos. Relação entre as famílias de materiais e produtos (bem duráveis produtos descartáveis, embalagens). Reciclabilidade,
	1.2	Famílias de materiais recicláveis	

	1.3	Tipos de produtos não recicláveis (incluir capacitação para identificação de produtos perigosos)	reciclagem e mercado da reciclagem. Tipos de resíduos, suas formas de descarte e riscos devido ao descarte incorreto. Relações empíricas entre volume e massa. Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, volume e área Ciências Humanas e suas Tecnologias: Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, motivação. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.
2 – Organizar o layout do processo de triagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares (a) em bancada individual ou (b) em mesa coletiva ou (c) em esteira.	2.1	Tipos de layout para o processo de triagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Relações empíricas entre volume, massa e quantidade com organização espacial, médias, geometria (ângulos, triângulos, quadriláteros e círculos), sistema de medidas de comprimento e área e volume. Relação entre organização espacial e fluxo de materiais triados e descartados. Relação empírica entre volume, massa e quantidade com seqüência operacional. Funcionamento
	2.2	Seleção de recipientes de acondicionamento	
	2.3	Distribuição dos recipientes de acondicionamento com base no modelo de produção de triagem (a, b ou c)	
	2.4	Distribuição das atividades do processo de triagem conforme layout, características qualitativas e quantitativas dos resíduos e do número de postos de trabalho.	
	2.4	Seleção de ferramentas auxiliares de processo (alicates, tesouras, estiletes)	de ferramentas de corte. Ciências Humanas e suas Tecnologias Relações humanas e conflitos no trabalho individual e trabalho coletivo. Solidariedade e competitividade. Efetividade produtiva coletiva e individual. Motivação. Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.
3 – Triar (separar) de resíduos sólidos urbanos coletados como domiciliares	3.1	Seleção de materiais celulósicos.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Simbologia relacionada aos resíduos. Produtos para reuso e mercado do reuso. Identificação dos materiais contidos nos itens triados com base nos aspectos visuais (design, nicho de mercado, forma, tamanho) Identificação dos materiais contidos nos itens triados com base nas propriedades específicas de cada família (celulósicos, metálicos, vítreos e poliméricos) e de seus componentes. Identificação dos materiais contaminantes contidos nos itens triados com base nos elementos de <i>design</i> , de propriedades específicas e de mercado. Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e biológicos). Utilização correta de EPI e EPC. Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, geometria (ângulos
	3.2	Seleção de materiais metálicos.	
	3.3	Seleção de materiais vítreos.	
	3.4	Seleção de materiais poliméricos.	
	3.5	Classificação de produtos celulósicos.	
	3.6	Classificação de produtos poliméricos.	
	3.7	Classificação de produtos metálicos.	

	3.8	Classificação de produtos vítreos.	três simples, médias, geometria (ângulos, triângulos e quadriláteros), sistema de medidas de comprimento e área.
	3.9	Identificação de elementos contaminantes nos produtos celulósicos.	<p>Ciências Humanas e suas Tecnologias Relações humanas e conflitos no trabalho individual e trabalho coletivo. Solidariedade e competitividade. Efetividade produtiva coletiva e individual. Motivação. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>
	3.10	Identificação de elementos contaminantes nos produtos metálicos.	
	3.11	Identificação de elementos contaminantes nos produtos vítreos.	
	3.12	Identificação de elementos contaminantes nos produtos poliméricos.	
	3.13	Seleção de recipientes de acondicionamento	
	3.3	Distribuição dos recipientes de acondicionamento com base no modelo de produção de triagem (a, b ou c)	
3.4	Distribuição das atividades do processo de triagem conforme layout, características qualitativas e quantitativas dos resíduos e do número de postos de trabalho.		
4 – Encerrar as atividades de selecionador de materiais recicláveis.	4.1	Práticas de encerramento das atividades de selecionador de materiais recicláveis.	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias Relação entre organização espacial e fluxo de materiais triados e descartados. Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e biológicos). Utilização correta de EPI e EPC. Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala),</p>
	4.2	Práticas de limpeza do espaço de trabalhos conforme: (a) em bancada individual ou (b) em mesa coletiva ou (c) em esteira.	
5 – Adotar postura preventiva em relação às questões de segurança.	4.3	Práticas de organização do espaço de trabalhos conforme: (a) em bancada individual ou (b) em mesa coletiva ou (c) em esteira.	<p>proporção, regra de três simples, médias, geometria (ângulos, triângulos e quadriláteros), sistema de medidas de comprimento e área.</p> <p>Ciências Humanas e sua Tecnologias: Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>
	5.1	Identificar os acidentes mais frequentes no processo produtivo de uma associação/cooperativa.	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias Relações entre as formas físicas dos materiais triados e seus potenciais riscos de acidentes individuais e coletivos. Agentes biológicos e seus riscos de acidentes individuais e coletivos. Agentes químicos e seus riscos de acidentes individuais e coletivos.</p> <p>Ciências Humanas e sua Tecnologias: Motivação individual e coletiva. Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
	5.2	Desenvolver práticas (atitudes) que evitem acidentes durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa	
	5.3	Conhecer a utilização e a função de cada equipamento de proteção individual (EPI) para o processo produtivo de uma associação/cooperativa	
5.4	Praticar o desenvolvimento de procedimentos ergonômicos durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.		

6 – Realizar as atividades de selecionador de materiais recicláveis com higiene e saúde.	6.1	Conhecer os tipos de doenças frequentes relacionadas à contaminação por contato com os resíduos sólidos.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Noção de patógeno. Noção de higiene pessoal e coletiva. Noção das doenças relacionadas com o lixo e suas prevenções.
	6.2	Desenvolver práticas (atitudes) que evitem contaminações durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.	Doenças relacionadas com as atividades desenvolvidas nos processos desenvolvidos em associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.
	6.3	Identificar os procedimentos necessários para higienização durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa	Ciências Humanas e suas Tecnologias: Motivação individual e coletiva. Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas. Utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e ferramentas adequadas. Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e químicos). Minimização de impactos ambientais: prevenção de espaço para destinação dos resíduos inorgânicos gerados, limpeza e arquivamento do material e equipamentos após a utilização, limpeza do local antes e após a execução do serviço. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.
7- Realizar as atividades de selecionador de materiais recicláveis com competências pessoais	7.1	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio do trabalho em equipe	Ciências Humanas e suas Tecnologias Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, condução de equipe e motivação.
	7.2	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio de atitudes pró-ativas	Ciências da Natureza e suas Tecnologias
	7.3	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas com atenção.	Utilização correta de EPI e EPC; Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos, ergonômicos, químicos e biológicos).
	7.4	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas com prudência.	
	7.5	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio capacidade de improvisação.	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão Oral. Leitura e interpretação de normas. Interpretação de textos técnicos.
8 – Reconhecer a importância das suas atividades para a organização da função de produção.	8.1	Identificar o processo de produção na qual suas atividades estão inseridas.	Ciências Humanas e suas Tecnologias Noções de organização administrativa. Noções de processos. Noções de análise e solução de problemas.
	8.2	Identificar os possíveis problemas que podem surgir no decorrer de todo o processo de produção e cujas causas estejam relacionados com as atividades de selecionador de materiais recicláveis.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Utilização correta de EPI e EPC; Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos, ergonômicos, químicos e biológicos). Operações fundamentais com números naturais e racionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão Oral. Leitura e interpretação de normas. Interpretação de textos técnicos.
9 – Reconhecer as outras funções da organização.	9.1	Função de Direção	Ciências Humanas e suas Tecnologias Noções de organização administrativa.
	9.2	Função do Financeiro	Noções das funções administrativas.
	9.3	Função de Gestão de Pessoas	Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, volume e área. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Leitura e interpretação de textos.

10 Reconhecer o problema da gestão dos resíduos sólidos e a possibilidade de inserção das associações e cooperativas.	10.1	Conhecer o problema lixo no mundo, no Brasil, na sua cidade, em seu bairro, na sua rua, na sua residência.	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, sistema métrico decimal (comprimento, superfície, volume e tempo). Utilização correta de EPI.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias Noções de geografia, demografia e sua relação com a produção de lixo, sociedade de consumo, história do lixo no Brasil, na sua cidade, no seu bairro, na sua rua e na sua residência. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas leis regulamentadoras. História do movimento social dos trabalhadores com materiais recicláveis. A importância dos trabalhadores de unidades de tratamento de lixo a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Leitura e interpretação de textos.</p>
	10.2	Conhecer o papel dos trabalhadores de associações/cooperativas de frente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.	
11 – Reconhecer o papel das associações/cooperativas como instrumento de desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental.	11.1	Identificar a importância da associação/cooperativa para o meio ambiente.	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias Noção de ecologia e meio ambiente. Noções dos impactos ambientais do lixo. Noções sobre as tecnologias para tratamento de lixo e seus impactos sociais, ambientais e econômicos para a realidade brasileira. Importância ambiental, econômica e social das Unidades de Tratamento de Lixo no Brasil.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias: Organização do trabalho.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Leitura e interpretação de textos.</p>
	11.2	Identificar a importância da associação/cooperativa para a geração de renda.	
	11.3	Identificar a importância da associação/cooperativa para mercado.	

Números das Atribuições Mínimas da Ocupação	Conceito envolvido conforme acordado no primeiro encontro do grupo.
1-9	<i>Praxis</i>
10	Alienação
11	Efetividade para a Sociedade

ANEXO 05 – Perfil do Operador de Prensa de Materiais Recicláveis



Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC

PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO OPERADOR DE PREENSA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Proponentes:	Membros Associados:
---------------------	----------------------------

DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL

Grupo de Trabalho da Rede CERTIFIC			
Assis Francisco de Castilhos (IFSC) Bianka Biazuz Vicente (UFRGS) Janaína Marques Silva (IFSUL) Luciano de Andrade Gomes (IFB) Samuel Costa (IFSC) Sonia da Costa (SETEC)			
Dados Referentes ao lançamento do Perfil Profissional Data de Análise da Câmara Setorial: Período da Consulta Pública: Data de Aprovação do Programa/Perfil pelo Comitê Gestor Data de Publicação do Programa:		Dados Referentes à Atualização do Perfil Profissional Data de análise da Câmara Setorial: Data de Aprovação das Atualizações pelo Comitê gestor: Data de Publicação das Atualizações do Programa:	
Eixo Tecnológico	Setor Profissional	Profissão	
Ambiente, Saúde e Segurança	Saneamento	Operador de Prensa de Materiais Recicláveis	
Ocupações Convergentes	Ocupações componentes	Nível de Certificação	
Técnico em Reciclagem, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Controle Ambiental, Tecnólogo em Gestão Ambiental, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Tecnólogo em Saneamento, Engenharia Sanitária e Ambiental.	Selecionador de Materiais Recicláveis, Operador de Prensa de Materiais Recicláveis, Agente de Limpeza Pública, Agente Ambiental, Gari.	Fundamental	
Requisitos prévios: Atuação em associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.			
Campo de Atuação	Atuação em associações ou cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis.		
Descrição do Perfil	Realiza as atividades de acondicionamento dos materiais triados para a venda, das atividades de organização do espaço produtivo do processo de acondicionamento e expedição. Opera e realiza operações básicas de manutenção de prensa hidráulica.		
Infra-estrutura necessária para realizar as atividades de reconhecimento de Saberes	Laboratório de campo experimental - convênios com cooperativas para atividades práticas -, sala de aula.		
Equipamentos necessários	Prensa hidráulica vertical		
Normas que regulamentam a ocupação /profissão			
Atribuições Mínimas da Ocupação	Itens de Avaliação	Conhecimentos Básicos relacionados à profissão/ocupação	
1- Receber resíduos sólidos urbanos triados.	1.1	Identificação dos materiais triados	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Famílias de materiais utilizados nos sistemas produtivos. Relação entre as famílias de materiais e produtos (bem duráveis produtos
	1.2	Famílias de materiais recicláveis	

	1.3	Tipos de produtos não recicláveis (incluir capacitação para identificação de produtos perigosos)	<p>descartáveis, embalagens). Reciclabilidade, reciclagem e mercado da reciclagem. Tipos de resíduos, suas formas de descarte e riscos devido ao descarte incorreto. Relações empíricas entre volume e massa. Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, volume e área.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias: Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, motivação.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>
2 – Organizar o layout do processo de prensagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares acondicionado (a) em baias ou (b) em <i>bags</i> .	2.1	Tipos de layout para o processo de prensagem de resíduos sólidos urbanos conforme acondicionamento (a) em baias ou (b) em <i>bags</i>	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias Relações empíricas entre volume, massa e quantidade com organização espacial, médias, geometria (ângulos, triângulos, quadriláteros e círculos), sistema de medidas de comprimento e área e volume. Relação entre organização espacial e fluxo de materiais triados e descartados. Relação empírica entre volume, massa e quantidade com seqüência operacional. Funcionamento de ferramentas de corte.</p> <p>Ciências Humanas e suas Tecnologias</p>
	2.2	Distribuição das atividades do processo de prensagem conforme layout, características qualitativas e quantitativas de produção dos materiais triados e do número de prensas existentes.	
	2.3	Avaliação dos materiais acessórios necessários para a operação de prensagem	
	2.4	Seleção de ferramentas auxiliares de processo (alicates, tesouras, estiletes).	<p>Relações humanas e conflitos no trabalho individual e trabalho coletivo. Solidariedade e competitividade. Efetividade produtiva coletiva e individual. Motivação. Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados.</p> <p>Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>
3 – Prensar resíduos sólidos urbanos triados	3.1	Seleção da prensa adequada para cada tipo de material triado (celulósicos, metálicos e poliméricos).	<p>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</p> <p>Simbologia relacionada aos resíduos. Produtos para reuso e mercado do reuso. Identificação dos materiais contidos nos itens triados com base nos aspectos visuais (design, nicho de mercado, forma, tamanho. Identificação dos materiais contidos nos itens triados com base nas propriedades específicas de cada família (celulósicos, metálicos, vítreos e poliméricos) e de seus componentes).</p>
	3.2	Preparação para início da operação da prensa	
	3.3	Operação da prensa	
	3.4	Preparação para parada da operação da prensa.	

	3.5 Parada da prensa.	<p>Identificação dos materiais contaminantes contidos nos itens triados com base nos elementos de design, de propriedades específicas e de mercado. Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e biológicos). Utilização correta de EPI e EPC. Organização do espaço de trabalho. Limpeza de materiais.</p> <p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u></p> <p>Simbologia relacionada aos resíduos. Produtos para reuso e mercado do reuso. Identificação dos materiais contidos nos itens triados com base nos aspectos visuais (design, nicho de mercado, forma, tamanho) Identificação dos materiais contidos nos itens triados com base nas propriedades específicas de cada família (celulósicos, metálicos, vítreos e poliméricos) e de seus componentes. Identificação dos materiais contaminantes contidos nos itens triados com base nos elementos de <i>design</i>, de propriedades específicas e de mercado. Comportamento mecânico dos materiais durante a prensagem. Noções de resistência (propriedades) de materiais.</p> <p>Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e biológicos). Utilização correta de EPI e EPC. Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, geometria (ângulos, triângulos e quadriláteros), sistema de medidas de comprimento e área.</p>
--	-----------------------	---

			<p><u>Ciências Humanas e suas Tecnologias</u> Relações humanas e conflitos no trabalho individual e trabalho coletivo. Solidariedade e competitividade. Efetividade produtiva coletiva e individual. Motivação. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>
4 – Encerrar as atividades de operação da prensagem de materiais recicláveis.	4.1	Práticas de encerramento das atividades de prensador de materiais recicláveis.	<p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Relação entre organização espacial e fluxo de materiais triados e descartados. Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e biológicos). Utilização correta de EPI e EPC. Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, geometria (ângulos, triângulos e quadriláteros), sistema de medidas de comprimento e área.</p> <p><u>Ciências Humanas e sua Tecnologias:</u> Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Expressão oral. Identificação de códigos. Leitura, escrita e interpretação de textos e normas técnicas.</p>
	4.2	Práticas de limpeza do espaço de trabalho.	
	4.3	Práticas de organização do espaço de trabalho.	
	4.4	Práticas de armazenagem dos fardos de materiais para a expedição.	
5. Auxiliar na manutenção da prensa	5.1	Identificação das partes básicas de uma prensa hidráulica vertical. Práticas de limpeza da prensa hidráulica. Práticas de troca de óleo hidráulico. Práticas de reparos básicos de manutenção da prensa.	
6 – Adotar postura preventiva em relação às questões de segurança.	6.1	Tipos de acidentes mais freqüentes no processo de prensagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares.	<p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Relações entre as formas físicas dos materiais triados e seus potenciais riscos de acidentes individuais e coletivos. Higiene e segurança no trabalho (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e biológicos). Utilização correta de EPI e EPC.</p> <p><u>Ciências Humanas e sua Tecnologias:</u> Motivação individual e coletiva. Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
	6.2	Práticas de comportamento (atitudes) que evitam acidentes durante o processo de prensagem de resíduos sólidos urbanos domiciliares.	
	6.3	Conhecer a utilização e a função de cada equipamento de proteção individual (EPI) para o processo produtivo de uma associação/cooperativa	
	6.4	Praticar o desenvolvimento de procedimentos ergonômicos durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.	
7 – Realizar as atividades de prensador de materiais recicláveis com higiene e saúde.	7.1	Conhecer os tipos de doenças frequentes relacionadas à contaminação por contato com os resíduos sólidos.	<p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Noção de patógeno. Noção de higiene pessoal e coletiva. Noção das doenças relacionadas com o lixo e suas prevenções.</p> <p>Doenças relacionadas com as atividades desenvolvidas nos processos desenvolvidos em associações e cooperativas de</p>
	7.2	Desenvolver práticas (atitudes) que evitem contaminações durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa.	

	7.3	Identificar os procedimentos necessários para higienização durante o processo produtivo de uma associação/cooperativa	<p>trabalhadores de materiais recicláveis.</p> <p><u>Ciências Humanas e suas Tecnologias:</u> Motivação individual e coletiva. Adequação de equipamentos de proteção e ferramentas a serem utilizados. Organização do espaço de trabalho: prever locais para colocar os equipamentos e ferramentas. Utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e ferramentas adequadas. Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos, químicos, ergonômicos e químicos). Minimização de impactos ambientais: prevenção de espaço para destinação dos resíduos inorgânicos gerados, limpeza e arquivamento do material e equipamentos após a utilização, limpeza do local antes e após a execução do serviço.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Leitura e interpretação de normas. Interpretação e escrita de textos técnicos. Elaboração de relatório de atividades. Expressão oral e escrita.</p>
8- Realizar as atividades de prensador de materiais recicláveis com competências pessoais	8.1	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio do trabalho em equipe	<p><u>Ciências Humanas e suas Tecnologias</u> Relações humanas e conflitos no trabalho, trabalho individual e trabalho coletivo, solidariedade e competitividade, efetividade produtiva coletiva e individual, condução de equipe e motivação. Noções de Organização do trabalho.</p> <p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Utilização correta de EPI e EPC; Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos, ergonômicos, químicos e biológicos).</p>
	8.2	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio de atitudes pró-ativas.	
	8.3	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas com atenção.	
	8.4	Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas com prudência.	

		Desenvolver as atividades do cotidiano das associações/cooperativas por meio capacidade de improvisação.	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão Oral. Leitura e interpretação de normas. Interpretação de textos técnicos.
9 - Reconhecer a importância das suas atividades para a organização da função de produção.	9.1	Identificar o processo de produção na qual suas atividades estão inseridas.	Ciências Humanas e suas Tecnologias Noções de organização administrativa. Noções de processos. Noções de análise e solução de problemas.
	9.2	Identificar os possíveis problemas que podem surgir no decorrer de todo o processo de produção e cujas causas estejam relacionados com as atividades de selecionador de materiais recicláveis.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias Utilização correta de EPI e EPC; Higiene e segurança no trabalho: (riscos causados por agentes físicos, ergonômicos, químicos e biológicos). Operações fundamentais com números naturais e racionais.
10 - Reconhecer as outras funções da organização.	10.1	Função de Direção	Ciências da Humanas e suas Tecnologias
	10.2	Função do Financeiro	Noções de organização administrativa. Noções das funções administrativas.
	10.3	Função de Gestão de Pessoas	
11 Reconhecer o problema da gestão dos resíduos sólidos e a possibilidade de inserção das associações e cooperativas.	11.1	Conhecer o problema lixo no mundo, no Brasil, na sua cidade, em seu bairro, na sua rua, na sua residência.	Ciências Humanas e suas Tecnologias Noções de organização administrativa. Noções das funções administrativas.
	11.2	Conhecer o papel dos trabalhadores de associações/cooperativas de frente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Operações fundamentais com números naturais e racionais, razão (escala), proporção, regra de três simples, médias, sistema de medidas de comprimento, volume e área. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Expressão oral. Leitura e interpretação de textos.

12 – Reconhecer o papel das associações/cooperativas como instrumento de desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental.	12.1	Identificar a importância da associação/cooperativa para o meio ambiente.	<p><u>Ciências da Natureza e suas Tecnologias</u> Noção de ecologia e meio ambiente. Noções dos impactos ambientais do lixo. Noções sobre as tecnologias para tratamento de lixo e seus impactos sociais, ambientais e econômicos para a realidade brasileira. Importância ambiental, econômica e social das Unidades de Tratamento de Lixo no Brasil.</p> <p><u>Ciências Humanas e suas Tecnologias:</u> Organização do trabalho.</p> <p><u>Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:</u> Expressão oral. Leitura e interpretação de textos.</p>
	12.2	Identificar a importância da associação/cooperativa para a geração de renda.	
	12.3	Identificar a importância da associação/cooperativa para mercado.	

Números das Atribuições Mínimas da Ocupação	Conceito envolvido conforme acordado no primeiro encontro do grupo.
1-10	<i>Práxis</i>
11	Alienação
12	Efetividade para a Sociedade

ANEXO 06 – Mapas conceituais específicos para as fases da Figura 3.

